

Serviço Social no Recôncavo: temas em debate

Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Ilzamar Silva Pereira
Simone Brandão Souza
(Orgs.)



**Serviço Social no Recôncavo:
temas em debate**

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lúcia Moreno Amor

Josival Santos Souza

Luiz Carlos Soares de Carvalho Júnior

Maurício Ferreira da Silva

Paulo Romero Guimarães Serrano de Andrade

Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (presidente)

Sirlara Donato Assunção Wandenkolk Alves

Walter Emanuel de Carvalho Mariano

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Wilson Rogério Penteado Júnior

COMITÊ CIENTÍFICO:

(Referente ao Edital nº. 001/2020 EDUFRB – Coleção Sucesso
Acadêmico na Graduação da UFRB)

Albany Mendonça Silva

Andréa Alice Rodrigues Silva

Ilzamar Silva Pereira

Simone Brandão Souza

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Ilzamar Silva Pereira
Simone Brandão Souza
(Orgs.)

Serviço Social no Recôncavo: temas em debate



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia/2021

Copyright©2021 by Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva, Ilzamar Silva Pereira e Simone Brandão Souza

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Revisão e normatização técnica:

André Luis Machado Galvão

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

S492

Serviço social no Recôncavo: temas em debate / Organizadores: Albany Mendonça Silva... [et al.]. - Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021. 290p.; il.

Este Livro é parte da Coleção Sucesso Acadêmico na Graduação da UFRB - Volume X.

ISBN: 978-65-87743-16-5

1.Serviço social – Estudo e ensino. 2.Serviço social – Pesquisa e desenvolvimento. 3.Recôncavo(BA) – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Silva, Albany Mendonça. III.Silva, Andréa Alice Rodrigues. IV.Pereira, Ilzamar Silva. V.Souza, Simone Brandão. VI.Título.

CDD: 361.3

Ficha elaborada pela Biblioteca Central de Cruz das Almas - UFRB.
Responsável pela Elaboração - Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).
(os dados para catalogação foram enviados pelos usuários via formulário eletrônico)

Livro publicado em 20 de julho de 2021



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil

Tel.: (75) 3621-7672

editora@reitoria.ufrb.edu.br

www.ufrb.edu.br/editora

www.facebook.com/editoraufrb

RECONVEXO

Eu sou um preto norte-americano forte
Com um brinco de ouro na orelha
Eu sou a flor da primeira música
A mais velha
A mais nova espada e seu corte
Sou o cheiro dos livros desesperados
Sou Gitá Gogóia
Seu olho me olha mas não me pode alcançar
Não tenho escolha, careta, vou descartar
Quem não rezou a novena de Dona Canô
Quem não seguiu o mendigo Joãozinho Beija-Flor
Quem não amou a elegância sutil de Bobô
Quem não é Recôncavo e nem pode ser reconvexo

Caetano Veloso

Prefácio

Georgina Gonçalves dos Santos¹

Como compreender as dimensões constitutivas de nosso processo de formação? Que elementos devem ganhar centralidade nesta discussão? Que bases teóricas devem consolidar as trilhas de nossa formação?

Essas foram algumas das perguntas que constituíram o caminho trilhado pelos autores desta publicação. Neste livro, professores e estudantes recompõem experiências e reflexões sobre projetos de extensão e pesquisa, refletem sobre os desafios do ensino, da formação e atuação em campos de estágios. Discutem os entrelaçamentos e as exigências que os novos públicos de estudantes apresentam para a vida universitária.

O caminho trilhado pelo curso de Serviço Social neste lugar, primeiro curso em uma instituição pública de ensino superior no Estado da Bahia, assim como os caminhos que se trilham nesta Universidade vem de longe. A paisagem que se avista no caminho desta obra é de uma Universidade em transformação. Uma Universidade reivindicada historicamente pela gente do lugar e que nasce com a disposição de enfrentar seus desafios, aliando a força da tradição com as inovações resultantes do conhecimento acadêmico.

Uma instituição que tem como seu lugar de nascimento o Recôncavo da Bahia, um compromisso que ultrapassa a mera

¹ Assistente Social, doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris 8. É professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, onde dirigiu o Centro de Artes, Humanidades e Letras entre os anos de 20011 a 2015 e foi vice-reitora entre 2015 a 2019. É professora do curso de graduação de Serviço Social e atua nos programas de Pós-Graduação de Políticas Sociais e Território, (POSTERR) da UFRB e no Programa de Pós-graduação de Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (EISU) da Universidade Federal da Bahia.

transmissão de conhecimento. Uma instituição que busca incessantemente promover o diálogo e a convivência entre saberes profanos e científicos. Que em seu exercício incessante busca partilhar saberes entre comunidade acadêmica e a gente de lugar, reivindicando para si justiça cognitiva.

Uma instituição que é fruto da ampliação e da reforma do ensino superior que o Brasil experimentou nos primeiros anos do século XXI e que mudou a configuração da universidade brasileira, materializada na presença de estudantes oriundos de segmentos historicamente segregados de nossa sociedade.

Uma instituição que neste momento segue enfrentando, com coragem, os fortes ataques demonstrados pelo constrangimento financeiro e orçamentário que asfixia suas atividades, ou na afronta de sua autonomia, valor fundante da instituição universitária.

Uma instituição que segue confirmando sua vocação plural e seu compromisso com a reflexão e implementação de dispositivos que garantam o acesso e a permanência, pavimentando os caminhos para afiliação da vida universitária.

Esta obra é um ato de contribuição, pois confirma o esforço da comunidade acadêmica para compreender a multidimensionalidade das questões contemporâneas e de descrever os nossos diversos modos de atuação.

As reflexões presentes nos capítulos são resultado de conhecimento acumulado em Serviço Social que aqui é ofertado para fortalecer o projeto desta universidade socialmente referenciada. Nos capítulos que constituem esta publicação, professores, estudantes e egressos do curso examinam, refletem e descrevem os caminhos de sua atuação na pesquisa no ensino na extensão. A universidade também é aqui apresentada como caminho de prática.

Essas são as trilhas perseguidas por Andrade e Novaes ao refletirem sobre as condicionalidades da política de assistência

estudantil na universidade. A compreensão desponta o horizonte da assistência estudantil como direito social. A experiência de um dos autores na gestão universitária, aliada à vivência da coautora em seu estágio e na realização de seu trabalho de conclusão forneceram os elementos definitivos à maneira crítica como são apresentadas as questões fundamentais da política de assistência estudantil realizada na universidade.

A pesquisa de Brito e Queiroz sobre os dispositivos para permanência de estudantes quilombolas avalia, a partir do julgamento dos sujeitos da política, os estudantes de origem quilombolas, as contribuições que o Programa Bolsa Permanência trazia para sua vida acadêmica.

Ávila et al. interrogam os estudantes do Centro de Artes, Humanidades e Letras sobre o uso de substâncias psicoativas e identificam que, apesar da polêmica que a questão suscita, há uma disponibilidade dos estudantes em discutir o assunto. O estudo aponta para a necessidade de criação de uma política efetiva no âmbito da universidade.

Os desafios da permanência são também expostos em outro capítulo que discute a pandemia do COVID 19 e a desigualdade social. Professores e estudantes realizam uma pesquisa em que é apresentado o perfil dos desafios que a crise sanitária impõe para a continuidade nos estudos. No entanto, o estudo também conclui que a comunidade reconhece as iniciativas adotadas pelo curso de Serviço Social para a mobilização de sua comunidade acadêmica.

Esses estudos apresentam algumas facetas da vida estudantil e tencionam o próprio conceito de assistência estudantil, provocando a universidade a encontrar e refletir sobre formatos de suas políticas, de modo a contribuir para a formação de sujeitos autônomos, cuja cidadania possa ser desenvolvida em sua própria experiência de estudantes do ensino superior.

A universidade também é apresentada nos capítulos onde são descritos resultados de projetos de extensão e pesquisa. O trabalho de Pereira é expressão deste esforço. *Eu estou aqui* é um estudo descritivo exploratório realizado com estudantes e egressas do curso. Com uma pergunta provocativa em seu título, o estudo apresenta um panorama sobre políticas sociais e descreve o cotidiano de pessoas com deficiência nas cidades de Cachoeira e São Felix. Sua intenção é dar visibilidade às condições concretas de vida desses sujeitos e contribuir também com a *produção de conhecimento sobre políticas sociais e Pessoa com Deficiência*.

A partir das ações do grupo LES/UFRB - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade do CAHL/UFRB, Matos et al. apresentam os resultados da pesquisa de campo sobre a Violência e o adoecer mental das usuárias do CAPS Ana Nery. A questão de gênero aparece em contexto de violência tendo como consequência o adoecimento mental. Interessa ao estudo estabelecer relações entre a política social e a visibilidade da violência de gênero. A prática dos profissionais da rede de atenção é descrita através de entrevistas que revelam as compreensões da equipe multiprofissional sobre o fenômeno. As conclusões do estudo apontam para a necessidade de intensificação da formação nas equipes e a necessária articulação das ações implementadas em estruturas de proteção e movimentos sociais no sentido de oportunizar a visibilidade ao fenômeno, contribuindo assim para o aprofundamento das ações e garantia de direitos sociais.

A ética deve ser considerada como dimensão central e imprescindível para a formação profissional e o trabalho de extensão realizado por um conjunto de professores e estudantes reafirma este compromisso. Avaliado como estratégico, o espaço do estágio é ao mesmo tempo situação e recurso para a formação. A atividade realizada com supervisores e discentes do curso põe em evidência o papel social da universidade.

A apresentação dos resultados de trabalhos de conclusão de curso com o tema sistema de proteção à infância e adolescência é o capítulo de Rangel e Silva. No estudo transversal sobre segurança pública para a população LGBTI+ realizado em Portugal e Brasil, Queiros e Souza buscam descolonizar o saber, anunciando sua intenção de rasurar as normas acadêmicas em nome do compromisso ético político com sujeitos e atores das suas pesquisas.

As reflexões da docente após uma disciplina e os questionamentos apresentados pela supervisora e estagiária na prática de estágio curricular são o mote para a discussão de questões relacionadas à dimensão técnico-operativa e da categoria instrumentalidade e instrumentais no Serviço Social. O trabalho de conclusão do curso serve também como estratégia acadêmica para a produção de conhecimentos sistematizados nesse capítulo.

As experiências com os estágios, demonstradas aqui, não apenas pelo número de capítulos, mas pela qualidade e variedade dos temas apresentados, expressam o esforço formativo realizado pelo curso de não naturalizar o espaço universitário como único campo de formação profissional. O estágio é compreendido como espaço promotor que provoca o confronto dos estudantes com as complexas exigências da prática.

As diferentes perspectivas sobre a Política de Assistência no estágio supervisionado são apresentadas em um capítulo de autoria de Pereira, Nascimento e Silva. Com uma análise apurada das nuances da política social, a complexidade de sua gestão e a interlocução com os profissionais que efetivam os dispositivos desta política, as autoras reforçam a necessidade de formação dos assistentes sociais, pois ao aprofundarem os conhecimentos sobre política social, consequentemente fortalecem-se os laços e inserção no território. Ainda se debruçando sobre a Política de Assistência Social, o capítulo de Silva et al reflete sobre a experiência de estágio em um município de

pequeno porte do recôncavo baiano. As ações de formação realizadas com atores que implementam as políticas se constituem como urdidura da Rede de Proteção à Infância e são oportunidade de aprendizado e produção de conhecimento sobre o tema.

A dimensão da pesquisa no contexto do estágio é problematizada por Souza, Santos e Magalhães. A experiência de observação em estágio supervisionado serve de cenário para reflexões sobre a necessidade de aproximação da realidade e aquisição de competência para observação. Questionando se a prática de observação na etapa inicial do estágio teria um caráter estático, se caberia uma postura passiva do estagiário nesse processo de observação, o estudo vai oferecer considerações sobre o lugar da pesquisa como constituinte e constitutivo do Serviço Social na construção de conhecimento.

O trabalho social não pode ser compreendido de maneira isolada das relações sociais, e disso decorre nossa formação, ao contemplar a dimensão política como central em nossa profissão. Nossa itinerância, os caminhos e o compromisso ético-político que assumidos assumimos pavimentam nosso exercício profissional.

Seguimos nesta caminhada, embalados pelas experiências e convívio com comunidades tradicionais, instigados pelos dilemas da emblemática questão social contemporânea, reafirmamos nosso compromisso de seguir produzindo conhecimentos adequados aos contextos em que são formados os estudantes e profissionais, protagonistas de seus destinos e sujeitos capazes de responder e interferir na realidade hipercomplexa e em rápida e constante transformação.

Sigamos,

Recôncavo, inverno de 2020.

Sumário

Introdução

*Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva,
Ilzamar Silva Pereira, Simone Brandão Souza* 17

PARTE I

ENSINO: os desafios para formação profissional no Serviço Social

O Sistema Único de Assistência Social e o trabalho profissional

*Ilzamar Silva Pereira, Aline Maciel do Nascimento,
Andrea Alice Rodrigues da Silva*25

Projeto de intervenção e estágio supervisionado na UFRB

*Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva,
Ilzamar Silva Pereira, Zaira Ferreira da Silveira Santos,
Martharluam Conceição da Silva*47

A dimensão da pesquisa no estágio supervisionado em Serviço Social

*Sílvia Cristina Arantes de Souza, Tatiele Gomes dos Santos,
Vinicius Pinheiro de Magalhães*67

Segurança pública para LGBTI+: Brasil e Portugal

Rodrigo Sales Queiroz, Simone Brandão Souza87

Estudantes quilombolas avaliam o Bolsa Permanência

Andréa Queiroz Silva Brito, Lúcia Maria Aquino de Queiroz 109

Assistência ao estudante de Ensino Superior: condicionalidades e direitos

Fabricio Fontes de Andrade, Bruna Passos Melo Novaes 129

Medida socioeducativa: os dois lados da mesma moeda

Elisângela Coelho Rangel, Marcela Mary José da Silva 149

A Dimensão Técnico-Operativa na formação em Serviço Social na UFRB

*Jucileide Ferreira do Nascimento, Malena da Silva França,
Tainara de Jesus Souza* 169

PARTE II

PESQUISA E EXTENSÃO: a experiência da UFRB na construção do conhecimento

Serviço Social na UFRB: desafios da permanência x pandemia

Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva, Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Caroline dos Santos Lima, Catharina Fernandes Alves, Ediane Pereira Santana, Gabriele Ribeiro Queiroz 187

Drogas e os/as discentes do CAHL

Heleni Duarte Dantas de Ávila, Cleiton Lima de Oliveira Barbosa, Celina dos Santos Almeida, Clícia Carolaine de Jesus Alves, Daniele Sampaio Gonzaga, Jéssica Bastos Sampaio, Marcos Oliveira de Jesus, Rodrigo Sales Queiroz, Taís Lima Costa, Thainá Santana dos Santos, Wagner Souza da Encarnação 207

Pessoa com deficiência em Cachoeira e São Félix: eu estou aqui?

Silvia de Oliveira Pereira, Aryelle Miranda de Oliveira, Ayla Falcão Brito Machado, Bruna Santos Amorim, Camila Vieira da Silva de Assis, Emanuely B. Macário dos Santos, Eva Cristian S.S. Barbosa, Juliana Tosta de Oliveira, Nadirjane Nogueira Conceição de Oliveira, Najara Gomes do Amaral, Rogeson dos Santos de Jesus 229

Saúde mental e gênero: a invisibilidade da violência

Adriely dos Santos Matos, Leandro Ribeiro Azevedo, Márcia da Silva Clemente, Simone Brandão Souza 245

Projeto de extensão “Ética em Movimento” na UFRB

Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva, Débora Rodrigues Santos, Francisco Henrique da Costa Rozendo, Juliana Pinheiro Barbosa, Grasielle Mota Amorim, Anaise Alves Fonseca Silva, Vaislana Mairan Alves Dias de Souza, Verônica Mendes da França Silva, Zaira Ferreira da Silveira Santos 267

Sobre os autores 281

Introdução

*Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Ilzamar Silva Pereira
Simone Brandão Souza*

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, está completando 12 anos. Neste período temos acumulado reflexões e produzido conhecimento a partir de variadas experiências de ensino, pesquisa e extensão.

Os desafios têm sido imensos nesse processo e um deles diz respeito a sermos o primeiro Curso de Serviço Social em uma universidade pública no Estado da Bahia, o que imprime enorme responsabilidade na garantia e consolidação de uma formação profissional qualificada com capacidade crítica e competência para compreender e intervir nas diferentes dimensões que conformam esse campo de atuação, a partir de uma prática fundamentada em princípios éticos, com capacitação teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e comprometida com a transformação societária.

Considerando-se que a territorialidade é dotada de características culturais, políticas e de relações de poder muito próprias e que historicamente, como fruto do preconceito regional e de uma cultura colonizadora, as cidades de interior ocupam, em relação às capitais, um lugar de invisibilização, subalternização e ainda deslegitimação dos seus processos sociais e culturais, produzir conhecimento a partir de uma universidade localizada no território de identidade do Recôncavo e interior de um estado do Nordeste é um enorme desafio epistêmico.

Compreendemos que o privilégio epistêmico e o monopólio do conhecimento no mundo colonizado são regionalizados, mas também têm raça e sexo, na medida em que estão centrados no saber produzido pelo homem branco ocidental. Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento de raízes coloniais, que também se reproduz no Brasil, tem fabricado, ao longo da história, não apenas a inferiorização e desqualificação de conhecimentos gestados fora do eixo sul-sudeste, mas o seu epistemicídio.

Portanto, ser um curso de Serviço Social em uma universidade pública no interior da Bahia, especialmente em tempos políticos obscuros de ataques e desinvestimentos na ciência e na educação, e produzir conhecimento qualificado e reconhecido é um desafio, tanto para a consolidação do próprio curso quanto no que diz respeito à garantia de visibilidade e credibilidade para suas produções.

Nesse sentido, este livro, mais do que uma reverberação do resultado exitoso de experiências e reflexões produzidas no curso de Serviço Social da UFRB, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, por docentes e discentes, é um tratado de resistência do projeto de universidade pública, gratuita, laica, com elevado padrão de qualidade e socialmente referenciada, mas também uma contestação às estruturas de conhecimento hegemônicas e excludentes de outros saberes produzidos pelas margens.

O livro, que se divide em duas partes, traz na primeira parte intitulada *ENSINO: desafios para formação profissional e produção epistêmica no Serviço Social*, as produções originadas de atividades de ensino, em especial experiências de estágio e de orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Já os textos que compõem a segunda parte, nomeada *PESQUISA E EXTENSÃO: a experiência da UFRB na construção do conhecimento*, refletem as experiências de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo curso. O livro, portanto, no seu conjunto de

capítulos, reafirma a importância da indissociabilidade do tripé, ensino, pesquisa e extensão, enquanto requisito necessário para uma formação profissional crítica, frente à complexa realidade social.

No capítulo que abre este livro, intitulado *O Sistema Único de Assistência Social e o trabalho profissional*, Ilzamar Silva Pereira, Andrea Alice Rodrigues da Silva e Aline Maciel do Nascimento realizam importante reflexão sobre a Política de Assistência Social e os desafios colocados à gestão e profissionalização dessa política, a partir de experiência de estágio supervisionado em Serviço Social no âmbito da Proteção Social Básica.

A contribuição de Andréa Alice Rodrigues Silva, Albany Mendonça Silva, Ilzamar Silva Pereira, Zaira Ferreira da Silveira Santos e Martharluam Conceição da Silva com o capítulo *Projeto de intervenção e estágio supervisionado na UFRB* analisa, a partir da experiência de implementação de um projeto de intervenção de estágio supervisionado em Serviço Social realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Recôncavo da Bahia, os desafios da Rede de Proteção à criança e ao adolescente frente à violação de direitos, a partir da atuação da equipe de média complexidade do CRAS e do Conselho Tutelar.

Logo em seguida, em *A dimensão da pesquisa no Estágio Supervisionado em Serviço Social*, Silvia Cristina Arantes de Souza, Tatiele Gomes dos Santos e Vinicius Pinheiro de Magalhães têm como proposta retratar a importância da pesquisa no contexto do Estágio Supervisionado I em Serviço Social, para tanto, utilizam como aporte de análise o momento de observação da realidade sócio-ocupacional em um Centro de Atenção Psicossocial I do município de Cruz das Almas/BA.

Na sequência, apresentamos outros cinco capítulos abrangendo também atividades de ensino, mas que estruturam suas análises em experiências de orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso. O

primeiro deles, *Segurança pública para LGBTI+: Brasil e Portugal*, de Simone Brandão Souza e Rodrigo Sales Queiroz analisa, a partir de pesquisa realizada com ativistas de Movimentos LGBTI+ da Bahia e da cidade de Vila Real em Portugal, as políticas de segurança pública, sua efetividade na garantia das existências de pessoas LGBTI+ e aponta como caminho de resistência intervenções pautadas na socioeducação acadêmica e militante.

O capítulo de Lúcia Maria Aquino de Queiroz e Andréa Queiroz Silva Brito, que tem por título *Estudantes quilombolas avaliam o bolsa permanência*, desvela as principais contribuições e lacunas do Programa Bolsa Permanência para a vida acadêmica e a permanência de estudantes quilombolas da cidade de Valença, no Baixo Sul da Bahia, em cursos de graduação nos quais estão inseridos.

Assistência ao estudante de Ensino Superior: condicionalidades e direitos, de Fabricio Fontes de Andrade e Bruna Passos Melo Novaes busca compreender, a partir do contexto da política de assistência estudantil empreendida pela UFRB, a consolidação de tal política enquanto mecanismo de direito e expansão de cidadania.

Marcela Mary José da Silva e Elisângela Coelho Rangel, em seu capítulo *Medida socioeducativa: os dois lados da mesma moeda*, nos proporcionam uma reflexão sobre o sistema de Medida Socioeducativa de Internação (MSEI), analisando seu caráter punitivo e/ou educativo, a partir de dados de pesquisa realizada com equipe técnica e egresso do sistema de MSEI.

Finalizando a primeira parte do livro, as autoras Jucileide Ferreira do Nascimento, Malena da Silva França e Tainara de Jesus Souza, no capítulo *A Dimensão Técnico-Operativa na Formação em Serviço Social na UFRB*, problematizam a forma como a Dimensão Técnico-Operativa é estruturada e vem sendo contemplada na graduação de Serviço Social na UFRB, a partir do Projeto Pedagógico de Curso e em que medida os instrumentais utilizados pela profissão se materializam nos diversos campos de intervenção profissional.

A segunda parte do livro, que tem como tema as atividades de pesquisa e extensão na formação profissional, traz como reflexão inicial o capítulo *Serviço Social Na UFRB: desafios da permanência x pandemia*, que tem por autoria Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva, Lúcia Maria Aquino de Queiroz, Caroline dos Santos Lima, Catharina Fernandes Alves, Ediane Pereira Santana e Gabriele Ribeiro Queiroz. A pesquisa realizada com as/os discentes do curso de Serviço Social da UFRB, que traçou o perfil das e dos estudantes e objetivou analisar os impactos da pandemia do *Covid-19* em suas vidas e na permanência estudantil na graduação, subsidia as discussões propostas por esse capítulo.

O uso de drogas e as percepções de discentes de graduação e pós-graduação sobre esse uso no âmbito da UFRB, especificamente no Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, é o tema tratado na pesquisa, realizada entre os anos de 2019 e 2020, que fundamentou o capítulo *Drogas e os/as discentes do CAHL*, de autoria de Heleni Duarte Dantas de Ávila, Cleiton Lima de Oliveira Barbosa, Celina dos Santos Almeida, Clícia Carolaine de Jesus Alves, Daniele Sampaio Gonzaga, Jéssica Bastos Sampaio, Marcos Oliveira de Jesus, Rodrigo Sales Queiroz, Taís Lima Costa, Thainá Santana dos Santos e Wagner Souza da Encarnação.

No capítulo *Pessoa com deficiência em Cachoeira e São Félix: eu estou aqui?*, Sílvia de Oliveira Pereira, Aryelle Miranda de Oliveira, Ayla Falcão Brito Machado, Bruna Santos Amorim, Camila Vieira da Silva de Assis, Emanuely B. Macário dos Santos, Eva Cristian S.S. Barbosa, Juliana Tosta de Oliveira, Nadirjane Nogueira Conceição de Oliveira, Najara Gomes do Amaral, Rogeson dos Santos de Jesus procuram, a partir de pesquisa realizada nos municípios de Cachoeira e São Félix, identificar e problematizar onde se encontram as pessoas com deficiência nessa região, questionando assim suas invisibilidades e mapeando o que está estruturado no campo

da política social e de acesso a serviços destinados a esse grupo populacional.

O capítulo *Saúde mental e gênero: a invisibilidade da violência*, de autoria de Márcia da Silva Clemente, Adriely dos Santos Matos, Simone Brandão Souza, e Leandro Ribeiro Azevedo analisa, a partir de atividades de extensão promovidas no campo da violência de gênero e de pesquisa realizada sobre a política de saúde mental implementada em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Recôncavo Baiano, a importância de conferir visibilidade às questões de gênero, em especial aos aspectos concernentes à violência contra a mulher com sofrimento mental e a assistência disponibilizada pelo CAPS, através da referida política.

Para fechar esta edição, no capítulo *Projeto De Extensão “Ética Em Movimento” na UFRB*, Débora Rodrigues Santos, Francisco Henrique da Costa Rozendo, Albany Mendonça Silva, Andréa Alice Rodrigues Silva, Juliana Pinheiro Barbosa, Grasielle Mota Amorim, Anaise Alves Fonseca Silva, Vaislana Mairan Alves Dias de Souza, Verônica Mendes da França Silva e Zaira Ferreira da Silveira Santos refletem, a partir de experiência de extensão realizada com supervisores de estágio e discentes do curso de Serviço Social da UFRB, sobre o debate da ética na formação profissional, as experiências nos diferentes campos de estágio e os dilemas postos nesse processo.

Assim, nosso desejo é o de que este livro contribua com as reflexões e construções sobre a formação e o trabalho profissional e que, referenciado no projeto ético-político do Serviço Social, seja possibilidade de fortalecimento de um projeto societário coletivo e na perspectiva de ampliação da luta pela transformação societária diante de um contexto de expansão da desproteção social e da violação sistemática de direitos.

PARTE I
**ENSINO: os desafios para formação
profissional no Serviço Social**

O Sistema Único de Assistência Social e o trabalho profissional

Ilzamar Silva Pereira

Aline Maciel do Nascimento

Andrea Alice Rodrigues da Silva

Introdução

O capítulo proposto enseja reflexões, sob diferentes perspectivas, acerca da Política de Assistência Social, a partir da experiência de estágio supervisionado² em Serviço Social, pois coloca em evidência a assistência social como política de proteção social. Nesse sentido, com a preocupação de abordar o tema, considerando a sua complexidade, elegemos alguns pontos a partir da perspectiva de uma reflexão sobre a gestão dessa política pública no contexto de implementação do SUAS no município de Médio Porte, com população entre 50.000 a 100.000 habitantes (PNAS, 2004, p.16), os quais, a nosso ver, são fundamentais nesta análise, no intuito de compreender os desafios postos à gestão e à profissionalização dessa política, e especialmente, como contribuição nesse processo de formação profissional, tendo como horizonte a defesa e a afirmação de direitos, conforme preconiza o Projeto Ético Político do Serviço Social.

² Entende-se estágio supervisionado, no processo de formação profissional do assistente social, segundo as diretrizes curriculares do Serviço Social, como uma atividade curricular obrigatória, a partir da inserção do discente no espaço sócio-ocupacional, com o objetivo de sua capacitação para o exercício profissional. Prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do/a estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social (PNE - ABEPSS, 2010).

Desde já, entendemos que, mesmo numa sociabilidade burguesa o SUAS somente será efetivamente consolidado, na perspectiva do acesso e da ampliação de direitos, se edificado sobre bases sólidas de compromissos políticos e éticos. Sendo assim, consideramos ser impossível pensar os desafios da implementação do SUAS e os consequentes desdobramentos para o trabalho profissional sem a devida compreensão de que eles estão essencialmente imbricados em uma cultura política caracterizada por relações sociais e políticas hierárquicas, patrimonialistas, clientelistas e tuteladoras, ainda bastante presentes na política da Assistência Social, inclusive com rebatimentos no processo de formação profissional.

Muitas vezes, fazemos um discurso muito próprio da categoria, e para dentro da categoria, de que rompemos com o clientelismo e com o paternalismo por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (1993) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS) (2004), da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) (2005), da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) (2006) e da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009). Na realidade, nós avançamos na perspectiva formal, legal, no entanto, no cotidiano, junto aos sujeitos sociais, estes ainda não têm a clareza a respeito do que significa ter acesso à Política de Assistência Social, de modo que ainda a procuram através dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), em busca de uma ajuda, de um favor, o que se mostra bastante comum tanto no âmbito local quanto no nacional. Nesse cenário, pensamos que esse campo da proteção social, enquanto direito social, permanece muito obscuro para a nossa população.

A partir dos pressupostos acima sinalizados, organizamos o nosso capítulo, dividindo-o em duas partes. A primeira parte refere-se

a uma reflexão em torno dos limites das intervenções do Estado, na sociedade capitalista contemporânea, em relação à implementação das políticas sociais, particularizando o caso brasileiro. A segunda parte aborda a operacionalização da experiência do estágio supervisionado em Serviço Social junto à Política de Assistência Social, enquanto política pública de proteção social, e os desafios postos à profissão e à formação profissional.

No que diz respeito à proposta de gestão na perspectiva do SUAS, em um município de Médio Porte, segundo a classificação da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), enfatizamos a necessidade de assegurar um dos fundamentos dessa política, que é a afirmação de direitos. Desse modo, sob essa perspectiva, ressaltamos a necessidade de um quadro de trabalhadores que consolide a Assistência Social como política pública de seguridade social, voltada para o enfrentamento da questão social expressa na desigualdade social, na pobreza, na violência e na barbarização da vida, considerando a dinâmica das relações sociais a partir da contradição capital x trabalho, inerente ao modo de produção capitalista.

Ao pautarmos, portanto, essa discussão, resta-nos indagar: em uma realidade como a brasileira, marcada por relações sociais e políticas hierárquicas, clientelistas e patrimonialistas, em que medida é possível concretizar o processo de construção da assistência social como política de direitos e proteção social de seus usuários, ou, melhor dizendo, dos sujeitos sociais? A formação profissional vem respondendo às exigências em relação à defesa e à reafirmação de direitos e do protagonismo dos usuários/sujeitos sociais dessa política?

Colocando as questões em termos mais concretos e próximos da realidade brasileira, na qual os assistentes sociais exercem cotidianamente suas funções, o que precisamos fazer para afirmar a assistência social como política de direitos que, inseridos em um projeto

societário mais amplo, possa contribuir para o processo de construção de uma sociedade emancipada, que não se esgota na garantia da cidadania burguesa, ou seja, de uma sociabilidade burguesa? Sem a pretensão de respondermos ou esgotarmos essas questões, vamos trazer algumas reflexões para o enriquecimento do debate.

Assistência Social na contemporaneidade

Ao longo de sua trajetória histórica, a Assistência Social foi reconhecidamente associada a uma cultura política caracterizada por relações clientelistas, patrimonialistas e tuteladoras, tendo as relações pessoais e de favor como formas de acesso e concessão aos bens e serviços sociais. Convém lembrar aqui que, tanto na realidade brasileira quanto nas realidades locais, há, ainda, uma forte herança cultural do clientelismo, a qual, muitas vezes, norteia o processo de decisão e elaboração das políticas públicas, com significativa influência nas práticas profissionais, inclusive de assistentes sociais, na Política de Assistência Social, constituindo-se, em nosso entendimento, em um dos desafios para a consolidação do SUAS e da Assistência Social como política de proteção social. De acordo com Sposati (2009, p. 15),

a assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais. Portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira.

A esse respeito, vale recorrer a Yazbek (2004), quando em suas lúcidas reflexões argumenta que a política brasileira tem essa herança cultural pesada do clientelismo, da tutela, do apadrinhamento e do favor e que, na área da Assistência Social, esse peso é ainda maior

porque essas ações passam pela oferta de algum recurso, serviço ou benefício, com implicações para o protagonismo e a emancipação dos usuários. Além disso, verifica-se uma cultura moralista e autoritária em relação às famílias, em que estas são culpabilizadas pela sua própria pobreza.

Assim sendo, persiste como um dos maiores desafios em relação a esta política sua própria concepção como campo específico de política social pública, como área de cobertura de necessidades sociais. Ou seja, pela ausência de parâmetros públicos no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação permanecem na Assistência Social brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro damistas e patrimonialistas (YAZBEK, 2004, p. 19).

É importante destacar que a cultura tuteladora e clientelista identificada pela autora não está presente única e exclusivamente na Política de Assistência Social. Ela permeia de modo peculiar toda a construção histórica da formação social brasileira, tendo em vista que a existência de relações pessoais e de favor é transversal à sociedade brasileira.

Entretanto, o paradigma dos direitos sociais na história das políticas sociais no Brasil é reafirmado pela CF de 1988, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, por dar notoriedade às garantias legais e a novos direitos sociais, sobretudo, em relação à seguridade social não contributiva. Tal conquista é fruto das lutas sociais e demandas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que culminaram em um novo paradigma para as políticas sociais no Brasil, no que tange à universalização do acesso, à responsabilidade estatal, à descentralização e à participação social. É conveniente lembrar que essas conquistas no âmbito das políticas sociais refletem também a necessidade de cimentar as bases para uma transição pactuada no contexto do processo de redemocratização do país. O

momento exigia, ao mesmo tempo, a inclusão das reivindicações populares na agenda governamental, mas condicionava fortes limites às ações do Estado sob orientação neoliberal, o que implicaria a redução do tamanho do Estado no campo social, o desmonte de direitos garantidos constitucionalmente e o acirramento das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Yasbek (2004, p. 37) afirma:

Esse modelo é um estado que reduz suas intervenções no campo social e apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

A propósito, a Carta Constitucional foi promulgada em um momento em que o mundo, sob a égide da hegemonia neoliberal, argumentava a desresponsabilização do Estado com os direitos sociais. Essa tendência de redução do Estado social e de redefinição das políticas sociais, minando o conteúdo dos direitos sociais que lhes empregavam sentido, entraria em confronto com o reconhecimento da Assistência Social como uma política de proteção social na área da seguridade social.

Não foi por acaso que a inserção da Política de Assistência Social na CF de 1988 e na LOAS (BRASIL, 1993) não significou fontes

asseguradas de recursos, lembrando que todas as conferências deliberam no sentido de assegurar recursos vinculados com percentuais fixos e que nunca avançamos nessa direção. Trata-se de um grande desafio que se coloca para essa política, pois, como garantir direitos sociais sem uma base (piso) de financiamento? Como construir planos decenais sem a garantia desse investimento por parte do Estado brasileiro?

Contudo, tal reconhecimento foi explicitado pela Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993) e institucionalmente consolidado pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e pela regulação do SUAS, NOB/SUAS (BRASIL, 2012). Essa realidade gerou vários desdobramentos para o exercício profissional dos assistentes sociais que atuam nessa política. Um exemplo são as atribuições hoje previstas para os CRAS e os CREAS, espaços públicos de implementação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

Entretanto, apesar de reconhecermos a importância da profissionalização dessa política, não podemos deixar de demarcar o caráter contraditório da implementação do SUAS na realidade brasileira. Em pleno século XXI, implementar uma agenda de atribuições, pautadas em alargamento de direitos que atraem as forças progressistas da nossa sociedade com as promessas de combate à pobreza extrema, de geração de emprego e renda e de justiça social, está na contramão de um projeto de Estado de reestruturação produtiva (ultraneoliberal)³, o qual é claramente regressivo e conservador no que se refere aos direitos sociais historicamente conquistados.

3 “[...] Estamos na iminência de termos um ultraneoliberalismo, com fascismo, comandado por uma figura farsesca que usa farda. Talvez a gente viva agora o pior momento das universidades públicas se essa tragédia se consubstanciar. Espero que isso não venha a ocorrer, se não entraremos em uma fase mais difícil que na ditadura militar, mais difícil que o neoliberalismo dos anos 90 para cá. Porque agora seria uma combinação nefasta de ultraneoliberalismo com uma ditadura militar sem limites e com respaldo eleitoral” (ANTUNES, 2018, p. 1).

No que concerne ao processo de construção do SUAS, vale recorrer a Yazbek (2004), quando explicita que estamos nos defrontando com uma pesada herança que marcou a história dessa área de Política Social e lhe atribuiu características particulares dentro do contexto histórico da Proteção Social dos cidadãos brasileiros. Um parâmetro que não podemos esquecer é o de que o SUAS foi concebido e está sendo implementado num contexto histórico adverso e muito diferenciado daquele que propiciou a formação do conceito de seguridade social da Constituição de 1988 e da LOAS, em 1993. Essa última foi aprovada e começou a ser implementada, inclusive, já numa fase de esgotamento das conquistas democráticas das lutas sociais do período da redemocratização e da ascensão da contrarreforma do Estado preconizado pela avalanche neoliberal.

Avançando em suas reflexões, Yazbek (2004) argumenta que nós estamos entrando na contramão da história, porque nos encontramos numa dinâmica em que há prevalência da esfera econômica sobre a social. Remamos meio na contramão ao defendermos o social, porque há uma absoluta subordinação do social ao econômico, aos ajustes estruturais da economia. A lógica é assim: se sobrar, podemos cuidar do social, desde que não comprometa a reprodução ampliada do capital.

Não podemos esquecer que décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem o reconhecimento dos usuários ou dos sujeitos sociais dessa política (os mais pobres) como sujeitos de direitos, cuja história evidencia trajetórias que envolvem discriminação de classe, de gênero, de raça e de etnia. Ou seja, o entendimento da assistência social como direito convive em seu cotidiano, de forma conflituosa, com políticas de enfrentamento à pobreza e com concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas. Convive, sobretudo, com a ausência de parâmetros públicos no reconhecimento de seus

direitos, reiterando a imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de acesso às políticas sociais de modo geral.

Segundo Yamamoto (2000), enquanto os princípios constitucionais, como a implementação dos direitos sociais, forem subordinados à lógica orçamentária, ou seja, enquanto a política social for subordinada à política econômica, ficando o dever legal submetido à disponibilidade de recursos que se tornam cada vez mais escassos para operar as políticas sociais, não há como efetivar a tão proclamada e desgastada “inclusão social”. Somente podemos reverter esse quadro se invertermos a lógica, de modo que o dever legal oriente as decisões orçamentárias.

Portanto, mesmo considerando a perspectiva de uma sociabilidade burguesa, obter “justiça social” implica um novo pacto de poder político que materialize os direitos sociais universais reconhecidos na CF de 1988 e que aceite, como tarefa permanente, o ataque às raízes estruturais das desigualdades sociais. Significa reconhecer a necessidade urgente de democratizar a propriedade (pública e privada), o crédito interno, a carga fiscal e os serviços públicos, transformando-os em bases de sustentação do crescimento da produção e do emprego com distribuição de renda.

Para finalizar as reflexões em torno desta primeira parte, que discute o Estado, a política de assistência e as implicações da cultura política, devemos ter a capacidade de pensar não de forma linear, mas, sim de pensar o SUAS na história do município de Médio Porte, compreendendo suas particularidades e singularidades e os desdobramentos para o trabalho profissional.

O estágio supervisionado no SUAS

O estágio supervisionado em Serviço Social da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi realizado em uma Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social no estado da Bahia,

atualmente qualificada no nível de Gestão Básica, em um município de Médio Porte, em consonância com a PNAS/SUAS (BRASIL, 2004). O município em questão possui um CRAS e um CREAS.

O estágio supervisionado foi desenvolvido no Departamento de Proteção Social Básica (PSB), que se destina à prevenção de situações de risco e vulnerabilidades, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ele inclui os respectivos serviços direcionados ao CRAS, que tem suas bases no Programa de Atenção Integral a Famílias (PAIF), através dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), contando com 04 (quatro) núcleos distribuídos pelo território da cidade.

Os serviços são direcionados ao público idoso, às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. Para além desses serviços, o CRAS também possui grupos de atendimento e acompanhamento a gestantes e suas famílias, principalmente aquelas em que as crianças estão sendo acompanhadas pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A partir do atendimento e acompanhamento às famílias referenciadas aos CRAS, na Proteção Social Básica (PSB), muitas inquietações emergiram dos profissionais da área de assistência social, a partir da nossa experiência no estágio supervisionado. Nesse sentido, foi proposta uma metodologia participativa, com a realização de um debate acerca dos instrumentais utilizados pela equipe técnica, com o intuito de qualificar as ações desse serviço, mediante ações preventivas a riscos e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias acompanhadas pelo CRAS.

Para além disso, é relevante destacar que se despertou a necessidade, junto à equipe técnica, de realizar estudos de casos para discutir alternativas que contribuíssem com a autonomia dos usuários, desenvolvendo ações emancipatórias que, de alguma

forma, incidissem positivamente na qualidade de vida dessas famílias. Para tanto, foi planejado um trabalho envolvendo todos os profissionais da área da assistência social, inclusive, identificando como esses usuários poderiam acessar a rede de proteção social existente no município junto a outras políticas públicas, ou seja, em face da nossa experiência no estágio, fizemos uma discussão sobre a importância da intersectorialidade, prevista na PNAS/SUAS (BRASIL, 2004), com vistas a debater as necessidades, os limites e as possibilidades, a partir das bases organizacionais do SUAS, quais sejam: Matricialidade Sociofamiliar, Intersectorialidade, território, financiamento e controle social. Nessa direção, debruçamo-nos, por decisão da equipe, nas seguintes dimensões: intersectorialidade, Matricialidade Sociofamiliar e territorialidade.

Intersectorialidade: garantia de direitos

Para debater sobre a Política de Assistência Social, faz-se necessário discutir a importância da intersectorialidade, considerando que a Política de Assistência Social não pode desenvolver o trabalho com famílias de maneira isolada, posto que há uma necessidade concreta de que existam pactuações para que esse trabalho se materialize. Torna-se primordial, portanto, reconhecer que a oferta de um único serviço não é suficiente para proporcionar todas as garantias a uma família em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

A respeito da intersectorialidade, o Caderno de Orientações Técnicas do CRAS (2009, p. 26) aponta:

A promoção da articulação intersectorial depende de uma ação deliberada, que pressupõe a ideia de conexão, vínculo, relações horizontais entre parceiros, independência de serviços, respeito à diversidade e às particularidades de cada setor. A intersectorialidade se materializa mediante a criação de espaços de comunicação, do aumento da capacidade de negociação e da disponibilidade em se trabalhar em conflitos.

Além da importância do fortalecimento em ações intersetoriais, não podemos esquecer da relevância da rede socioassistencial, que desempenha um papel fundamental na rede de proteção social, uma vez que é necessário saber trabalhar articuladamente e definir fluxos e protocolos entre os serviços e junto a outras políticas públicas, devendo atuar na perspectiva da garantia de direitos e conhecer o território de demandas e possibilidades existentes no município.

Na experiência do estágio supervisionado em Serviço Social, foi possível perceber a complexidade e os desafios de trabalhar de forma intersetorial, sendo necessário planejar e organizar ações e protocolos, resguardando aquilo que é específico de cada área. Essa dimensão intersetorial se constitui em um permanente desafio para os trabalhadores da área da assistência social, os quais sempre têm o intuito de contribuir com o acesso às demandas postas pela população, empenhando-se em prol da melhoria das condições de vida dos demandantes dessa política. No estágio, pudemos identificar que, mediante as necessidades dos usuários, estas por si só são reveladoras das diversas expressões da questão social, fazendo-se necessário o encaminhamento a partir dos níveis de complexidade das demandas. Desse modo, exige-se dos profissionais uma intervenção qualificada e crítica.

No momento da execução do projeto de intervenção, emergiram os desafios postos à intersetorialidade e foi possível observar a preocupação tanto dos assistentes sociais como dos demais trabalhadores da área da assistência social. Diante desse contexto, ficou perceptível a necessidade de discutir e consensuar as formas de promover essa articulação, a partir de estratégias concretas (definição de procedimentos e fluxos internos e externos), no sentido de contribuir com o acesso a bens e serviços pela população usuária do SUAS, não podendo desconsiderar a necessidade de atendimento

às famílias, tendo os profissionais o reconhecimento da importância de sistematizar dados e informações que ocupam um lugar de destaque na organização e no funcionamento do sistema.

A Centralidade na Matricialidade Sociofamiliar

A Matricialidade Sociofamiliar, enquanto uma das bases organizacionais do SUAS, é de extrema importância, levando em consideração os círculos sociais que o indivíduo venha a desenvolver ao longo de sua vida. De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), para se constituir uma família, não é preciso fidedignamente conter laços sanguíneos, visto que ela pode acontecer através de laços de solidariedade e/ou afetividade:

[...] podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos, e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família (BRASIL, 2004, p. 41).

Contudo, sabemos que é completamente compreensível que a família seja um ambiente em que há divergência entre seus membros, por quaisquer motivos. Por esse motivo, o conceito de família é fundamental no SUAS, pois o trabalho social com famílias no PAIF é imprescindível no CRAS. A equipe de referência necessita ser capacitada a partir de elementos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, devendo ser proativa para planejar ações que guiem a prevenção e a proteção dos indivíduos e suas famílias em sua totalidade. Essas ações são referenciadas nos serviços, com vistas a visibilizar suas necessidades sociais sem preconceitos e a romper com as ações fragmentadas, prevenindo situações de risco e/ou vulnerabilidades.

As crescentes demandas de proteção social são postas não apenas por “pobres” ou “desempregados”, mas também por uma maioria de cidadãos que se percebem ameaçados pelos riscos de, a qualquer momento, perderem a segurança advinda de seus tutores modernos: o trabalho assalariado e o Estado. Corroboramos esse entendimento de Calixto (1999, p. 141), ao expor:

[...] apesar de não se negar o caráter institucional da família, concebê-la apenas enquanto uma organização sólida e intocável em detrimento de ser um espaço de conflitos e tensões é negá-la como construção social que se constrói e se reproduz no contexto das relações de classe, étnica e de gênero, ou seja: a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é que a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos impõe como tarefa descobrir como suas estruturas incorporam as hierarquias de classe, raça, gênero e etnia, fontes geradoras de desigualdades e que responderiam pela forma e significado das mesmas.

Vale ressaltar o caráter contraditório da família, como um chamamento para o fato de que o núcleo familiar não é uma ilha de virtudes e de consensos num mar conturbado de permanentes tensões e dissensões. Independentemente de alterações e mudanças substantivas na composição e nos arranjos familiares, a família é um forte agente de proteção social de seus membros: idosos, pessoas com deficiência, doentes crônicos, dependentes, crianças, jovens, desempregados. Não podemos, porém, exaurir esse potencial protetivo sem lhe ofertar um forte apoio. Espera-se que a família possa cuidar, proteger e desenvolver laços de afetividade, em um processo de construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento.

Nesse sentido, no estágio supervisionado, era perceptível a preocupação que os trabalhadores da assistência social, em especial as assistentes sociais, tinham em realizar trabalhos de

cunho preventivo com as famílias referenciadas no CRAS. Suas ações, inclusive as reuniões com grupos, eram planejadas por meio da mobilização nos territórios mais vulneráveis, destacando-se aqui o trabalho com crianças, adolescentes e suas famílias, idosos e suas famílias. Buscavam-se elaborar estratégias de trabalho com temáticas a partir das realidades vivenciadas por esses grupos/famílias, tais como: drogadição, violências, direitos das crianças e dos adolescentes a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), direitos das pessoas idosas – Estatuto do Idoso. Nessas discussões, era observado o perfil do público usuário com uma linguagem acessível, com vistas a estimular a participação e a compreensão de todos.

Portanto, as expectativas em relação às famílias ainda são muito conservadoras, numa perspectiva de “família nuclear”, resultando daí a necessidade de rompermos com essa lógica de culpabilizar as famílias pelos seus fracassos de forma isolada e contribuirmos para o processo de desconstrução/construção de uma perspectiva de família inserida em um território, na realidade brasileira, marcada por desigualdades econômicas, sociais e políticas. A esse respeito, para Carvalho (2002, p. 15), essas situações constituem-se apenas possibilidades, e não garantias: “A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades”. Sabe-se, porém que “não é razoável falar de ausências de organização familiar, mas de poliformismo familiar. [...] a família não está desorganizada, mas organizada de maneira diferente, segundo as necessidades que lhes são peculiares” (MELLO, 1995, p. 57).

Em face dessas reflexões que envolvem famílias, passamos a nos indagar a respeito de até que ponto as políticas públicas vêm contribuindo com essas famílias marcadas pela pobreza e pela exclusão social em seus territórios.

Território: chão dos usuários

O território foi também uma das pautas mais importantes para o projeto de intervenção, porque, assim como a Matricialidade Sociofamiliar, é fundamental que os profissionais possam pensá-lo enquanto uma das bases organizacionais do SUAS, de modo que não se pode desconhecer o chão em que vivem os usuários, ou seja, a territorialidade a partir de vivências individuais e coletivas. Portanto, faz-se necessário que realizemos um estudo crítico, levando em consideração as realidades vivenciadas pelas famílias usuárias da Política de Assistência Social. Isso posto, Abreu (2016) compreende o território como parte do processo de materialização histórico-social da realidade, cujo significado representa a dimensão espacial na qual se dá o processo de reprodução das relações sociais. Para a autora, trabalhar com/e no território significa atuar de forma articulada com outras políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impactos positivos nas condições de vida da classe trabalhadora. Ainda segundo Abreu (2016, p. 14), “o território é o chão da vida social em movimento”.

Nesse processo, podemos observar a necessidade de proatividade dos profissionais, a fim de identificar metodologias para possibilitar a atuação no território, o qual, conforme Santos (2004), tem que ser entendido como território usado, não como território em si. O território usado é chão mais identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Assim, podemos afirmar que a territorialização ocupa uma centralidade como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco, tanto pessoal como social. A adoção da perspectiva da territorialização materializa-se em função da

necessidade de descentralização dos serviços, programas e projetos dessa política e da consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território.

Considerações finais

Diante do cenário exposto, entendemos que a gestão municipal da Política de Assistência Social tem uma missão complexa, revelando-se um duplo desafio: constituir o SUAS, como também consolidá-lo, resgatando a Assistência Social como política de proteção social, não contributiva, garantidora de direitos, mesmo considerando todas as contradições e os limites inerentes a uma sociabilidade burguesa.

Desde que surgiram as primeiras ideias, o projeto de intervenção na Proteção Social Básica sempre foi muito bem acolhido pelos assistentes sociais e demais trabalhadores da área. Todo o processo, desde a inquietação para a elaboração do projeto até a definição final de como iria acontecer, gerou bastantes expectativas, que foram se delineando no decorrer do estágio supervisionado, com debates intensos, mas necessários para o amadurecimento da intervenção profissional junto ao público demandante dessa política.

O projeto de intervenção contribuiu no sentido de possibilitar aos discentes e profissionais a oportunidade de que todos se expressassem, problematizando questões no que concerne aos processos de trabalho desenvolvidos no CRAS e às relações estabelecidas com a rede socioassistencial do município. Além disso, foi propositivo para os usuários, na medida em que as reflexões colaboraram para a qualificação na atuação profissional, enquanto as mudanças ocasionadas na construção e no aperfeiçoamento

de protocolos e fluxos contribuíram para facilitar o acesso a bens e serviços disponíveis no município, tais como a facilitação de encaminhamentos dentro da própria rede socioassistencial e as melhorias no desenvolvimento dos instrumentos de atuação.

O debate com os assistentes sociais, psicopedagogos, psicólogos e demais trabalhadores da área da assistência social, inclusive os profissionais de apoio, foi bastante profícuo, principalmente por trazer informações concretas do cotidiano vivenciado na prática profissional, elencando suas principais necessidades, dificuldades e desafios, que, ao longo da realização do projeto de intervenção, foram emergindo. Ainda, foi observada a importância de articular-se com outras políticas públicas, a exemplo da saúde e da educação, conselhos tutelares e demais conselhos de direitos, para que fossem pontuando os limites e as possibilidades da atuação profissional na Política de Assistência Social, numa perspectiva de reconhecimento de que muitas demandas ultrapassam os limites da missão institucional, sendo necessário acionar outras políticas e/ou outros órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos, contribuindo sobremaneira na efetivação dos direitos sociais disponíveis aos usuários.

Nesse sentido, é possível afirmar que o projeto de intervenção deixou várias contribuições para o campo de estágio – que envolve os discentes (estagiários), os docentes (supervisores de ensino) e os assistentes sociais (supervisores de campo) –, as quais vão desde uma aproximação da própria universidade com o território no qual estamos inseridos até a compreensão da sociedade em que vivemos e dos seus processos culturais. Esse processo permitiu também que fosse feita uma provocação, no sentido de discutir as contradições existentes na execução da Política de Assistência Social e sua importância no município, reforçando a necessidade de uma atuação multiprofissional e intersetorial no território, chão das vivências.

No que concerne à materialização da Política Pública de Assistência Social, sob essa perspectiva, há ainda grandes desafios não somente para a gestão, mas também para o estágio supervisionado em Serviço Social e para o trabalho profissional. Dentre eles, destacamos: efetivar uma gestão pública pautada em princípios éticos e técnicos; garantir a intersetorialidade; produzir diagnósticos; qualificar/implantar equipamentos públicos; construir fluxos de atendimentos, em articulação com a rede socioassistencial, definindo as atribuições de cada órgão; fortalecer parcerias e articulação entre ministério público, conselhos de direitos e tutelares, políticas públicas: saúde, educação, trabalho e renda, dentre outras que compõem a rede de proteção social no município.

Mostra-se relevante que não somente os assistentes sociais dominem o conhecimento referente a essa política, mas também todos aqueles que estejam inseridos nesse espaço/território, principalmente por reconhecer que, quando um usuário chega ao Centro de Referência de Assistência Social buscando algum tipo de orientação e/ou serviço, é com esses profissionais que ele terá seu primeiro contato, sendo cada vez mais preeminente a qualificação profissional para a profissionalização dessa política.

Referências

ABREU, Maria Helena Elpidio. Território e Política Social no contexto da Ideologia Neodesenvolvimentista no Brasil. *In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4. 80 Anos de Serviço Social: tendências e desafios. Anais [...]*. 2016. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ae/ae8d522a-c8bc-4295-8df0-0fa8473977e5.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral**. 8 out. 2018. Disponível em: <https://apufpr.org.br/2018/10/08/podemos-viver-um->

ultraneoliberalismo-sob-uma-ditadura-e-com-respaldo-eleitoral-alerta-ricardo-antunes/ Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei n. 7.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. (Reimpresso em 2013). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos**. NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. (Reimpresso em 2014).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005**: construindo as bases para implantação do sistema Único de Assistência social. Brasília: MDS/SNAS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em: 13. fev. 2018.

CALIXTO, Mônica Maria. **O mundo da infração e da droga**: um estudo sobre a trajetória de adolescente pobres em Natal/RN. 1999. 157p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). O lugar da família na política social. In: _____. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. p. 15-27.

CFESS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf Acesso em: 10 jun. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e serviço social. **Ser Social 6**. Revista semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social, Brasília, jan./jun. 2000.p.53-62

MELLO, Sylvia Leser. Família: perspectiva teórica e observação factual. *In*: CARVALHO, M. C. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 51-60.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CRAS. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacos_Cras.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos).

SPOSATI Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 13-56.

YAZBEK, Maria Carmelita. Tendências da Política de Assistência Social. *In*: CICLO DE DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNICAMP, 20. Mesa Redonda “Assistência e Previdência: Caminhos e tendências”. Expositores: Professor Dr. Wilson Cano do Instituto de Serviço Social & Saúde. **Anais [...]**. Campinas, v. 3, n. 3, p. 1-94, maio 2004.

Projeto de intervenção e estágio supervisionado na UFRB

*Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Ilzamar Silva Pereira
Zaira Ferreira da Silveira Santos
Martharluam Conceição da Silva*

Introdução

O presente capítulo objetiva fazer uma análise da implementação e da efetivação do projeto de intervenção do estágio supervisionado em Serviço Social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de Pequeno Porte I⁴ do Recôncavo da Bahia.

A referida instituição oferece, através da política de Assistência Social, a Proteção Social Básica (PSB)⁵, dispondo, nesse intuito, de uma equipe mínima, composta por assistente social, psicóloga e advogada, para atender as situações de média complexidade⁶, construindo um trabalho em parceria com outras instituições da Rede de Proteção Social. Além de atender as demandas dos serviços que são de sua atribuição, o CRAS desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que deveria ser ofertado primordialmente no Centro de Referência

4 Município de Pequeno Porte I: mínimo de 1 Cras para atender até 2.500 famílias referenciadas e Equipe Básica de Referência (CNM, 2012, p. 26).

5 Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 33), a Proteção Social Básica “tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

6 Segundo a mesma política (BRASIL, 2004, p. 37), demandas de média complexidade “são aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos”.

Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento ausente no município.

Apesar de não ser função do CRAS, no município, ele atende (devido à ausência do CREAS) as demandas da Proteção Social Especial, necessitando, para tanto, de uma equipe mínima, conforme citado anteriormente. Nesse contexto, os casos de violações de direitos contra crianças e adolescentes são recorrentes, manifestando-se de várias formas, como negligência, abandono, violência psicológica e, principalmente, sexual.

Assim, é de suma importância que exista um acompanhamento integrado da Rede de Proteção à criança e ao adolescente, por meio de diferentes órgãos, com a intenção de proteger essa parcela da população. Entretanto, fazer com que essa rede consiga intervir de forma efetiva no âmbito municipal é considerado um desafio.

Como afirma Furini (2011), as instituições municipais, em muitos momentos, são espaços de perpetuação de interesses de cunho pessoal e populistas, que, por sua vez, podem interferir significativamente no bom desenvolvimento da Rede de Proteção Integral à infância e à adolescência.

O trabalho da equipe de média complexidade no acompanhamento de casos de violência contra a criança e o adolescente acontece em parceria principalmente com o Conselho Tutelar (CT), que intervém nessa realidade com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esse trabalho chamou a atenção e tornou-se objeto de intervenção do estágio curricular obrigatório, que priorizava problematizar, junto à Rede de Proteção, as dificuldades reais para a materialização das diretrizes preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente por parte dos conselheiros tutelares, seja por falta de preparo, seja por uma falha no processo de “escolha” desses agentes. Surge, dessa forma, a necessidade de

uma capacitação continuada, para que esses profissionais estejam preparados para lidar com as demandas que lhes forem apresentadas no cotidiano.

Porém, para que essa formação aconteça, é preciso haver, como menciona Gonçalves e Guará (2010), uma “mobilização de vontades” que possa viabilizar, apesar das dificuldades do percurso, os necessários pactos de complementaridade e de cooperação entre atores sociais, organizações, projetos e serviços. Busca-se, com isso, ampliar a visão, para que haja uma atuação mais efetiva sobre a realidade, construindo uma rede que promova uma intervenção mais agregadora e cooperativa, otimizando serviços, espaços e competências.

É nesse horizonte que será analisada a experiência de capacitação dos conselheiros tutelares, objeto de intervenção do estágio supervisionado, com o intuito de discutir o papel da Rede de Proteção Social referente ao trabalho com as crianças e os adolescentes do município. Tem-se como meta, ainda, refletir acerca do papel e das atribuições dos conselheiros e de formas de intervenção que reduzam os impactos da violência na vida das vítimas; construir estratégias para alinhar o trabalho da rede do PSE; e orientar crianças e adolescentes sobre seus direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para tanto, o capítulo se estrutura em três partes: a primeira discute a Política de Assistência Social como campo de estágio supervisionado; a segunda faz uma reflexão acerca da Rede de Proteção Social e dos seus desafios de articulação; e a terceira analisa o desenvolvimento do projeto de intervenção do estágio supervisionado junto aos conselheiros tutelares. Por fim, registram-se as considerações finais.

Nessa perspectiva, a relevância deste capítulo está em apresentar as vivências e os aprendizados do estágio supervisionado

em Serviço Social, analisando os impactos da efetivação do projeto de intervenção na atuação da Rede de Proteção Integral a crianças e adolescentes, especificamente, no acompanhamento dos casos de violação de direitos em um município do Recôncavo Baiano. Dessa forma, o estudo visa contribuir com a reflexão e a produção de conhecimento sobre a referente temática.

Política de Assistência Social

A partir de 1988, com a Constituição Federal, registra-se que há uma mudança significativa nos rumos da assistência social, que passa a assumir uma conotação de política pública. Nesse sentido, a assistência social é reconhecida como política pública no campo da Seguridade Social.

No campo operacional da Política de Assistência Social, os marcos legais – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), Norma Operacional Básica do SUAS (2005) e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (2006) – estabelecem as diretrizes para a execução da Política de Assistência Social (PNAS). Esta integra a Proteção Social⁷, sinalizando os equipamentos e a estrutura para a execução dos serviços socioassistenciais, e se materializa de forma integrada com as políticas setoriais, de acordo com a realidade socioterritorial, a fim de enfrentar as desigualdades existentes naquele contexto, buscando a universalização dos direitos sociais.

A PNAS tem como principais objetivos: oferecer programas, serviços, projetos e benefícios com a intenção de viabilizar a proteção social básica e/ou especial; promover ações no âmbito da assistência social, visando à garantia da centralidade na família e à convivência entre seus membros, além da convivência comunitária;

7 Di Giovanni (1998, p. 10) entende por Proteção Social as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações”.

promover a equidade dos usuários e buscar a ampliação dos serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é responsável por integrar e organizar as entidades prestadoras de assistência social, viabilizando serviços socioassistenciais. Estas tornam-se, assim, cogestoras e corresponsáveis na luta pela garantia da proteção e dos direitos sociais dos usuários da assistência social, incluindo o público infantojuvenil.

Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é considerado, segundo o PNAS (BRASIL, 2004), uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, abrangendo um total de até 1.000 famílias/ano. Ele executa serviços de proteção social básica, bem como organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social.

O CRAS é considerado a porta de entrada da Política de Assistência Social, sendo um dos principais equipamentos desta. Ele teve origem a partir da construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2005, modelo de gestão que operacionaliza as ações dessa Política Social no Brasil.

Diante disso, ele executa o Programa de Atenção Social às Famílias (PAIF), que trabalha com a intenção de fortalecer o vínculo familiar dos usuários, compreendendo os diversos modelos de família e superando o reconhecimento de um modelo único, baseado na família nuclear, partindo do suposto de que é função das famílias,

prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p. 35).

O CRAS, campo de estágio⁸ aqui apresentado, foi inaugurado no ano de 2010, mudando de sede algumas vezes pela ampliação dos serviços ofertados. Sua última reinauguração aconteceu em maio de 2018 (SANTOS, 2019). A instituição tem como umas das suas principais demandas o acompanhamento de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, trabalhando para que os usuários que necessitam de acesso a programas da Seguridade Social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Carteira do Idoso, o Passe Livre etc., possam contemplar efetivamente suas necessidades.

Além dessas demandas de acesso a Benefícios Eventuais, as técnicas da instituição atuam na articulação entre o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a viabilização do acesso formal aos direitos dos usuários.

Pode-se observar que a população atendida é, em sua maioria, de famílias negras que se encontram em situação de risco social. Além disso, há uma grande quantidade de mães solas que procuram a instituição (SANTOS, 2019).

A população que acessa os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) inclui crianças de 06 anos a adolescentes de 18 anos, além de idosos com mais de 60 anos. Dos grupos PAIF, fazem parte mulheres e mulheres gestantes (SANTOS, 2019).

De acordo com Santos (2019), o CRAS já atendeu, desde o ano de 2010, em média, 2250 famílias. A média de famílias

8 As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas pela ABEPSS em 1996, apontam pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e tratam o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo de ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática e da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, que se consubstancia como exercício teórico-prático mediante a inserção do/a aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais. O estágio supervisionado objetiva capacitar o/a aluno/a para o exercício profissional por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social "supervisor/a acadêmico/a" (CFESS, 2013).

acompanhadas pelo CRAS mensalmente, através do PAIF, é de 10 famílias. Essas famílias são, em sua maioria, beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

O equipamento está instalado num prédio cedido para o Estado e tem uma estrutura física com dependências de qualidade, com boas instalações para o exercício profissional e com salas sem insalubridade e bem mobiliadas.

Para a garantia dos serviços prestados, o CRAS funciona com recursos que são direcionados aos auxílios e aos serviços oferecidos, provenientes do cofinanciamento da Política de Assistência Social dos Governos Federal, Estadual e Municipal. O recurso do Governo Federal é direcionado ao PAIF e aos SCFV; o recurso do Governo Estadual, ao PAIF, ao SCFV e aos Benefícios Eventuais; e o município direciona um recurso para as ações do CRAS em geral.

Sobre a rede socioassistencial, registra-se que o CRAS mantém uma relação de parceria com instituições de outros setores, políticas e organizações, principalmente com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o Conselho Tutelar, a Delegacia Local, o Ministério Público, dialogando também, de maneira mais geral, com as políticas de Saúde e Educação. Essa troca entre as instituições contribui de forma muito positiva para o melhor acompanhamento das demandas.

Uma outra instância que mantém uma relação muito concreta com o CRAS é o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que fiscaliza a Política de Assistência Social, deliberando sobre os orçamentos municipais e acompanhando a Política de maneira geral.

No ano de 2018, foi criado um grupo com dois representantes de cada política municipal, com a intenção de formar a Rede de Proteção Social. Foram feitas reuniões nas quais se realizaram estudos de casos, encaminhamentos e construção de fluxos de demandas, que perpassam essas políticas e exigem a sua articulação. Como resultado da criação da Rede, foram organizados, em 2019,

momentos de formação no sentido de informar sobre o que cada equipamento das diferentes políticas é responsável. Nesse sentido, o próximo tópico realizará uma elaboração conceitual sobre a Rede de Proteção Social e uma análise de seus desafios atuais.

Rede de Proteção Social

Para situar os desafios da Rede de Proteção, considera-se importante compreender a conceitualização de rede, para balizar a discussão. Dessa forma, destaca-se que o conceito de rede inclui a junção de diferentes programas de cunho social que coordenam esforços voltados à assistência da sociedade brasileira, definida a partir de parâmetros de renda e constituição familiar.

Conforme Gonçalves e Guará (2010, p. 17), “as experiências de implementação nos processos das diferentes redes têm gerado inúmeros estudos, reflexões e, conseqüentemente, diversos aprendizados sobre aspectos a serem considerados [...]”. Sendo assim, para uma boa dinâmica do trabalho em rede e para a melhoria das práticas institucionais, é preciso: mobilização contínua; articulação e análise do desenvolvimento do processo de trabalho; financiamento das atividades para a sua expansão; articulação com todas as redes formais e especificamente com as redes de proteção sociocomunitárias, o que é fundamental; realização de encontros presenciais, propostos por meio da elaboração de uma agenda comum; comunicação como um vetor de extrema importância nos processos grupais de formação; realização de eventos de mobilização e de comemoração; parcerias internas e externas; entre outros (GONÇALVES; GUARÁ, 2010).

Ainda, a respeito das ações que podem formar potencialidades para a rede de proteção, Gonçalves e Guará (2010) fazem pontuações importantes: a) as organizações das redes devem seguir uma

lógica horizontal, rompendo com a hierarquização dos processos; b) os componentes da rede devem atuar de forma espontânea, desenvolvendo uma participação sempre objetiva e estimulada; c) a rede de proteção social deve ter seu foco bem definido, o que pode ser decisivo para o seu sucesso; d) a rede pressupõe a assunção de papéis e responsabilidades, de modo que haja um revezamento nesses papéis sem sobrecarga para nenhum de seus participantes; e) os papéis de facilitadores ou mediadores na rede são de grande importância, pois são essenciais para a organização das pautas, emergentes a partir do objetivo da rede, moderando as discussões e os encontros; f) a circulação das palavras deve ser tratada como prioridade para o pleno funcionamento da rede, assim como a escuta do outro, devendo haver o estímulo e a asseguarção de ambos; g) a rede demanda uma reflexão contínua sobre as suas formas de funcionamento e as diferentes estratégias empregadas em sua constante mobilização. Explicita-se, com isso, que, em suas diferentes etapas, a estrutura deve assegurar relativa flexibilidade para se adequar às novas necessidades, podendo haver modificações sempre que o momento assim o justificar.

Diante do exposto, frisa-se que é possível obter mais eficiência e efetividade ao se enriquecerem as ações. Isso pode ser alcançado mediante maior propriedade acerca das atribuições dos agentes sociais, que precisam conhecer o campo e buscar novos subsídios para continuar ampliando a eficácia das ações; demarcação da responsabilidade do Estado em promover, por meio de ações em suas diversas políticas públicas, a proteção social através do formato de rede, por meio da Política da Assistência Social; e as ações promovidas nos níveis de proteção, acima mencionadas, na direção de enfrentamento da violação de direitos.

Trabalhar em Rede de Proteção Social requer a apreensão de um novo paradigma, tanto no que tange ao exercício de novas formas

de relação quanto a um novo modelo de gestão. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 15) afirma que essa proteção supõe “conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível”.

O modelo de Proteção Integral a crianças e adolescentes busca, a partir da perspectiva de Gonçalves e Guará (2010), desenvolver relações mais horizontalizadas, exigindo disposição para uma articulação socioeducativa que deve

abrir-se para acolher participação de várias políticas públicas setoriais; derrubar limites de serviços que agem isoladamente; incluir a participação da sociedade, comunidade, famílias; acolher o território onde se localizam as crianças e os adolescentes (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p. 12).

Tais questões sinalizam a necessidade de articulações institucionais, numa perspectiva de construção coletiva, e colocam em questão a discussão da intersectorialidade⁹ como condição indispensável para a efetivação da rede de proteção integral, na direção do atendimento do público infantojuvenil. Gonçalves e Guará (2010) argumentam que deve existir uma interdependência entre os nós de uma rede, de modo que as diferenças que podem residir entre eles não sejam ignoradas. Ressalta, ainda, que essa rede não se configura como uma centralidade.

Dessa forma, é possível entender o motivo pelo qual esse modelo é utilizado, já que promove a proteção integral às crianças e aos adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê

9 É uma nova forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas. Supõe vontade, decisão e tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, portanto, a estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também a possibilidade de trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações (YAZBEK, 2014).

como atribuição da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público o dever de promover, prioritariamente, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de todas as crianças e todos os adolescentes.

O ECA ainda reforça essa ideia no artigo 88, estabelecendo que é necessário que exista

integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento das crianças e dos adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional (BRASIL, 1990).

Essa relação intersetorial e intergovernamental permite uma articulação entre os agentes sociais que compõem a Rede de Proteção Integral, o que potencializa o seu desempenho, promovendo uma intervenção mais cooperativa e construindo teias articuladas a partir de diferentes leituras da realidade, o que resulta em uma intervenção mais efetiva. Para tanto, são exigidas conexões que tenham vinculação com redes temáticas e instituições de toda a cidade.

Desse modo, reafirma-se que, para a efetivação da Rede de Proteção Social, é importante superar alguns desafios existentes nessa modalidade de trabalho, principalmente no que diz respeito à articulação entre as instituições que a compõem, garantindo a efetivação dos direitos, cuja responsabilidade é compartilhada pelo Estado, pela família e pela sociedade.

No âmbito da Rede de Proteção Integral à criança e aos adolescentes, vale salientar a necessidade de romper posturas conservadoras para a garantia dos direitos e a superação dos desafios. Por essa razão, percebe-se a importância dos Conselhos

Tutelares e da capacitação dos conselheiros na efetivação da rede, o que será problematizado no próximo item.

Projeto de intervenção

Com a intenção de promover, controlar e defender a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais da criança e do adolescente, foi criado o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Segundo Farinelli e Pierini (2016), o SGDCA consiste em um sistema estratégico complexo na sua estruturação, que tem o intuito de promover ações que viabilizem a prioridade da assistência à infância em qualquer situação, ultrapassando um sistema de atendimento.

Desse modo, faz-se essencial esmiuçar o funcionamento desse sistema, para a compreensão de como se dá o atendimento ao público direcionado a partir da perspectiva de cada instituição, entendendo suas atribuições e desafios para a efetivação da doutrina da proteção integral.

Esse sistema traz como principais instituições: o Conselho Tutelar; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); as instituições educacionais; o Centro de Referência de Assistência Social; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social; as delegacias especializadas (ou não, na falta de uma específica); e o Sistema de Justiça (promotores e juizes). Assim, cada um desses elementos possui funções distintas e importantes para assegurar a proteção e a participação integral das famílias, constituindo uma rede de apoio social à infância e promovendo qualidade de vida.

Farinelli e Pierini (2016, p. 76) consideram o Conselho Tutelar como a “porta de entrada” da rede de proteção integral, sendo o primeiro órgão a ter contato com as demandas em relação à violação

dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com Frizzo e Sarriera (2005, p. 189), o Conselho Tutelar cumpre um papel paradigmático, ou seja, “ele não proporciona nenhum atendimento de necessidades, não executa nenhum programa e não presta assistência, mas cabe a ele tomar as devidas providências para que os direitos sejam atendidos”, a fim de zelar para que todas as necessidades das crianças e dos adolescentes sejam satisfeitas.

Para tanto, torna-se necessário que os conselheiros tutelares estejam em constante busca por capacitar sua atuação em várias áreas de conhecimento, que são essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições de forma assertiva e eficiente, conseguindo melhorar os encaminhamentos e monitoramentos e desenvolvendo novos caminhos para o encontro de melhores soluções para as demandas.

Diante do exposto, ressalta-se que o Conselho Tutelar é um dos mecanismos mais importantes previstos na legislação para a materialização da proteção dos direitos da criança e do adolescente. Na realidade em estudo, foi possível observar as reais dificuldades de funcionamento desse sistema no atendimento e na prestação de serviços socioassistenciais que possibilitassem a efetivação da doutrina da proteção integral, conforme preconizado pelos marcos legais. Com isso, pode-se perceber que o CT enfrenta vários obstáculos para efetivar uma atuação de qualidade, sendo um deles a ausência de automóvel de uso exclusivo para o órgão, o que dificulta o atendimento de casos que têm perfil de urgência e as visitas domiciliares, principalmente em residências da zona rural. Nesse caso, quando necessitam do uso do automóvel, é feita uma solicitação na Secretaria de Desenvolvimento Social do município, da qual nem sempre se obtém uma resposta imediata.

Outro desafio que tem atravessado a atuação do Conselho Tutelar é a inexistência de um profissional especializado para atender

as crianças que levam demandas de cuidado com a saúde mental. Nesses casos, é necessário fazer encaminhamentos para outros municípios, o que pode levar tempo, prolongando o tempo em que a criança ficará em situação de risco.

No entanto, é importante reconhecer práticas equivocadas desenvolvidas no cotidiano dos conselheiros tutelares, que surgem como conseqüências da pouca oferta de formação profissional para eles ou até mesmo da escassa mobilização em buscar por conta própria conhecimentos concretos sobre o que de fato são suas atribuições, de acordo com os mecanismos dispostos no ECA.

Por esse motivo, com a intenção de garantir que os conselheiros tenham contato com a formação/capacitação continuada, o CONANDA (2001) estabelece que devem constar na lei municipal recursos orçamentários para o custeio das atividades de qualificação desses profissionais, que por vezes não acontece.

Devido à urgência por formação continuada e às dificuldades de atuação na efetivação da Rede de Proteção à criança e ao adolescente, surge a ideia da implementação do projeto de intervenção no campo de estágio. Ele tem as seguintes metas: a) criar um fluxo de capacitação para os profissionais do Conselho Tutelar; b) estimular discussões sobre o ECA e suas determinações; c) fortalecer o trabalho da rede de Proteção Social, a fim de alinhar as formas de intervenção entre as profissionais do CRAS e os Conselheiros; d) buscar maneiras de intervenção efetivas nos diferentes tipos de violências sofridas pelas crianças e adolescentes do município; e) desenvolver um trabalho que contribua com o processo de conscientização das crianças e de suas famílias assistidas pelo CRAS.

O projeto se iniciou através da elaboração da metodologia. Esta teve como objetivo a criação de oficinas de capacitação profissional direcionadas aos Conselheiros Tutelares e aos orientadores sociais dos serviços de convivência ofertados no CRAS e contou com a

participação de facilitadores para contribuir com a discussão acerca do tema, a fim de promover reflexões em torno da intervenção desses profissionais.

Os resultados obtidos com a experiência revelam que a intervenção recupera a pertinência do trabalho de base, materializando os espaços de capacitação profissional e trazendo oportunidades de crescimento em diferentes aspectos. A prática destacou-se também por proporcionar momentos de formação, os quais, subjetivamente, na instituição, constroem uma consciência individual para um avanço coletivo sobre os direitos da criança e do adolescente. Além disso, consistiu em uma oportunidade de fortalecimento da articulação entre a Rede de Proteção Social especial e a atuação profissional na realidade social.

Nesse sentido, através desse projeto de intervenção, foram construídas iniciativas de um acompanhamento mais profundo e efetivo, pelas profissionais da Política de Assistência Social do município, das demandas voltadas à violação de direitos da criança e do adolescente, corroborando os avanços significativos na intervenção. Tais experiências proporcionaram um acúmulo de conhecimento, especialmente para os conselheiros tutelares, o que representou uma melhora na sua atuação, colaborando para ações contínuas e sistemáticas de cunho mobilizador, contribuindo com o processo de conscientização da sociedade civil, de seu papel e da sua importância para a promoção da proteção as crianças e adolescentes, e deixando de serem vistos como “vigilantes”, e, sim, como aliados nessa empreitada.

Portanto, fica evidente a importância da articulação em rede para promover a Proteção Integral a crianças e adolescentes. Essa organização fortalece as relações institucionais, buscando sempre a qualificação dos profissionais, com vistas a aperfeiçoar principalmente os processos de apuração dos casos, através de

estudos sistematizados, no acolhimento e nos acompanhamentos, levando em consideração especificidades de cada situação e contribuindo para que a criança ou o adolescente saia da situação de risco em que estava inserido.

Considerações finais

Diante das considerações expostas, o estudo nos revela que a construção de políticas que visam proteger as crianças e os adolescentes é resultante de um percurso marcado por lutas. Estas foram caracterizadas pela mobilização popular, essencial para que houvesse mudanças efetivas na forma com que essas políticas eram vistas e tratadas pela sociedade e, principalmente, pelo Estado.

Dentre os marcos legais, destaca-se a execução da Proteção Integral e a instituição do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Através dele, são executadas as políticas sociais destinadas a esse público, promovendo a prevenção, a proteção e a defesa dos direitos do público infanto-juvenil. Elas são organizadas pela participação da sociedade civil e das instituições governamentais, que desenvolvem um trabalho em rede para a garantia de tais direitos.

O Conselho Tutelar tem um papel fundamental na execução das políticas públicas sociais que são direcionadas ao público infantojuvenil. Entretanto, deve haver uma mobilização que abranja todos os autores sociais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, principalmente o Poder Executivo, em direção ao fortalecimento intelectual desses profissionais, buscando a melhora do atendimento da Rede de Proteção Integral no município, reconhecendo suas atribuições e colocando-as em prática, de modo que esse trabalho promova a proteção dos direitos ou evite a recorrência de violações.

Sendo o Conselho Tutelar um agente importante nesse processo, o estudo apontou que o investimento na política de formação dos

conselheiros pode contribuir diretamente para qualificar sua atuação enquanto representação da sociedade, ao exercer suas atribuições com caráter político-administrativo. Além disso, reforça-se a função de mobilizador social, em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes em todo o território brasileiro.

Constatou-se que existem lacunas na atuação da Rede de Proteção, as quais podem acarretar uma atuação enviesada. Há, assim, o perigo de a criança ou o adolescente voltar a conviver com a situação que violou seus direitos ou até mesmo de ter seus direitos violados involuntariamente pela instituição que deveria zelar pela sua proteção.

Observa-se, desse modo, que a ausência de formação profissional dos conselheiros tutelares, desde o seu processo de inserção nas políticas públicas, denota a falta de intimidade necessária para que desenvolvam a política de atendimento à infância e à juventude ou de conhecimentos básicos relacionados ao SGD. Essa não intimidade acarreta uma atuação que muitas vezes se restringe a acolher e encaminhar demandas, não tendo um acompanhamento que de fato traga soluções efetivas para os casos.

Vale ressaltar que isso acontece em um contexto neoliberal, em relação ao papel do Estado e à esfera da Proteção Social. Esse contexto tem propostas reducionistas, voltadas apenas para a mercantilização da vida social. A Política de Assistência Social não é uma prioridade para o Estado, gerando situações com grau de seletividade extrema e práticas filantrópicas/caritativas. O investimento na formação tampouco é prioridade, tornando-se responsabilidade do indivíduo (do conselheiro) buscar conhecimento para a qualificação em seus atendimentos.

Nesse sentido, a necessidade de um maior investimento do poder público é notória e requer tanto o fortalecimento da rede de

proteção à criança e ao adolescente como o investimento financeiro/administrativo necessário para o desenvolvimento pleno das atividades necessárias.

Desse modo, busca-se o aperfeiçoamento de formas de enfrentamento que sejam efetivas diante das necessidades apresentadas pelos municípios e a construção de espaços que tenham a formação profissional continuada e sistemática como horizonte. Além disso, luta-se pela superação do contexto socioeconômico neoliberal, na construção de parâmetros capazes de combater a falta de financiamento e a privatização das políticas sociais.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA**, Lei n. 8.069, Brasília, 13 jul. 1990.

_____. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Diário Oficial da União – DOU, 28 out. 2004.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Cartilha. **Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social**. Brasília, 2013.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Desenvolvimento Social: orientações para a política de assistência**. Brasília, CNM, 2012.

CONANDA. **Resolução n. 75, de 2001**. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares e dá outras providências. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), 2001.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.), **Reforma do Estado &**

Políticas de Emprego no Brasil. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

FARINELLI, Carmen Cecília; PIERINI, Alexandre José. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão**, ano XIX, n. 35, 2016. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_3_Farinelli_Pierini.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

FRIZZO, Kátia Regina; SARRIERA, Jorge Castellá Sarriera. **O Conselho Tutelar e a rede social na infância.** São Paulo: USP, 2005.

FURINI, Luciano Antônio. **Redes sociais temáticas:** o caso das redes sociais de assistência à criança e ao adolescente em Presidente Prudente (SP) e suas representações sociais. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria. Redes de proteção social na comunidade. *In:* GUARÁ, I. M. F. R. **Redes de proteção social:** abrigos em movimentos. São Paulo: Neca, 2010.

SANTOS, Zaira Ferreira. **Relatório Final de Estágio Supervisionado do curso de Serviço Social da UFRB.** Cachoeira, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Sistemas de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais. *In:* MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais.** Campinas: Papel Social, 2014. p. 77-103.

A dimensão da pesquisa no estágio supervisionado em Serviço Social

Silvia Cristina Arantes de Souza

Tatiele Gomes dos Santos

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Introdução

O objeto de estudo da presente reflexão teórica é a dimensão da pesquisa no contexto do Estágio Supervisionado I da graduação em Serviço Social¹⁰, considerado momento de observação da realidade sócio-ocupacional, em experiência num Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I) no município de Cruz das Almas/BA.

A proposta do Estágio Supervisionado I do curso de graduação em Serviço Social da UFRB assenta-se na compreensão de que os cursistas, antes de assumirem a empreitada da intervenção técnica, através de atendimentos sociais e da assunção das demais atribuições profissionais, precisam aproximar-se sucessivamente da realidade na qual intervêm, o que significa desenvolver competências de observação e caracterização dos espaços sócio-ocupacionais.

A pergunta-problema que norteia a reflexão do presente capítulo é: A característica observacional do Estágio Supervisionado I do curso de Serviço Social significa que essa etapa possui natureza estática e infrutífera e que o discente deve assumir postura passiva nesse momento de formação?

Pretende-se responder a essa questão-problema na medida em que cumprir-se o objetivo de localizar o lugar da pesquisa numa

10 A reflexão em torno do Estágio Supervisionado I refere-se à especificidade do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL).

experiência curricular de Estágio Supervisionado I do curso de Serviço Social/UFRB vivenciada no CAPS I de Cruz das Almas/BA no período de junho a julho de 2016.

Defende-se a hipótese de que a dimensão da pesquisa, porque constitutiva e constituinte do Serviço Social brasileiro, deve compor a experiência de formação dos discentes que vivenciam o Estágio Supervisionado I e que a relação (pesquisa-Estágio) pode gerar produtos relevantes para o exercício profissional do assistente social, superando a compreensão do Estágio de observação como estático e infrutífero, inclusive no que se refere à contribuição técnica do/da estagiário/a para o campo de estágio que o acolhe.

O presente capítulo divide-se em duas partes. A primeira procura discutir a dimensão da pesquisa como constituinte e constitutiva para o Serviço Social brasileiro. A segunda parte apresenta o produto de pesquisa desenvolvido durante o Estágio curricular de observação do curso de Serviço Social/UFRB em experiência num CAPS I.

A expectativa é a de que este texto possa contribuir de forma significativa com a formação dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB, sobretudo na experiência do Estágio Supervisionado I, compreendendo esse momento como relevante e produtivo.

A pesquisa no Serviço Social

A dimensão da pesquisa no contexto do Serviço Social brasileiro, apesar de, desde a emergência da profissão, no quadro de irrupção da sociabilidade capitalista monopolista, ter estado associada a perspectivas filosóficas e teóricas – primeiro confessionais (neotomismo), depois científicas (positivismo e funcionalismo) – é no cenário da década de 1980 que a profissão atila sua relação com a investigação; muito em função da ingerência das Universidades e da maturidade teórica e intelectual que auferiram os Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Serviço Social.

Foi na década de 1980 que a profissão alcançou um posicionamento ético em favor da classe trabalhadora, dos usuários e mandatários das políticas sociais, disposição amadurecida na década de 1990, momento em que a categoria aderiu a um Projeto Ético-Político profissional comprometido com os valores da democracia, cidadania, liberdade e pluralismo, materializados na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93), no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. Na ocasião dessas duas décadas, a produção científica do Serviço Social contribuiu de forma significativa para a formulação e avaliação de políticas públicas e também para a reflexão da própria natureza da profissão.

Sposati (2007), refletindo sobre pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social, destaca que Yazbek e Santos¹¹ situam o campo da produção do conhecimento no qual se localiza a profissão, como conhecimento contra hegemônico porque voltado para as “classes subalternas”, e que essa condição – de conhecimento produzido sob a orientação social contra hegemônica – confere um *locus* de legitimidade à pesquisa em Serviço Social, dada a construção histórica da profissão e o que ela passa a afirmar a partir do Movimento de Reconceituação¹².

Todavia, a pesquisa no quadro do Serviço Social não deve ser pensada de forma circunscrita à academia, às Universidades.

11 As referências de Sposati (2007), neste caso, são os seguintes textos: SANTOS, Boaventura de Souza. O papel da produção de conhecimento na transformação social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NAS NOVAS PAUTAS POLÍTICAS”. São Paulo, ABONG, set. 2003; E YAZBEK, Carmelita. Os caminhos para a pesquisa n Serviço social. In: IX ENPESS – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, ABEPSS, 2004. Conferência.

12 Escreve Sposati sobre este conhecimento contra hegemônico: “Adquire o caráter de conhecimento-movimento já que não é um conhecimento conforme, e sim dirigido a um novo lugar/formato de relações e poderes. [...] Dedicar-se a desvendar os invisíveis, os sem voz, os sem teto, sem-cidadania” (SPOSATI, 2007, p. 18).

A dimensão da pesquisa norteia a própria prática profissional, o que reverbera na constatação do fato de que o assistente social que trabalha na execução terminal das políticas sociais também é pesquisador. A este respeito assinala Bourguignon (2007, p. 49):

Práticas e representações da pesquisa, restritas ao meio acadêmico favorecem a falta de iniciativas e investimentos na preparação do profissional como pesquisador. [...] Romper com a dicotomia prática profissional versus pesquisa científica é o desafio que se coloca à profissão.

Exposto este desafio, concordamos com a tese da referida autora ao compreender a dimensão da pesquisa como constitutiva e constituinte do Serviço Social brasileiro.

A pesquisa é constitutiva da profissão porque é atinente ao exercício profissional, o qual demanda reflexões teóricas para instrumentalizar a prática do assistente social: “[...] a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção” (BOURGUIGNON, 2007, p. 50).

A respeito da natureza da pesquisa que constitui o Serviço Social, Baptista afirma (2006, p. 17):

[...] o serviço social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto, a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionados aos modos de agir sobre elas.

Ademais, a pesquisa também é constituinte do Serviço Social uma vez que viabiliza a reflexão crítica acerca da própria essencialidade da profissão: “[...] inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação, mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 50-51).

Apesar de a pesquisa estar relacionada ao contexto da Universidade há que se percebê-la como uma competência, parte do arsenal profissional que oferece respostas de enfrentamento às expressões da Questão Social.

Nesse sentido, a pesquisa, como dimensão constitutiva do Serviço Social, representa também uma disposição profissional, uma atitude investigativa que integra (ou deve integrar) o cotidiano da prática profissional.

Concordamos com Baptista (2006), ao afirmar que a atitude investigativa atinente a trabalhos interventivos não necessariamente significa que essa dimensão esteja apartada da ciência, antes anuncia uma cientificidade que não dicotomiza a relação teoria/prática, afinal:

Quando o objeto de pesquisa é o modo de relação de uma sociedade e o modo de intervir sobre ela, esse processo teleológico de conhecimento não acontece apenas com relação ao pensamento – que é um aspecto parcial da realidade –, mas tem necessariamente uma dimensão prática (BAPTISTA, 2006, p. 23).

Em última instância, trata-se de uma concepção derivada de uma perspectiva teórico-metodológica da tradição da teoria social crítica, arsenal teórico incorporado pela hegemonia da categoria profissional do Serviço Social pós-1980.

Para a tradição marxista o discurso de que “na prática a teoria é outra” reflete a dificuldade de apreensão da teoria social crítica como um instrumento para a reflexão, a crítica e a intervenção na realidade profissional (SANTOS, 2013).

O horizonte da prática profissional é o cotidiano (NETTO, 2011), realidade imediata, pragmática, automática na dinâmica do exercício profissional; nele, pensamento e prática se expressam num materialismo espontâneo. É no panorama da realidade cotidiana dos espaços sócio-ocupacionais que os assistentes sociais e estagiários desenvolvem suas ações e atividades na perspectiva

do enfrentamento das expressões da denominada Questão Social. Todavia, dadas as características da realidade cotidiana (imediate, pragmática, automática) há que se superar, na dimensão do exercício profissional, abordagens profissionais que ofereçam respostas acríicas às demandas reais da população usuária, tendências que derivam de perspectivas, isto é, formas de ler a realidade, que não superam a dimensão superficial e fenomênica do real, da cotidianidade.

A proposta crítica para a superação da realidade fenomênica, isto é, uma aproximação mais aprofundada da realidade sobre a qual se debruça a prática profissional, necessariamente demanda incorporação competente de uma teoria social crítica, a qual ratifica a unidade da relação teoria/prática.

O discurso que dicotomiza a relação teoria/prática e que, em última instância, legitima a narrativa de que “na prática a teoria é outra” deriva de percepções do cotidiano como um dado imediato, sem relações complexas com elementos políticos, econômicos e culturais, os quais produzem e reproduzem as estruturas e lógicas institucionais na realidade dos próprios espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

A teoria social crítica proposta pela tradição marxista viabiliza instrumentos para a superação dessa cotidianidade “pseudoconcreta”, como sinalizou Kosík (1976).

A dimensão investigativa, portanto, no horizonte do exercício profissional na cotidianidade, assenta-se na tentativa de superar um “objeto imediato”, “pseudoconcreto”, a partir de uma análise crítica baseada na perspectiva de totalidade, que, a partir das categorias da singularidade, universalidade e particularidade, possibilitam, através de processos de mediações, aproximações sucessivas da realidade aparentemente complexa e caótica (NETTO, 2009).

Baptista (2006, p. 32), acerca dessa disposição investigativa para a intervenção profissional, acrescenta um elemento importante, a abordagem transdisciplinar:

Isso significa que, para que haja uma ação efetiva sobre uma situação, é preciso conhecê-la como uma totalidade que tem diferentes dimensões e se relaciona com totalidades maiores. Uma mesma questão envolve dimensões políticas, filosóficas, sociológicas, ecológicas, demográficas, institucionais... [...] o seu conhecimento exige uma abordagem de ordem transdisciplinar, o que demanda diferentes tipos de conhecimentos e de pesquisas, que não se limitam ao específico da ação profissional e podem se efetivar com a apropriação crítica dos avanços dos saberes construídos pelas ciências.

A construção do conhecimento é processual e coletiva. O processo de construção de produção do conhecimento se inicia a partir de nossas inquietações pessoais processadas em ambientes gestados coletivamente, os quais expressam preocupações coletivas.

Neste ponto de vista, a prática investigativa integra o cotidiano do fazer profissional, o que, numa perspectiva dialética, nos leva ao pressuposto de que o conhecimento produzido pelo Serviço Social tem uma matriz interventiva.

A competência investigativa do assistente social, adubada por sua *expertise*¹³, deve ser um pressuposto para um exercício profissional crítico e propositivo, avesso a tendências fatalistas – que superdimensionam causalidades, as condições objetivas adversas – e messiânicas – que supervalorizam a dimensão da teleologia, dos projetos, sem a necessária relação com a realidade concreta.

13 *Expertise* aqui entendida enquanto conhecimento *sobre a forma de usar* o conhecimento substancial (que é o conhecimento sobre o objeto); ou seja, no caso do Serviço Social, que o conhecimento por ele produzido revela uma leitura do objeto a partir de um determinado modo de ver: "Isto não significa propugnar pela uniformidade das análises, saberes ou conhecimentos produzidos no campo do Serviço Social, mas reconhecer que esse modo de ver específico indica uma tendência que pode se constituir na *expertise* do conhecimento em Serviço Social" (SPOSATI, 2007, p. 23).

Assim, a experiência de Estágio Supervisionado, momento fundamental no processo de formação acerca da prática do assistente social, não deve prescindir, sob o pretexto de “ensino do fazer profissional”, da dimensão da pesquisa, da relevância da dimensão investigativa.

Em acordo com Buriolla (2011, p. 13), o estágio configura-se como

[...] um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.

Desde a emergência do Serviço Social no Brasil recorre-se à experiência do Estágio a fim de promover o ensino da prática profissional do assistente social. Todavia, é com o advento das legislações mais recentes da profissão (Lei de Regulamentação de 1993 e Código de Ética de 1993), aliadas a legislações gerais sobre Estágio (Lei 6.494/77 e Decreto nº 87.497/82), que se auferiu maior proteção ao estagiário em sua experiência de formação.

Com tais aparatos legais almeja-se

[...] um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta supervisionada por um profissional assistente social competente, que lhe permitirá uma revisão constante desta vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo etc., podendo levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional e num contexto sócio-histórico mais amplo (BURIOLLA, 2011, p. 17).

Decerto que, porque constitutiva do Serviço Social, a dimensão da pesquisa deve fazer parte deste processo de formação, o qual

propicia constantes questionamentos da realidade efetiva das políticas, instituições, equipamentos e dos conhecimentos auferidos pelo próprio estagiário.

Todavia, algumas distorções no cenário do Serviço Social, conforme Buriolla (2011), ainda podem ser observadas quando da constatação de que há desassistência das Unidades de Ensino para a viabilização da realização do Estágio; despreparo de profissionais supervisores de campo para assunção da tarefa de supervisão e tendências à utilização da atividade dos estagiários como mão de obra barata.

Tais distorções certamente prejudicam a formação profissional, inviabilizando “[...] uma revisão constante [da vivência de Estágio] e [...] uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional” (BURIOLLA, 2011, p. 17); realidade que reverbera, inclusive, na ressonância de perspectivas que compreendem esse momento de formação, sobretudo o do Estágio de observação, como uma experiência estática, passiva e infrutífera.

De que forma a dimensão da pesquisa pode manifestar-se no contexto da experiência de um Estágio de observação? É possível desenvolver essa competência profissional nesse momento prático de formação? De que forma a dimensão investigativa pode aperfeiçoar o exercício profissional do assistente social em seu espaço sócio-ocupacional? Questões a serem desenvolvidas a partir da exposição de uma experiência de Estágio Supervisionado I da graduação em Serviço Social na UFRB, num CAPS de tipo I, no período de junho a julho de 2016.

Estágio Supervisionado e observação participante

O Estágio Supervisionado I no curso de Serviço Social da UFRB objetiva o aprimoramento técnico e científico dos estudantes, viabilizando, através da observação e da prática, maior aproximação

das condições e desafios do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

Importa perceber que, nesta experiência, os estudantes têm a possibilidade de serem orientados por supervisor de campo, assistente social lotado no espaço sócio-ocupacional para a realização do Estágio, e supervisor acadêmico, profissional docente de cursos de graduação em Serviço Social.

Na experiência deste relato, o lócus de vivência deste momento da formação profissional foi o Centro de Atenção Psicossocial I – CAPS I da cidade de Cruz das Almas/BA, um dos campos do Estágio curricular em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB no período de junho a julho de 2016.

O Estágio Supervisionado I do curso de Serviço Social da UFRB proporciona capacitação para o exercício profissional, apresentando-se como um momento de colocar em prática o conhecimento acadêmico auferido em sala de aula, a fim de confrontá-lo com a realidade.

Entende-se que, embora para muitos estudantes seja o primeiro contato com um campo de Estágio ou com um profissional fora do espaço acadêmico, o momento é de reflexão e trocas, e deve ir além da observação passiva, ainda que se tratando do Estágio Supervisionado I, o qual não exige uma intervenção direta.

No contexto dessa experiência de formação profissional, onde se observa o dia a dia profissional do assistente social, há que se avaliar as possibilidades de colaboração e contribuição do estagiário para que se melhorem o atendimento dos usuários e a oferta de algum serviço oferecido pela instituição.

A vivência dos estagiários¹⁴ no estágio de observação no CAPS I foi um momento de significativo aprendizado acerca da prática, por meio de experiências, pesquisa e produção.

14 Os autores, à época da experiência do Estágio Supervisionado I, junho a julho de 2016, eram, respectivamente, Supervisora Acadêmica de Estágio (Sílvia Arantes) e Estagiários em Serviço Social (Tatiele Santos e Vinicius Magalhães).

Um exemplo de produto derivado da experiência do estágio foi o intitulado “*Sistema de Controle de Usuários ativos/inativos do CAPS I*”, proposto a partir da observação do trabalho da equipe multiprofissional da instituição.

No dia 02 de junho de 2016, os estagiários depararam-se com um problema da realidade do cotidiano de trabalho no CAPS I. Demandaram-se da equipe técnica informações numéricas e de registro sobre dados específicos dos usuários da instituição, o que foi percebido pelos estudantes como um trabalho profundamente desgastante, pois exigia a consulta individual dos prontuários dos pacientes, uma vez que não havia um sistema de registro de fácil acesso para a coleta desses dados.

Observando tal realidade, chegou-se à conclusão de que seria importante criar um sistema capaz de traçar o perfil de cada usuário, de forma que o mesmo também servisse como um sistema de registro de entrada de novos usuários.

A proposta foi discutida com a supervisora acadêmica, chegando-se à conclusão de que as informações atualizadas de cada usuário ativo facilitariam o trabalho da equipe multiprofissional e também contribuiriam com a formação profissional dos cursistas, pois a disponibilidade dos dados estimularia a dimensão investigativa constitutiva do exercício profissional, além de aperfeiçoar planejamentos de ações mais assertivos em relação a realidades específicas dos usuários.

Diante de orientações, sugestões e avaliações acerca das possibilidades de colocar as ações em prática, a proposta foi apresentada à supervisora de campo. A partir da autorização deu-se início ao trabalho de análise dos prontuários, coletando-se as seguintes informações: nome dos usuários, número do prontuário, Código Internacional de Doenças – CID e endereço.

Na experiência do Estágio, foi observado que a rotina do CAPS I não se apresentava de forma estanque, o que significava que, de forma recorrente, poderiam surgir demandas espontâneas, as quais extrapolavam planejamentos de ação predeterminados. Isso, em alguns momentos, acabava por adiar o processo de análise e consulta dos prontuários.

A experiência no campo de Estágio atentou para o fato de que, a partir da elaboração de um sistema de informações sobre o perfil dos usuários por faixa etária, sexo e principais patologias, seria relevante pensar em intervenções personalizadas no contexto do exercício profissional, a partir da realidade específica dos pacientes.

Nas observações diárias identificou-se que havia oficinas terapêuticas – propostas para o tratamento dos usuários – com muita recusa à participação, a exemplo de oficinas de confecção de bonecas de pano e com dobraduras de papel. Todavia, quando a proposta de trabalho era com argila, havia maior adesão às atividades.

Após aprofundamento em estudos e a partir das discussões com as supervisoras de estágio, foi compreendido pelos estagiários que até mesmo o objeto produzido pelos usuários no contexto da oficina terapêutica tinha relação com as características de seu sofrimento mental. Daí a importância de associar o planejamento de atividades com os usuários às peculiaridades de seu sofrimento mental, o que pressupunha investigação, categorização de dados sobre o perfil desse público e suas subdivisões por natureza de sofrimento mental.

A personalização de serviços e atividades, a partir das peculiaridades dos usuários, sinaliza para uma atitude profissional que caminha na direção de afirmação do Projeto Ético-político do Serviço Social. É necessário que se valorizem a autonomia e a liberdade dos sujeitos alvo da intervenção do Serviço Social, a fim de oferecer um trabalho de qualidade pautado na defesa dos direitos e respeito aos usuários, verdadeiro significado de humanização no exercício profissional.

Profissionais que não consideram a autonomia das pessoas com sofrimento mental reforçam o estigma da “inutilidade” do louco na presente sociabilidade. Nesse quadro, o olhar crítico e a postura proativa de estagiários podem contribuir para a otimização do desempenho profissional dos próprios assistentes sociais inseridos na prática.

A partir da criação da tabela, no formato *Excel*, intitulada *Sistema de controle de usuários ativos/inativos*, contendo as variáveis: Prontuário (nº), Nome do usuário, Sexo, Data de Nascimento (Ano de Nascimento e Idade), CID-10 (Código Internacional de Doenças), Telefone, Observações e Situação (Ativo/Inativo), foi possível unir, num único arquivo digital, informações relevantes dos prontuários físicos, que eram divididos apenas com o nome do paciente e sexo.

As variáveis “Telefone”, “Observação” e “Situação” mostrariam as especificidades de cada paciente, sem ser necessário manusear os prontuários alocados em arquivos físicos. A variável “Situação” ainda permitiria um acompanhamento detalhado sobre as altas dos pacientes, a fim de verificar o cumprimento das finalidades e objetivos institucionais. Conforme quadro abaixo:

Figura 1 – Exemplo de variáveis do instrumento *Sistema de controle de usuários ativos/inativos* do CAPS I

Nº	PRONTUÁRIO	NOME DO PACIENTE	SEXO	DATA NASC./ IDADE		CID - 10	TEL.	OBS.	SITUAÇÃO
				Ano de Nasc.	Idade				
1	61	NOME	M	1955	62	F07.8	(75) xxxxxx	Usa medicamento X, endereço X, etc.	ATIVO

Fonte: Autoral (2016).

Ao apresentar e discutir junto com a equipe multiprofissional a viabilidade do uso da tabela na instituição, percebeu-se que o

instrumento referido, além de um sistema de controle de usuários ativos/inativos do CAPS I, poderia ser utilizado também como um sistema de controle de entrada e saída no serviço, tornando-se um instrumento norteador para o trabalho na instituição. A sua utilização não excluía o prontuário físico, mas ao fazer o cadastro do paciente no sistema de controle de usuários da instituição, os dados e as estatísticas sobre os demandantes do serviço seriam atualizados automaticamente, o que facilitaria o planejamento de ações personalizadas para o tratamento e acompanhamento dos usuários do CAPS I.

A realização do Estágio I previa o entendimento acerca da Política Municipal de Saúde Mental, bem como o funcionamento do CAPS I; esse primeiro momento foi enriquecedor ao permitir uma observação crítica da realidade institucional. A observação e anotações, por meio do diário de campo, foram importantes para captar as informações imediatas que poderiam ser desconsideradas noutras abordagens investigativas.

As supervisões acadêmicas de estágio foram cruciais nesse processo, especialmente por conduzirem os estagiários na direção de uma postura proativa que viabilizou relações frutíferas com a supervisão de campo. À medida que a supervisão acadêmica se posicionou pedagógica e didaticamente por um Estágio de observação que partisse da dimensão investigativa do Serviço Social como exercício da prática profissional, os estagiários puderam contribuir concretamente com a instituição que os abrigava para a realização da atividade curricular obrigatória e, simultaneamente, *aprenderam fazendo*.

Como se percebe, trata-se de uma atitude proativa dos estagiários que derivou de um momento de observação no contexto de formação do Estágio supervisionado. A observação de que trata essa experiência não necessariamente é passiva e infrutífera, pois nasce a partir do que estabelece o conteúdo ementário da atividade

Estágio Supervisionado I na UFRB¹⁵, ou seja, a caracterização do espaço sócio-ocupacional na instituição, e avança a partir dessa direção estabelecida. O levantamento de informações sobre as características dos usuários, além de constituir dados para a caracterização institucional, quando sistematizado e organizado, serviu também para otimizar o trabalho da equipe multiprofissional do CAPS I. Ratifica-se, portanto, a dimensão da pesquisa como constitutiva da profissão, ainda que na experiência de um Estágio de observação.

Todavia, não se trata de qualquer tipo de observação a ser defendida na experiência do Estágio, mas de uma observação participante. Mónico e colaboradores (2017, p. 725) ao citarem Correia (1999, p. 31), descrevem essa metodologia de pesquisa como sendo “[...] realizada em contacto [sic.] direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa”.

Nessa empreitada há que se desenvolver o hábito de utilizar cadernos ou diários de anotações a fim de caracterizar a realidade objetiva e também expor impressões subjetivas do pesquisador (MÓNICO, 2017; WHYTE, 2005).

Os estagiários utilizaram o recurso do diário de campo para melhor refletirem sobre a realidade observada. Tratou-se de uma estratégia que permitiu não só a caracterização e descrição de uma realidade, mas a identificação de problemas no contexto institucional onde se desenvolvia a experiência de Estágio.

Se a utilização da observação participante permitiu a identificação de problemas na experiência do Estágio, também

15 Ementa da atividade obrigatória Estágio Supervisionado I do Bacharelado em Serviço Social da UFRB: “Observação e conhecimento da realidade institucional; por *observação* entende-se o processo planejado e sistemático da utilização dos sentidos, para o conhecimento da realidade organizacional e as expressões da questão social nela presentes e/ou manifestas pelos usuários”.

serviu como etapa de outra metodologia investigativa, a pesquisa participante, a qual se compromete com a transformação da realidade (BRANDÃO; BORGES, 2007).

Além da utilização da observação participante, classificamos a experiência vivenciada no CAPS I, onde se realizou a experiência de Estágio de observação, como derivada de, nos termos de Brandão e Borges (2007), uma pesquisa participante; modalidade comprometida com a transformação da realidade institucional, com a modificação da forma com que se propunham ações e atividades para os usuários da instituição. Ali, a intervenção de pesquisa, de forma indireta, contribuiu para que os usuários dos serviços do CAPS alcançassem maior centralidade e protagonismo no contexto de planejamento de ações e atividades terapêuticas, as quais deveriam ser personalizadas a partir das necessidades específicas dos pacientes; projeto facilitado mediante acesso das informações dispostas no *Sistema de Controle de Usuários ativos/inativos* do CAPS I.

Na avaliação dos estagiários, a vivência no Estágio Supervisionado I possibilitou não apenas o aprendizado e experiências da prática profissional do assistente social num CAPS de tipo I, mas instigou-os à curiosidade para a pesquisa, resultando em publicação conjunta em periódico, intitulada “*O Serviço Social no CAPS I de Cruz das Almas – BA: a necessária interdisciplinaridade para a promoção da cidadania dos usuários*”.

No trabalho em questão analisou-se o desafio posto ao Serviço Social de estabelecer diálogos com os outros saberes que compõem a diversidade de profissões que atuam na instituição (SANTOS; MAGALHÃES, 2016).

Outrossim, a experiência de estágio também foi crucial para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso de um dos cursistas, intitulado “*Loucura da fé: A relevância das dimensões da Religiosidade/Espiritualidade no contexto da Saúde Mental na*

perspectiva de usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA, que constatou a dimensão da religiosidade como elemento relevante para pessoas em tratamento em equipamentos da política de Saúde Mental (MAGALHÃES, 2017).

Considerações finais

O presente capítulo, que expõe experiência vivenciada por discentes no Estágio Supervisionado I do curso de Serviço Social da UFRB, no período de junho a julho de 2016, contribui para a percepção do momento do Estágio para além de sua dimensão de observação.

O Estágio Supervisionado I no curso de Serviço Social UFRB, ainda que não requeira intervenções profissionais, não deve prescindir da dimensão da pesquisa, elemento constitutivo e constituinte da profissão. Assim sendo, o Estágio de observação pode se constituir em *locus* privilegiado para a aprendizagem da dimensão investigativa da prática profissional, além de possibilitar efetivamente o alinhamento do ensino com a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, é preciso um olhar atento dos supervisores de estágio, oferecendo propostas que instiguem a percepção investigativa dos estagiários, objetivando não apenas a *reprodução* do conhecimento, e sim sua *produção* por meio de reflexões e ações capazes de contribuir positivamente ao contexto vivenciado no campo de estágio.

A investigação deve nortear a experiência do Estágio de observação na perspectiva metodológica de uma observação e pesquisa participantes, onde, inserido na realidade, a partir de registros e anotações de campo, o estagiário/pesquisador depara-se com problemas que demandam intervenções e desvelam caminhos capazes de modificar a realidade institucional na direção da defesa intransigente dos direitos humanos.

Referências

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Vozes, 2006.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, Vol. 10, n. esp., Florianópolis, 2007, p. 46-54, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BURIOLO, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAGALHÃES, Vinicius Pinheiro de. **Loucura da fé: A relevância das dimensões da Religiosidade/Espiritualidade no contexto da Saúde Mental na perspectiva de usuários do CAPS I de Cruz das Almas – BA**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). UFRB/CAHL, Cachoeira, 2017.

MÓNICO, Lisete et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **ATAS – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**. Portugal: V. 3, 2017, (724-733). Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447>. Acesso em: 19 jun. 2020

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-700.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Tatielle Gomes dos; MAGALHÃES, Vinicius Pinheiro de. O Serviço Social no CAPS I de Cruz das Almas – BA: a necessária interdisciplinaridade para a promoção da cidadania dos usuários. **Revista Extensão**, Vol. XI, n.1, Jan/2017, Cruz das Almas – BA: UFRB/PROEXT, 2016. p. 153-160.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção do conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katalysis**, Vol. 10, n. esp., Florianópolis, 2007, p. 15-25.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

Segurança pública para LGBTI+: Brasil e Portugal

*Rodrigo Sales Queiroz
Simone Brandão Souza*

Introdução

As demarcações teórico-metodológicas de ruptura no campo da pesquisa e da produção de conhecimento e que falam a partir de perspectivas que buscam descolonizar o saber, são por vezes estranhadas pela academia porque rasuram algumas normas acadêmicas instituídas. No entanto, são necessárias, porque revolucionam e apontam outros direcionamentos na construção intelectual, afirmando intencionalidades e posições ético-políticas. Portanto, enquanto escolha metodológica, utilizaremos “Notas Iniciais” e “Notas Finais” no lugar de “Introdução” e de “Considerações Finais” que, embora normalmente usuais, acreditamos, não fariam jus ao fato de este capítulo não introduzir o debate proposto, na medida em que outras autoras e autores potentes já vêm realizando essa discussão. Também não pretendemos que esse debate seja findo nas considerações finais, pois não esgota toda a produção sobre o tema que certamente será ampliada a partir de pesquisas que podem ser desenvolvidas futuramente.

Discutimos, então, em notas iniciais, que as identidades de gênero, orientações sexuais, performatividades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Intersexuais, entre outras identidades (LGBTI+), foram historicamente alocadas no lugar do corpo estranhado, e então violentadas/exterminadas, com participação sistêmica de instituições sociais como o Estado, a Medicina e a Religião (LOURO, 2001, 2004).

A colonização exploratória do território brasileiro, com o protagonismo de Portugal, interveio violentamente nos corpos, vivências e identidades dos povos indígenas que o habitavam e, inclusive, em suas construções de sexualidades e gêneros, segundo Freire e Cardinali (2012). Logo, destacamos na relação entre Brasil e Portugal, entre outras transversalidades apontadas em momentos posteriores deste trabalho, a herança colonizatória, materializada na projeção das realidades de insegurança para a população LGBTI+ no Brasil.

E as políticas de segurança pública são centrais para pensarmos na garantia das existências e proteção aos corpos LGBTI+, não somente a partir das responsabilidades do Estado de provê-las enquanto Políticas Públicas, mas, também, as estratégias que a Sociedade Civil materializa, sobretudo através de suas redes de apoio e dos Movimentos Político-Sociais que se posicionam na representação de categorias e populações.

Assim, este capítulo é resultado, no campo do ensino, da orientação e escrita de trabalho de conclusão de curso, a partir de pesquisa com 10 ativistas de Movimentos LGBTI+ do Recôncavo da Bahia e de Salvador (Brasil), e da cidade de Vila Real (Portugal), sendo cinco de cada território, com identidades de gênero e orientações sexuais diversas, contemplando diferenciadas expressões da população LGBTI+ e garantindo suas representatividades.

Produções históricas identitárias

As identidades das pessoas LGBTI+ foram construídas, historicamente, como expressões de existências marginalizadas, a partir da construção judaico-cristã de um modelo de família que atua na sustentação da sociedade de classes (LESSA, 2012). Essas identidades foram perseguidas e exterminadas massivamente por se encontrarem no lugar da diferença. Tomaz Tadeu da Silva

(2011) discute que algumas identidades se estabeleceram como uma matriz, um padrão identitário em que outra respectiva ocupa o lugar da diferença e é subalternizada por isso. São identidades alocadas em lugares diferentes de poder. Louro (2004) dialoga que a heterossexualidade é a norma que coloca as demais identidades como dissidentes em gênero e sexualidade; esta se revela em sua compulsoriedade, no desenvolvimento de uma sociedade que deslegitima o diferente e, portanto, os corpos LGBTI+.

Ritos de violência contra esses corpos atuam para delimitar o lugar de submissão dos que foram moldados no campo da diferença, e se revelam em movimentos de perseguição e aniquilamento. É necessário que sejam realizadas, então, problematizações contundentes sobre a histórica produção das identidades LGBTI+, com cronologias que traçam o engendramento dessas identidades e os processos de abjetificação das mesmas. Assim, faremos breves análises das socio-historicidades dos corpos LGBTI+, com enfoque no período a partir do século XVI, e na contemporaneidade, sobretudo nas últimas três décadas. Considerando os territórios abordados no eixo de discussão deste capítulo, contemplaremos, de maneira mais evidente, eventos e fatores históricos relevantes para as identidades LGBTI+ nos territórios brasileiro e português.

Foucault (2018) descreve que o puritanismo da modernidade é um dispositivo de controle daquelas sexualidades que divergem do padrão normativo; este faz-se representar por técnicas de repressão, impondo seu desaparecimento. Contudo, é relevante demarcar que os corpos de pessoas que se identificam no campo da diversidade sexual e de gênero nem sempre passaram por esse processo de marginalização de suas existências. Em algumas sociedades, como na Grécia Antiga, os casamentos entre pessoas do mesmo gênero, eram os que mais se pareciam com os matrimônios/casamentos da modernidade, segundo Faro (2015).

Na alta Idade Média, houve uma ascensão de instituições que operacionalizavam a sociedade de classes através da separação de corpos, sobretudo o Estado e a igreja católica – posteriormente, e de forma mais intensa, a medicina – em que a religiosidade manifestada através do catolicismo atuou no combate literal aos chamados “atos de heresia”; a inquisição “[...] perseguiu judeus, hereges, bruxas e pessoas que praticavam a inversão [como se denominou, de forma pejorativa, as pessoas que se relacionavam com outras de mesmo gênero]” (FARO, 2015, p. 126). Isso se deu a partir do investimento histórico na formulação sistêmica de uma sociedade que produz e reproduz a exploração do homem pelo homem, e que necessita de uma constituição familiar cisheterossexual e monogâmica, e da devida divisão sexual do trabalho, para o funcionamento da engrenagem da sociedade de classes (LESSA, 2012).

A imposição da heterossexualidade compulsória surge, alinhada à monogamia, como uma ferramenta de dominação masculina, como constrói Adrienne Rich (2012) em *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Ela afirmou que a heterossexualidade compulsória é um regime de poder que demarca a estrutura das relações amoroso-sexuais pautada na heterossexualidade, mas, sobretudo, garante o acesso dos homens à sexualidade feminina, e, conseqüentemente, o acesso econômico às mulheres.

Assim, no contexto da sociedade de classes, a dominação masculina é basilar e estrutural, através de regimes como a monogamia e a heterossexualidade compulsória, que se aliam à família enquanto instituição reguladora e contribuinte dos mecanismos de preservação do sistema. Toda essa estrutura torna a mulher um objeto de posse e acesso dos homens; portanto, uma existência que não conhece a si mesma nem a outras mulheres como uma possibilidade amorosa e sexual.

No contexto do Brasil, Mott (1994) traz a naturalização das relações homossexuais entre as etnias indígenas no período pré-colonial – algumas delas resistindo até a contemporaneidade – e registros materializados nos relatos de cronistas, missionários e viajantes no processo de colonização exploratória. A sodomia – como eram chamadas pejorativamente as relações amoroso-sexuais entre homens – entre outras identidades dissidentes, sofreu perseguições da igreja católica e da coroa portuguesa, que eram associadas e que atuaram no sentido do aniquilamento dos corpos que divergiam dos valores morais ocidentais-europeus (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Almeida (2010) relata que a inquisição também hostilizou corpos LGBTI+ em Portugal, condenando a sodomia, aprisionando 447 homossexuais entre 1536 e 1821, e assassinando 390 destes. Esses corpos vivenciaram o necrobiopoder¹⁶ como experiência de precarização dos corpos, à medida em que Estado e Religião mantinham uma relação de caráter ineliminável. A partir do século XIX, com a ascensão do Iluminismo e da busca incessante por conhecimento, as instituições que administram a saúde, como a medicina e a psiquiatria, também intervieram de forma patologizante e higienista nas existências dos corpos LGBTI+, como demarcaram Freire e Cardinali (2012).

Outros eventos importantes da história merecem destaque, como a criminalização da homossexualidade em Portugal pelo Código Penal de 1886, a ditadura de Salazar, que aprisionou e atuou de forma sumária contra pessoas LGBTI+ (ALMEIDA, 2010), e a epidemia do HIV/AIDS no Brasil, em Portugal, e em todo o mundo, que foi diretamente associada à população LGBTI+ (FREIRE; CARDINALI, 2010; ALMEIDA, 2010); uma infecção denominada de Câncer Gay.

16 Bento (2018) dialoga que o Necrobiopoder, a partir de uma categorização primária do Biopoder, segundo Michel Foucault, e da Necropolítica, por Achille Mbembe, é uma tecnologia do Estado de separação dos corpos que merecem viver e ser protegidos, e daqueles que merecem ser violentados e exterminados.

Nas últimas três décadas, os Movimentos LGBTI+ e *Queer*, manifestaram-se em intervenções efetivas que garantiram acesso a direitos para a ampliação da cidadania e qualidade de vida para as pessoas LGBTI+ (ALMEIDA, 2010; LOURO, 2001; FREIRE, CARDINALI, 2012). Contudo, o contexto de desproteção para a população é latente e a demanda da segurança como política, na centralidade das existências de pessoas que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, vem se ampliando nas reivindicações dos Movimentos Sociais (MELLO; AVELLAR; BRITO, 2014).

Segurança: Brasil e Portugal

Um movimento histórico, no que se refere a uma revisão cronológica do Brasil e de Portugal, como demarcado em um primeiro momento desta discussão, recorda o doloroso processo de transversalidade que se estabeleceu entre os territórios supracitados no contexto da colonização exploratória. Nesse transpassar das territorialidades, estabeleceu-se a heterossexualidade compulsória, entre outros sistemas de opressão e controle, como uma estrutura ideal, identitária e relacional.

De tal forma, que os corpos LGBTI+ foram construídos como corpos desconsiderados pela sociedade e, então, corpos que não têm acesso à segurança de suas existências. Assim, trataremos breves reflexões sobre políticas de segurança pública no Brasil e em Portugal, e quais cruzamentos construídos entre os *lôcus* mencionados para a garantia/violação do direito à segurança para pessoas de identidades de gênero e sexualidades diversas.

Para tais percepções, foram entrevistadas dez militantes LGBTI+ do Brasil e de Portugal, sendo cinco de cada território, durante o ano de 2019; as identidades destas contemplam expressões diversas da população LGBTI+, como aponta o quadro abaixo com algumas identificações relevantes para as discussões aqui realizadas. As

entrevistadas serão nomeadas com codinomes, preservando sua privacidade e sigilo.

Figura 1 – Entrevistadas no Brasil e em Portugal

CODINOME	PAÍS	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RAÇA/COR
Marielle	Brasil	Mulher cis	Bissexual	Negra
Tibira	Brasil	Homem cis	Gay	Preta
Lili	Brasil	Mulher cis	Lésbica	Parda
Matheusa	Brasil	Mulher trans	Relaciona-se com homens	Negra
Mascarenhas	Brasil	Homem cis	Gay	Preta
Frida	Portugal	Mulher cis	Lésbica	Branca
Karl	Portugal	Homem cis	Gay	Branca
Marsha	Portugal	Pessoa trans não-binária	Pansexual	Branca
Rivera	Portugal	Pessoa trans não-binária	Bissexual	Branca
Gisberta	Portugal	Mulher cis	Lésbica	Branca

Fonte: Autoral (2019).

Ao adentrarmos nos diálogos sobre a segurança pública, é necessário refleti-la numa perspectiva que não se isola somente na militarização da segurança, corroborando com discussões de Luis Eduardo Soares (2002). Segundo o autor, têm-se construído políticas de segurança de forma defensiva, reverberando em contrarreações defensivas e sensações de insegurança na população.

No Brasil, a segurança pública que se garante na Constituição Federal de 1988 atribui, de forma policialesca, apenas aos agentes de segurança¹⁷ o exercício da Política Pública (BRASIL, 2016). Somado a tal aspecto, as forças de segurança, que materializam

17 "I - Polícia Federal; II - Polícia Rodoviária Federal; III - Polícia Ferroviária Federal; IV - Polícias Civis; V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares" (BRASIL, 2016).

a segurança pública no Brasil, realizam um movimento intenso de criminalização pautada nas identidades de raça/cor, desnudando o racismo estrutural.

Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (MOURA, 2019), desvelam que até o primeiro semestre de 2017 o Brasil tinha os seguintes marcadores, no que se refere à sua população carcerária: 54% eram jovens e 63,6% das pessoas eram negras (contemplando pretas e pardas).

Portanto, é necessário que sejam formuladas estratégias que atuem para além da militarização da segurança e criminalização de jovens negras e negros. As entrevistadas Marielle e Lili (Entrevistas Semiestruturadas, Brasil, 2019) relataram a superação de um cenário neocolonial, que reproduz figuras como a do Capitão do Mato e operacionalizam-se de tecnologias racistas no exercício da segurança pública, separando os corpos que merecem ou não ser protegidos e assegurados.

Em Portugal, os dilemas enfrentados pela população se dão na perspectiva da potencialização da sensação de insegurança. O país, um dos mais seguros do mundo, tem uma população que se sente constantemente desprotegida. Tulumello (2018) demarca que isso é consequência de espetacularizações da mídia e ações repressivas da Polícia de Segurança Pública (PSP). Karl (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) acrescentou que existe na PSP uma frente de direita, e que isso se pode sentir no cotidiano, nas formas como atua.

Nesse sentido, pensando na segurança pública como uma política que tem vivenciado colapsos em sua estruturação e efetivação, a população LGBTI+ encontra-se em um sério dilema da permanência histórica da grave desproteção aos seus corpos.

O contexto de violência no Brasil contra pessoas de identidades de gênero e sexualidades diversas, como marcam Michels, Mott e Paulinho (2018), é de um país que ocupa o primeiro lugar mundial

nos registros de assassinatos contra pessoas LGBTI+, sendo morta, em média, uma pessoa LGBTI+ a cada 20 horas no país.

Posições, ainda formalistas, vêm sendo tomadas pelo Estado brasileiro, na materialização de delegacias especializadas, intervenções da Defensoria Pública, Leis, Decretos e Resoluções – mesmo antes da criminalização da LGBTIfobia – que aplicam penalizações civis a atos de discriminação contra as pessoas LGBTI+, como afirmam Mello, Avelar e Brito (2014).

No ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, considerando a omissão objetiva e simbólica do Congresso brasileiro junto à população LGBTI+, sancionou a interpretação da lei que criminaliza o racismo (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989), contemplando, também, violências discriminatórias por orientação sexual e identidade de gênero, segundo Moura (2019) para o jornal *Estadão*.

Contudo, é fundamental destacar a atual crise política que o Brasil vivencia, no governo de Jair Bolsonaro, que sustentou suas campanhas no período eleitoral em discursos e projetos de ódio contra a população LGBTI+, pessoas não-brancas, mulheres, ativistas, entre outros grupos e populações marginalizados; e realizou desmontes de Políticas Públicas já implementadas para a população (QUEIROZ, 2019).

Essa crise é ainda mais problemática se pensarmos que uma parcela considerável da sociedade brasileira parece estar de acordo os ideais desse governo. Segundo Mascarenhas (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019), a representação de Jair Bolsonaro garante e legítima que as violências que estavam veladas sejam concretizadas.

Em Portugal se destaca a experiência da violência verbal, como demarcam Frida e Marsha (Entrevistas Semiestruturadas, Portugal, 2019), quando fazem referência às popularmente conhecidas

“Bocas”, que são agressões verbais e psicológicas, constrangimentos e desmoralizações contra as pessoas LGBTI+. Além disso, outro(a) entrevistado(a) (Rivera, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) destaca a violência institucional e simbólica com a falta de representatividade para as pessoas LGBTI+ na política, na educação e demais áreas. Gisberta (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) coloca que as violências por expressão de gênero e performatividades são mais latentes que as por orientação sexual/identidade de gênero.

Sobre a construção de ações de segurança para as pessoas LGBTI+ em Portugal, Colling (2015, p. 34) informou que:

Em 22 de abril de 2004 foi aprovada a inclusão da orientação sexual no artigo 13 da Constituição, que proíbe várias discriminações [...]. Apesar disso, a identidade de gênero não foi incluída na lista. [...] O Código Penal Português, que foi alterado em setembro de 2007 e em fevereiro de 2013, em seu artigo 240, criminaliza a discriminação racial, religiosa e sexual através do chamado discurso de ódio (COLLING, 2015, p. 34).

A legislação foi sancionada após o “[...] caso Gisberta, trans brasileira assassinada na cidade do Porto, [...] torturada por 12 meninos de um internato da Igreja Católica” no ano de 2006 (COLLING, 2014, p. 248). Gisberta foi uma mulher transexual brasileira que residiu de forma clandestina em Portugal, vivenciou novas vulnerabilidades, tendo estado em situação de rua e sido profissional do sexo.

A violência contra o corpo de Gisberta carrega um caráter simbólico que transversaliza Brasil e Portugal em um movimento cíclico e retorna à historicidade posta aos corpos LGBTI+ a partir do protagonismo de Portugal na implantação compulsória da heterossexualidade. Esse movimento também recorda a religiosidade Católica junto a esse projeto, sobre a sua atuação através de novas formas de hostilização aos corpos LGBTI+ na contemporaneidade

(QUEIROZ, 2015). Em resumo, pessoas de sexualidades e gêneros periféricos, continuam a sentir as violências repaginadas de Portugal e do judaico-cristianismo contra nossos corpos.

Portanto, é necessário pensarmos em uma construção sócio-histórica de projeção das identidades LGBTI+. E quando trazemos à reflexão essas identidades nos territórios portugueses e brasileiros, observamos um distinto desenvolvimento dos corpos que vivenciam a diversidade sexual e/ou de gênero no que diz respeito às oportunidades apresentadas e à proteção disponibilizada para esses corpos, ainda que existam, em Portugal, violências LGBTIfóbicas que devem ser consideradas.

Um marcador interessante das entrevistas que realizamos é sobre o perfil de raça/cor das entrevistadas, em que todas em Portugal se reconhecem como brancas, enquanto no Brasil, todas se reconhecem como pretas, parda ou negras – ainda que este dado tenha surgido de forma espontânea, pois isso não representa uma amostra e sim, uma seleção estratégica e representativa das participantes. Somado a isso, todas no Brasil dizem se sentir inseguras, já em Portugal o discurso da sensação de segurança é unânime, ainda que haja ressalvas quanto a esse processo de segurança (Entrevistas Semiestruturadas, Brasil e Portugal, 2019).

Estes corpos LGBTI+ não-brancos atravessados por violências e insegurança vivenciam, assim, a soma de opressões, numa perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002). Então, somam-se para esses corpos, violências contra a raça/cor, identidade de gênero e/ou orientação sexual e territorialidade.

Assim, apontamos que as estruturas de segurança pública para as pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal ainda não dão conta de garantir a existência e proteção plena a esses corpos. Colling (2015), Freire e Cardinali (2012) e Louro (2001) afirmaram que os Movimentos LGBTI+ têm se movimentado em estratégias e ações de ruptura,

concretizadas na garantia de direitos, nos espaços de acolhimento e coletivização, e na socialização com maior reconhecimento dessas identidades; uma tentativa de superar a realidade posta, como discutiremos no próximo tópico.

Resistências e epistemologia militante

Os Movimentos Sociais são engrenagens potentes na construção de políticas públicas e processos de sociabilidade. Estes coletivos têm se articulado junto às populações as quais representam no sentido de moldar outras trajetórias, com garantias de direitos que viabilizam e corporificam a qualidade de vida para esses corpos. Assim, é relevante pensarmos na formação histórica dos Movimentos que militam a favor da diversidade sexual e de gênero, importantes para efetivação de políticas de segurança.

Os Movimentos LGBTI+ e *Queer* surgiram junto a uma onda de “novos Movimentos Sociais”, com uma perspectiva pautada em reivindicações identitárias. Nesse sentido, é importante destacar a Revolta de *Stonewall* como um importante marco supranacional de mobilização coletiva das pessoas que vivenciam as identidades de gênero e sexualidades diversas (FREIRE; CARDINALI, 2012). O Movimento político surgiu em 1969 a partir de uma organização estratégica de resistência de pessoas LGBTI+ que frequentavam o bar de *Stonewall* em Nova York, que sofria frequentes abordagens policiais.

No Brasil, segundo Guacira Lopes Louro (2001), o Movimento de Libertação Homossexual teve início somente nos anos pós-1975. Esse Movimento emergiu acompanhado de invisibilidades das identidades de lésbicas, bissexuais, trans, intersexos, e identidades étnico-raciais, sendo protagonizado por homens gays brancos. A ausência de pautas de identidades específicas, a exemplo das

lésbicas, provocou a autonomização de determinados grupos dentro do movimento homossexual, especialmente a partir da década de 80. Em 1995 aconteceu a primeira Parada Gay no país, no Rio de Janeiro; a partir de então, houve uma reformulação dos Movimentos LGBTI+ contemplando, em alguma medida, outras expressões identitárias (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Sobre os Movimentos LGBTI+ e *Queer* em Portugal, Colling (2015) discute que, após a Revolução dos Cravos, movimento de ruptura com a Ditadura de Salazar, foi criado o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), no ano de 1991. Após o surgimento desse Movimento no contexto do Estado democrático de direitos, outros Movimentos Sociais que militam pela diversidade sexual e de gênero se articularam no país.

Pensando nas vozes que moldam os Movimentos LGBTI+ e *Queer* – vozes militantes – e nas intervenções que estas realizam historicamente, traremos algumas problematizações que as mesmas colocaram nas entrevistas semiestruturadas Brasil e Portugal, (2019) sobre as violências institucionais, as ferramentas de controle dos corpos, a ineficiência do Estado na garantia da segurança enquanto Política Pública, entre outros debates que as atravessam.

Assim, uma das formas de violência institucional contra as pessoas LGBTI+ no Brasil, como aponta Matheusa (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019), é a deslegitimação das denúncias realizadas aos serviços públicos, sobretudo às instituições de segurança; um desserviço para as lutas LGBTI+ e para a construção de políticas para a população. Matheusa relatou que já tentou registrar Boletins de Ocorrência (BO) na delegacia local e que foi tratada com completo descaso pelos agentes de segurança. O relato de Matheusa corrobora com diálogos realizados por Mello, Avelar e Brito (2014, p. 30) quando afirmaram que “[...] o sistema policial ainda

não faz o registro adequado de ocorrências contra essa população [...]”.

Mascarenhas (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) também relatou a dificuldade de realizar o BO, no final de 2018, em uma experiência grave de hostilização da sua existência. O mesmo foi agredido por dois homens numa cidade do Recôncavo da Bahia, foi negligenciado pela instituição de saúde à qual recorreu e teve a sua denúncia deslegitimada e registrada como roubo.

As violências apontadas por Lili (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) se manifestam em tecnologias de controle de corpos lésbicos. A entrevistada foi detida por uso de maconha, e passou por uma abordagem truculenta/violenta da Polícia Militar. Nesse sentido, agentes de segurança cometeram violências psicológicas fazendo referências pejorativas e preconceituosas constantes à sua identidade lésbica, posto que a entrevistada não performava feminilidade: houve com Lili a repressão da sua sexualidade através do abuso de poder, como mostrou Foucault (2018), com o objetivo de controle do seu corpo sapatão.

E o tempo todo, os policiais repetiam que eu era um homem e que se eu queria ser homem, eu ia ser tratada como homem naquele espaço. E ainda que eu dissesse pra eles que eu não era um homem, que eu não queria ser homem, que eu era uma mulher e uma mulher lésbica e queria que ele me respeitasse enquanto mulher, ele reafirmava pra mim que o tratamento seria um tratamento de um homem. [...] E aí o momento mais violento, assim né, foi quando eles nos levaram pra cela e aí era um compartimento de celas dividido em três celas, e aí eu era a única mulher desse grupo que foi detido. E todo o grupo, ele falou pra todos eles ficarem de cueca e entrarem em uma das celas. E aí ele disse que eu ia entrar na cela também, que eu ia entrar na cela com esses homens de cueca. E naquele momento eu entendi que se eu entrasse naquela cela, eu ia ser estuprada. Ia ser estuprada por todos eles porque ninguém ia, de

alguma forma, me defender, né? E aí eu sentei no chão e comecei a chorar, comecei a chorar e comecei a dizer pra eles que eu não ia entrar naquela cela, que ou eles me matavam ou eles me colocavam numa outra cela. Mas naquela cela eu não ia entrar. E aí eles tiraram as armas e gritando pra que eu entrasse na cela, e eu chorando, chorando no chão, sabendo que eu tava ali porque eu preferia morrer do que ser estuprada. E aí eles foram e me colocaram numa outra cela, assim (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

Em Portugal, ainda que haja questões a serem tensionadas e modificadas entre as forças de segurança, a política de segurança pública vivencia outras realidades de garantia da proteção dos corpos LGBTI+, como desvela o relato de Marsha (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019). Relatou que vivenciou, junto ao seu companheiro, na cidade de Lisboa, uma perseguição nos vagões de metrô por um indivíduo desconhecido, e que a violência só cessou após o encontro com um Policial que fez a segurança de ambos.

Portanto, o contexto de insegurança contra os corpos LGBTI+ é uma realidade dos dois países, ainda que dentro de conjunturas diferenciadas, seja pelos aspectos políticos, civilizatórios, históricos e da própria construção de segurança pública.

Para que enfrentamentos contundentes sejam realizados, os diversos Movimentos LGBTI+ e *Queer*¹⁸ do Brasil e de Portugal se organizam em objetivos de luta e estratégias para o alcance desses objetivos. Em Portugal, os Movimentos LGBTI+ e *Queer* priorizam a discussão sobre igualdade, como apontaram as militantes de Portugal através das entrevistas semiestruturadas (Portugal, 2019), que se manifesta nas marchas e coletivizações construídas como ações de enfrentamento ao cenário de LGBTIfobia, entre outras ações.

18 Queiroz (2019) compilou em sua produção uma série de Movimentos LGBTI+ e *Queers* que militam no Brasil e em Portugal, citados pelas entrevistadas e por fontes secundárias.

Tibira traz em sua fala, que os Movimentos LGBTI+ no Brasil têm adotado uma nova roupagem de ação, pensando em outras identidades antes não contempladas pelo Movimento, bem como na garantia das existências como centralidade das lutas. E acrescenta a necessidade de pensarmos a educação como uma possibilidade revolucionária para esses corpos (Entrevistas Semiestruturadas, Brasil, 2019).

As narrativas aqui apresentadas indicam a necessidade de uma reforma estrutural nas políticas de segurança pública no Brasil e em Portugal, que, de fato, efetivem estratégias de proteção aos corpos, com articulações diretas entre Estado e Movimentos Sociais, que pensem e considerem as demandas das populações. Um caminho são as intervenções pautadas na socioeducação, sejam espaços formativos, capacitações a profissionais da segurança pública, seja na formação acadêmica e militante.

Ainda consideramos a relevância de trajetórias de sociabilidade sem LGBTIfobia e antirracistas, que pensem na proteção aos corpos LGBTI+ e não-brancos, assegurando a estes qualidade de vida, políticas que visibilizem suas identidades e que realizem debates e movimentações junto à sociedade de reconhecimento e enfrentamento às violências históricas direcionadas a estes corpos.

Na perspectiva da territorialidade, demarcamos a demanda de formulação de políticas supranacionais de fortalecimento de vínculos entre os territórios brasileiro e português, desenvolvendo uma política de acolhimento entre os territórios, de reconfigurações das historicidades e de apoio mútuo no enfrentamento à LGBTIfobia.

Por fim, reafirmamos que as intelectualidades LGBTI+ são potentes na projeção de uma socialização que fale sobre os nossos corpos diversos e que nossos corpos falem, que a sociedade reconheça as nossas existências, histórias, sentimentos, afetos e movimentos. Um exercício constante de pensar sobre nós, para que

possamos existir em plenitude sem discriminação e desumanização de nossas identidades.

Considerações finais

Em tempos de recrudescimento do conservadorismo, este capítulo escrito a quatro mãos, tem a pretensão de se constituir em epistemologia militante, na medida em que a autora e o autor, respectivamente professora do curso de Serviço Social da UFRB e egresso do mesmo curso, fazem parte da comunidade LGBTI+. Nossas produções e nossos corpos evidenciam o quanto as questões relativas às sexualidades e ao gênero vêm sofrendo ataques, em um processo de tentativa de enquadramento, ou mesmo eliminação, das dissidências sexuais e de gênero, através da normatização, naturalização e essencialização de tais questões, que negam suas dimensões culturais, sociais e políticas, seja no universo macro da sociedade, mas também no micro da universidade.

Para além da essencialização do gênero e da sexualidade, através de seus discursos, as estruturas de poder buscam estabelecer políticas de controle e normatização do corpo social, quanto à construção dos gêneros e à expressão de suas sexualidades. Nega-se, assim, a transitoriedade das identidades de gênero e sexuais, bem como seu caráter histórico e diverso, rejeitando o papel da cultura como significante dos corpos e, a impermanência das identidades que constituem esses corpos.

Assim, hierarquias sociais são estabelecidas, ampliando desigualdades entre quem está dentro e fora da norma, corpos que são atravessados pelas relações de poder por sustentarem identidades dissidentes.

O respeito às diferenças, a luta pela eliminação de todas as formas de preconceito ou discriminação, relativas à classe social, à etnia, à religião, à orientação sexual, às identidades de gênero,

e outros marcadores, são aspectos centrais do Serviço Social, que deve reconhecer a identidade de gênero e a livre expressão da sexualidade como direitos humanos. Tais entendimentos precisam estar presentes também na formação profissional em Serviço social.

Trabalhar no currículo a sexualidade e o gênero, diz respeito não só a relação que se institui entre o nosso conteúdo pedagógico e as interações que estabelecemos com as e os estudantes, mas também entre nosso corpo de professora e a situação de ensino, já que metafisicamente somos impelidas, enquanto docentes investidas no processo de ensino, a silenciar nossos corpos, especialmente se são dissidentes das normas de gênero e sexualidade, e a privilegiar nossa mente, esvaziando-nos de sentimentos, identificações e implicações, que fazem parte de nossa complexa construção de sujeitas políticas (BRITZMAN, 2013; HOOKS, 2013).

As teorias lésbicas nos mostram (RICH, 2010; WITTIG, 2006), que ao se assumir uma identidade política, podemos inspirar outros sujeitos no enfrentamento às estruturas políticas de poder produtoras das violências e opressões cotidianas. Então, o que propomos enquanto socioeducação e epistemologia militante é a construção de uma pedagogia subversiva na academia que extrapole a transmissão de conhecimento, no ensino, na pesquisa e na extensão, que sendo uma escolha política e teórica não oculte meu corpo de docente lésbica, nem os corpos LGBTI+ dos estudantes, mas afirme-os e estando inteiros no espaço acadêmico, produza pensamento crítico coletivamente, que compreenda gênero e sexualidade fora da perspectiva normativa e desestabilize certezas, para que possam viver suas múltiplas identidades com autonomia, reverberando nas suas práticas profissionais.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. O contexto LGBT em Portugal. *In*: NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de (Org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/0892_ESTUDO_ORIENTACAOSEXUAL_IDENTID.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

COLLING, Leandro. Panteras e locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 233-266, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 mai. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, Dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2018.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Cap. 1.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2018.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz; PAULINHO. **População LGBT morta no Brasil: Relatório GGB 2018.** Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

MOTT, Luiz. **Etno-História da Homossexualidade na América Latina** [online]. Apresentado no Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios, 1994, Bogotá: Pontificia Universidad Javerina de Bogotá, Departamento de História e Geografia, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>. Acesso em: 16 set. 2019.

MOURA, Marcos Vinícius (Org.). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Atualização - Junho de 2017**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MOURA, Rafael Moraes. **STF criminaliza homofobia e transfobia no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,stf-criminaliza-homofobia-mas-faz-ressalva-quanto-a-liberdade-religiosa,70002870934>. Acesso em: 07 out. 2019.

QUEIROZ, Rodrigo Sales. **Lili Presente! Gisberta Presente!** um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal. 2019. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 27 nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 04 mai. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. 2.

SOARES, Luiz Eduardo. A eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensivo: Observações sobre o lugar do simbólico na política pública de segurança. In: CORRÊA, Mariza et al. (Org.). **Gênero e Cidadania**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

TULUMELLO, Simone. Segurança urbana: tendências globais, contradições portuguesas e tempos de crise. In: CARMO,

André; ASCENSÃO, Eduardo; ESTEVENS, Ana (Ed.). **A Cidade em Reconstrução: Leituras críticas, 2008-2018.** [S.l.]: Outro Modo, 2018. p. 73-80. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35174/1/2018_Tulumello_cidade%20reconstru%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

Estudantes quilombolas avaliam o Bolsa Permanência

*Andréa Queiroz Silva Brito
Lúcia Maria Aquino de Queiroz*

Introdução

Historicamente, a população negra vem sofrendo várias formas de violência na sociedade brasileira. Pode-se inferir que desde o Brasil Colônia essa parcela da população sofre com a exclusão e a marginalização. Todo esse processo iniciado no longo período da escravidão, que durou três séculos, de 1550 a 1888, manifesta-se até os dias atuais, ainda que não se verifiquem as práticas cruéis e degradantes de castigos, torturas de todo tipo e abusos sexuais. Após a abolição da escravatura não se instaurou qualquer mecanismo para reparar as desigualdades mantidas no sistema escravocrata, em que os negros eram tratados como propriedade e não como seres humanos. Um dos mecanismos perversos de negação da participação do negro foi – e é – a sua exclusão, ainda que parcial, na contemporaneidade, no processo de escolarização na sociedade brasileira, fato que até hoje se apresenta nas disparidades de acesso entre negros e brancos aos níveis de instrução, o que se evidencia de maneira mais intensa quando se trata do ensino superior.

Como um instrumento de políticas públicas direcionado à redução das desigualdades nacionais, em 2013 foi criado o Programa Bolsa Permanência (PBP), visando a reparar as desigualdades sofridas historicamente pelas populações quilombola e indígena, além da considerada em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em linhas gerais, o PBP é uma ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais

de Ensino Superior: quilombolas, indígenas ou com renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário-mínimo, dentre outras condições (BRASIL 2013). Esse auxílio é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Para os indígenas e quilombolas garante-se um valor diferenciado, igual a, pelo menos, o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão da especificidade da organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O presente capítulo tem por objetivo identificar as principais contribuições e falhas do Programa Bolsa Permanência na vida acadêmica e na permanência na graduação dos estudantes quilombolas, beneficiários da comunidade Loteamento Jaqueira, situada no Baixo Sul da Bahia, na cidade de Valença. Em termos metodológicos, optou-se pelo levantamento de referencial bibliográfico, documentos públicos, marcos legais, consultas e análise de bancos de dados secundários e pela realização de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo com dados quantitativos, porque uma técnica não exclui a outra, porém se complementa a depender do objetivo da investigação. A esse respeito, assinala Minayo:

Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo” e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos”. [...] Em seu conjunto, os dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza (MINAYO, 2001, p. 22).

A pesquisa de campo teve como público-alvo os seis beneficiários do PBP que residem na comunidade Loteamento Jaqueira. A escolha desses beneficiários se deve ao fato de serem os

únicos estudantes da comunidade a ingressarem no ensino superior público. A relevância da pesquisa ora apresentada deve-se, sobretudo, ao seu compromisso com a análise de um programa direcionado a reparar danos históricos sofridos por uma população que traz consigo todo um peso e marcas de um passado de tratamento desumano e negação de direitos essenciais, como o direito ao conhecimento, ponte para acesso ao direito à liberdade e à qualificação profissional.

Capital humano

O ensino superior é um desejo legítimo de muitos jovens, cada vez mais exigido pelo mercado de trabalho. Essa modalidade de ensino tornou-se mais do que uma vocação, uma aspiração a uma melhor condição de vida e uma obrigação social. A sociedade atual supervaloriza a formação acadêmica de nível superior, defendida como o modo mais eficaz de acesso à empregabilidade, estabilidade e ascensão econômica e social. Possuir uma formação acadêmica de nível superior na sociedade brasileira é ainda visto como “sinônimo de sucesso e status”. Porém, esse tipo de ensino não é acessível a todas as camadas da população que o requerem; custa caro e está disponível apenas para alguns que pagam por ele ou conseguem cursá-lo “gratuitamente” em uma universidade pública.

A universidade pública expandiu-se entre os anos de 1930 e 1970, mas desse período até os dias atuais as políticas mercantilistas voltadas ao ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 75% do total de matrículas. (BRASIL, 2017). Apesar dessa realidade, o ingresso no ensino superior pode significar para muitos a chance da quebra do ciclo intergeracional da pobreza. O investimento na qualificação profissional por intermédio de cursos e treinamentos poderá significar, para jovens oriundos dos mais baixos estratos de renda, uma chance de inserção no mercado de trabalho com remuneração mais elevada.

Com o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, o capital humano passa a ser temática presente nas mais diversas teorias e análises econômicas, ainda que assumindo outras denominações. Adam Smith, economista clássico, já no século XVIII, observa a diferenciação existente entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, indicando ser a produtividade dependente não de um determinado setor ou atividade, mas, sim, das características do trabalho abstrato ou do trabalho *tout court*, como, posteriormente, denominado por Karl Marx. Assim, com Smith, o trabalho passa a ser compreendido como a fonte geradora de valor. Aperfeiçoada por Marx, a Teoria do Valor Trabalho explicita a importância do trabalho no processo produtivo, reforça o caráter explorador da economia capitalista, já identificado também por outro economista clássico, David Ricardo, e indica ser o valor de uma mercadoria determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção (NUNES, 2007). Em outros termos, o capital trabalho – capital variável –, passa a ser visto como fonte de valor e da sua produtividade, onde se pode inserir a sua qualificação, dependerá o lucro capitalista.

Posterior a Marx, a Teoria Neoclássica, dominante até as primeiras décadas do século XX, transforma os agentes econômicos em meros consumidores e produtores, retirando a evidência alcançada pelo capital trabalho enquanto fonte de mais-valia, apropriada e transformada em lucro pelo capitalista. É apenas na segunda metade do século XX, com os estudos de Theodore W. Schultz, que a ideia de investimento na mercadoria pessoal, a força de trabalho, passa a ser designada como Teoria do Capital Humano. Conforme esta teoria, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico (SCHULTZ, 1968 apud PIRES, 2013). Eis como Pires a esclarece:

A Teoria do Capital Humano entende que as diferenças nas capacidades adquiridas pela mão de obra ao longo do tempo são tributárias dos investimentos feitos no trabalho, entendido como capital. Como qualquer tipo de investimento, aquele realizado em si mesmo deve proporcionar um retorno futuro para seu proprietário. É nesse ponto que entra a educação na Teoria do Capital Humano, que passa a ser concebida como um bem intermediário, portanto investimento, cujo consumo promoveria o incremento de um conjunto de habilidades e destrezas, formadoras de capital humano (PIRES, 2013, p. 516).

O retorno desse investimento será dado através do incremento da renda das pessoas quando estiverem aptas para vender sua força de trabalho mais valorizada (PIRES, 2013). Contudo, a sociedade capitalista atual se apresenta diferente de sua conformação em seus primórdios. Essa nova etapa, que muitos designam de capitalismo maduro, trouxe muitas modificações ao mundo do trabalho. Essas modificações – iniciadas com a instauração da sociedade salarial, que, como o próprio nome diz, é uma sociedade baseada no salário, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de uma remuneração a fim de manter ativo o seu trabalho abstrato – foram altamente significativas para as relações trabalhistas e para as condições de vida dos trabalhadores.

A inserção de maquinário no ambiente do trabalho intensifica a exploração da atividade produtiva humana e o capital vai cada vez mais se apropriando da produção social. Mudanças nas regras básicas da acumulação capitalista, observadas a partir de meados da década de 1970, dirigindo-se para formas de produção e de consumo mais flexíveis, abalaram os alicerces da chamada sociedade salarial (PIRES, 2013, p. 520). Ao invés de uma relação de trabalho mais estável, com empregos fixos, os indivíduos da sociedade do capitalismo pós-industrial passam a lidar com relações de emprego cada vez mais instáveis. Essa mudança no cenário da sociedade

capitalista deixa os indivíduos mais vulneráveis ao mercado de trabalho, ampliando a necessidade de qualificação profissional na busca de uma estabilidade socioeconômica.

Na contemporaneidade, em que a educação e a formação profissional são percebidas como indutoras da empregabilidade e da estabilidade salarial, observa-se, no Brasil, uma ampla dificuldade de acesso, por parte expressiva da população, à educação superior pública. Para ter direito à universidade pública é preciso passar por um processo seletivo, o qual vem acompanhado de uma desigualdade existente desde o início da vida estudantil. Em face das restrições de acesso a essa modalidade de ensino, em um contexto em que a educação superior foi também modificada pelo neoliberalismo, passando a ser vista como uma mercadoria lucrativa, pagar para estudar tem sido a maneira encontrada por muitos para conseguir uma formação de nível superior. Sobre esse caráter mercantil da educação, vista como uma mercadoria lucrativa, muitas vezes sem preocupação com o conteúdo e com a qualidade do ensino ofertado, Tonet reflete:

[...] na medida em que a matriz do mundo, que é o trabalho, está em crise, a educação não poderia deixar de participar desta mesma crise. [...] imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria. Não é preciso referir as consequências danosas que este processo traz para o conjunto da atividade educativa (TONET, 2012, p. 31-32).

Embora a educação seja considerada no Brasil como um direito de todos e dever do Estado e da família, nos termos do artigo 205 da Constituição Federal em vigor (BRASIL, 1988), alguns segmentos sociais vivenciam mais fortemente o processo de desigualdade

de oportunidades de acesso aos níveis de ensino e a negação de direitos, a exemplo dos afrodescendentes moradores do Loteamento Jaqueira. Essas desigualdades entre grupos étnicos estão relacionadas a vários fatores históricos do processo de formação da sociedade brasileira.

Entrevistados – trajetória educacional

O conteúdo tratado neste e no próximo tópico foi construído com a contribuição de seis dos sete estudantes quilombolas beneficiários do Programa Bolsa Permanência, residentes na comunidade Loteamento Jaqueira. Um estudante foi excluído porque assumiu a condição de pesquisador na investigação que deu origem a este capítulo. A escolha dos beneficiários, como mencionado, se deve ao fato de serem eles os únicos estudantes da comunidade ingressantes no ensino superior.

A comunidade quilombola Loteamento Jaqueira localiza-se no Baixo Sul da Bahia, na cidade de Valença. Foi certificada legalmente como comunidade remanescente quilombola em 05/05/2009, sob o processo número 01420.000598/2009-03 (BRASIL, 2016). Os entrevistados na localidade da Jaqueira terão suas identidades preservadas, sendo identificados seguindo a ordem numérica de 01 a 06. Para este capítulo, propôs-se aos jovens estudantes quilombolas que avaliassem o Bolsa Permanência, identificando os principais desafios e contribuições do programa para a sua vida acadêmica. Intenciona-se que o programa possa ser mantido, mas repensado em um exercício de avaliação e futuros aprimoramentos.

Dos seis entrevistados, cinco nasceram na comunidade e apenas um passou a nela residir após a idade adulta. Três são do sexo feminino e três do sexo masculino, estando inseridos na faixa etária de 21 a 27 anos. Os seis entrevistados cursaram integralmente o ensino fundamental I, II e o ensino médio em escolas públicas,

e ingressaram na universidade pelo sistema de cota. Todos se autodeclararam remanescentes quilombolas e expressaram, através de suas falas, a importância desse grupo na construção da sociedade brasileira. Um dos entrevistados assim esclareceu o que o define como quilombola:

Me considero quilombola. O que posso dizer é que o vínculo que a comunidade hoje, Loteamento Jaqueira, tem é muito importante para as nossas vidas, e o que ela simboliza hoje para mim eu acho que é quilombola, que é um vínculo afetivo com cada indivíduo da comunidade (ENTREVISTADO 05, 2016).

Em suas falas os entrevistados revelam uma ampla compreensão dos processos que desencadearam o surgimento das comunidades quilombolas, identificando-as como uma forma de organização da população negra no processo de resistência e luta contra a exclusão por ela vivenciada na sociedade brasileira. Como afirma o Entrevistado 06 (2016), ser quilombola “É ser habitante, residente de comunidades que no passado foram formadas por descendentes de africanos, formadas por negros que foram escravizados”.

Dos seis entrevistados, cinco são estudantes da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e um é estudante da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Quando foram realizadas as entrevistas, o quantitativo de estudantes quilombolas vinculados ao Programa Bolsa Permanência MEC¹⁹ na UFBA era de 86 beneficiários, e na UFRB de 125 beneficiários (BRASIL, 2016). Todos os seis entrevistados, à época da pesquisa, cursavam Engenharia, conforme a Tabela 1, logo a seguir.

19 Dados coletados no primeiro semestre de 2016.

Tabela 1 - Informações referentes aos cursos e semestres dos entrevistados

ENTREVISTADO (A)	SEMESTRE	CURSO/INSTITUIÇÃO
01	4º	Engenharia Florestal/UFRB
02	2º	Engenharia Florestal/UFRB
03	2º	Engenharia Sanitária e Ambiental/UFRB
04	6º	Engenharia Florestal/UFRB
05	4º	Engenharia Agrônômica/UFRB
06	7º	Engenharia Civil/UFBA

Fonte: Autoral (2016).

Quando questionados sobre os critérios e influências que os levaram a optar por tais cursos e escolhê-los, variaram os argumentos apresentados como respostas. Além da aproximação com a terra, os entrevistados que estudaram no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) ou no Instituto Federal da Bahia (IFBA) afirmaram que o ingresso em uma dessas instituições influenciou na escolha do curso, dada a oferta de ensino médio integrado a um curso técnico, em geral, nas áreas de agricultura ou ciências biológicas. Porém, outros fatores conduziram a essas escolhas, como, por exemplo, a nota de corte dos cursos escolhidos que possibilitava uma chance maior de ingresso na universidade. É o que ressalta um dos entrevistados:

Eu faço engenharia florestal. Escolhi esse curso porque, primeiro, a minha nota era o que dava e, segundo, era o que mais se assimilava ao meu conhecimento técnico e eu gosto, vi que as disciplinas ofertadas eram bastante interessantes e já vistas anteriormente (Entrevistado 02, 2016).

Dos seis entrevistados, quatro cursaram o ensino médio em instituições federais e dois em instituições estaduais de ensino. Três foram alunos do IFBaiano, um do IFBA e dois frequentaram

o ensino médio no Colégio Estadual de Valença (Coesva). Os ex-alunos dos institutos federais ressaltaram a grande influência que as instituições tiveram em sua vida acadêmica, contribuindo para seu processo de amadurecimento profissional, impulsionando-os a tentar novos rumos educacionais. Como afirma o Entrevistado 01 (2016): “Minha volta para o IFBaiano foi de essencial importância para que eu pudesse estar hoje na faculdade. [...] ampliou minha visão sobre, e a vontade de entrar na faculdade, e... [pausa]”. Os entrevistados 02 e 06 também destacaram a importância que o IFBaiano e o IFBA tiveram em sua vida estudantil. Afirmou o Entrevistado 02:

Depois de passar algumas dificuldades da 5ª à 8ª série, devidamente por ser tímido e não me envolver muito com colegas e professores, tive a oportunidade de fazer o meu ensino médio no IFBaiano, por incentivo de minha mãe e de minha irmã. Foi lá que eu saí da minha zona de conforto, abri minha mente pro mundo e pra o que realmente significa a educação na vida do ser humano. Foi lá que eu consegui enxergar um pouco da realidade do que é um profissional e do que ele precisa pra ser um profissional. Foi muito bom para meu enriquecimento, meu conhecimento; eu cresci muito lá, perdi minha timidez, praticamente o salto que dei na vida foi dentro daquela instituição (2016).

Todos disseram que sempre tiveram vontade de ingressar no ensino superior. Afirmou o Entrevistado 02: “Desde pequeno eu tinha vontade de fazer faculdade, não sabia direito o que era, mas sonhava com o ensino superior”. No conjunto, cinco estudantes confirmaram ter sido influenciados pelos pais e/ou familiares em suas decisões referentes ao processo educacional, o que pode ser observado no seguinte registro:

Desde pequeno minha irmã e minha mãe foram pessoas fundamentais porque me ajudaram em momentos difíceis, quando a gente se encontra abatido. Há momentos em nossas vidas que

a gente se encontra dessa forma e precisa de pessoas assim. Acredito que se uma família não tem pessoas dessa forma dificilmente vai ter referências, vai ter resultados positivos no que diz respeito ao estudo e ensino. Elas foram fundamentais porque diversas vezes eu já pensei em parar ou só me formar com o médio, mas, por incentivo delas, hoje estou fazendo o superior e pretendo não parar por aqui (Entrevistado 02, 2016).

Percebe-se que a família exerceu e exerce um importante papel na vida estudantil desses jovens; 90% do universo entrevistado reconhece a importância da influência familiar no processo de desenvolvimento de sua vida acadêmica. Apenas um estudante declarou não ter recebido apoio dos pais nem de outros familiares, mas, sim, de pessoas do seu convívio extrafamiliar. “Não teve ninguém da família que me influenciou. Mãinha e pai não nunca falaram em eu estudar. Isso veio de outras pessoas” (Entrevistada 04, 2016).

O conjunto dos entrevistados confirmou ter tido uma trajetória escolar bastante proveitosa, com alto desempenho acadêmico; foram bons alunos, apesar de alguns reconhecerem que tiveram de enfrentar dificuldades durante esse processo, o que foi realçado na fala de dois entrevistados (04 e 05). Disse o Entrevistado 05:

A minha trajetória durante a luta com o ensino foi muito produtiva e sempre tive estímulo de meu pai. Estudei no Instituto Federal Baiano, concluí o ensino técnico, foi lá onde vi que me identificava com a área e criei mais motivação pra fazer uma faculdade (2016).

O Entrevistado 03, que cursou o ensino médio na rede estadual, afirmou que, apesar de seu bom desempenho escolar, teve um curso que deixou a desejar em termos de conteúdo:

Meu ensino acredito que foi um pouco fraco. Até o ensino fundamental, até a sexta série, até que foi um pouquinho bom, mas, da sétima série, até eu completar o terceiro ano, foi um ensino muito

fraco. O que está dificultando muito a minha vida acadêmica (Entrevistado 03, 2016).

Todos os entrevistados consideraram o ingresso na faculdade como um passo muito importante para a vida das pessoas, realçando as possibilidades que o acesso ao ensino superior pode significar futuramente, tais como chance maior de emprego, ascensão socioeconômica e aprendizagem de novos conhecimentos. Como afirmou o Entrevistado 03 (2016): “Muito, né? Porque com a faculdade aumentam as possibilidades de trabalho, de ter uma vida melhor, dar até uma vida melhor para nossos pais, a que eles não tiveram”. Essa visão é confirmada na fala do Entrevistado 05 (2016): “Isso porque a pessoa que ingressar na universidade hoje vai ter uma perspectiva de futuro melhor pra ela e seus familiares”.

Apesar das particularidades que cada um dos entrevistados revelou sobre seu processo de desenvolvimento estudantil, todos eles, como jovens quilombolas, têm muitos pontos em comum no que se refere à sua experiência de escolarização. São estudantes oriundos da rede pública de ensino, pertencentes a famílias de segmentos sociais pouco favorecidos economicamente, que carregam no tempo presente muitas marcas das desigualdades originadas no passado. Todos se autodeclararam como pardos ou pretos e quilombolas e reconheceram os processos de exclusão e negação de direitos que seus antepassados vivenciaram, cujos efeitos se prolongam até os dias atuais. Todos são oriundos de famílias pobres, cujos pais ou responsáveis, embora analfabetos ou de escolaridade precária, sempre foram seus incentivadores, pois viam o ingresso no ensino superior como uma chance para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza e da exclusão escolar e social que sofreram. Esses pais ou responsáveis exerceram, pois, um papel fundamental como incentivadores desses jovens, influenciando-os a buscar a universidade. Cumpre também sublinhar que o ingresso de alguns

estudantes no IFBaiano e no IFBA contribuiu para o processo de seu amadurecimento pessoal e profissional, assim como os incentivou a almejar níveis mais elevados de ensino e maior aprimoramento no mundo do trabalho.

Avaliação do Bolsa Permanência

Quando analisado sob a ótica dos seis beneficiários quilombolas da comunidade Loteamento Jaqueira, percebe-se que o programa consegue concretizar seu objetivo de viabilizar a permanência na graduação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas. Esse dado se constata a partir de depoimentos, como a do Entrevistado 02:

Acho que o programa tem também um papel fundamental no que diz respeito à permanência do aluno na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Porque é nele que a gente se apoia, né? Por diversas vezes, no primeiro semestre, quando eu ainda não era bolsista, passei por certas dificuldades financeiras e com isso o meu psicológico também foi afetado. Não tenho vergonha de falar isso porque foi a verdade: fiquei preocupado porque eu estava sendo mantido por minha mãe; preocupado porque, se eu não rendesse, o esforço dela seria em vão. Agora, que eu não estou mais como era, acredito que a gente se sente mais à vontade, mais liberto, pra estudar com o Bolsa Permanência. Um exemplo claro é que no primeiro semestre fui reprovado em três disciplinas, e acredito que essa foi a causa da reprovação. Agora, no segundo semestre, quando peguei as mesmas disciplinas, estou praticamente arrebatando, só com nota 9 (2016).

Os entrevistados afirmaram que através do valor repassado pelo programa mensalmente conseguem manter-se na universidade. Todos precisaram deslocar-se da comunidade para outra cidade por causa do ingresso no ensino superior. Com esse valor eles pagam aluguel, contas de luz e gás, internet e compram alimentos. Sem

o benefício, reconheceram, a permanência na graduação seria impossível. Alguns acrescentaram que o recurso recebido ainda lhes permite ajudar a família.

Sem essa bolsa eu não teria condições de me manter aqui, principalmente porque meus pais não têm condições financeiras para me subsidiar nessa universidade. Com essa bolsa tenho todas as condições necessárias para continuar (Entrevistado 05, 2016).

Universidades Federais não possibilitam de forma alguma que seus estudantes tenham tempo para trabalhar; na maioria dos casos, alguns fazem o que podem por sobrevivência, mas é pesada a carga horária. Então, se você é de família humilde, que não tem condições de lhe manter em outra cidade, essas bolsas são realmente a garantia da permanência do estudante na faculdade. Por ter ele como pagar as contas e se manter (Entrevistado 06, 2016).

Através das falas dos entrevistados pode-se confirmar que o repasse financeiro de R\$ 900,00, quando do momento da pesquisa, efetivado mensalmente pelo Programa Bolsa Permanência aos beneficiários, possibilita-lhes permanecer na graduação, ao assegurar o direito à moradia, transporte e alimentação. Todos confirmaram ser o valor repassado mensalmente suficiente para as suas necessidades. Como expressou o Entrevistado 01: “Acho que dá para o aluno se manter bem aqui na universidade, porque ele paga aluguel, compra alimento, não falta nada”.

Nesse sentido, percebe-se que o programa consegue assegurar a permanência desses jovens no ensino superior, democratizando, ainda que não completamente, o acesso. Permite, através da concessão financeira do valor repassado mensalmente, que estudantes de classes sociais menos favorecidas economicamente, integrantes de comunidades quilombolas que vivenciaram e vivenciam a exclusão no processo de escolarização, ingressem e permaneçam nessa modalidade de ensino. Esses beneficiários afirmaram que

o repasse financeiro é capaz de equipará-los economicamente aos estudantes cujas famílias dispõem de melhores condições financeiras; entretanto, é um auxílio que não atende as carências de alunos dos demais níveis educacionais. Tal realidade levou-os a conscientizar-se da necessidade de esforçar-se ao máximo para que seu desempenho acadêmico se aproximasse ao dos estudantes não beneficiários. Como disse o Entrevistado 01:

Eu acho que equiparar, não. Porque isso aí vem de um acontecimento, um fato histórico, levando em consideração que eu nunca vou me equiparar com um aluno que veio de escola particular, porque a minha base não foi boa, eu tive que me adaptar aqui na universidade, e me esforçar pra continuar, pra acompanhar os estudos. Mas na questão financeira eu posso dizer que me equiparo com meus outros colegas, filhos de pessoas que podem bancar eles aqui, porque não me falta nada (2016).

Os entrevistados reconheceram que sua condição de beneficiários do programa proporciona-lhes estabilidade no curso de graduação. Tendo suas necessidades básicas supridas com o valor recebido mensalmente, não precisam exercer nenhuma outra atividade para cobrir seus gastos com transporte, moradia e alimentação, o que lhes permite dedicar-se exclusivamente aos estudos. Mas, ainda que tenham reconhecido os aspectos positivos do programa, nele apontaram falhas, que, como assinalaram três dos seis entrevistados, estão relacionadas com o processo de fiscalização dos documentos apresentados pelos estudantes para comprovar sua condição de quilombolas. Trata-se, afirmaram, de estudantes que, sem serem comprovadamente quilombolas, forjaram informações para usufruir desse direito.

Sobre isso, afirmou o Entrevistado 01:

Eu acho bom, muito bom mesmo o programa, porque essa bolsa é que proporciona a permanência dos estudantes quilombolas aqui na

universidade. Eu não aponto nenhuma lacuna no Bolsa Permanência nesse sentido. Apenas deveria haver melhor acompanhamento dos estudantes que se declaram quilombolas, para saber se realmente eles moram na comunidade, se têm vínculos. A universidade poderia disponibilizar um assistente social, um profissional, para ir visitar, ir às casas desses estudantes (2016).

A averiguação das informações prestadas no ato de inscrição é de responsabilidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) frequentadas pelos estudantes que solicitam a bolsa. O cadastro de cada discente só deveria ser, portanto, homologado quando confirmadas as informações por ele fornecidas.

Ao serem indagados quanto ao futuro, os beneficiários entrevistados revelaram que desejam investir em seu constante aprimoramento profissional. Almejam o ingresso no mestrado e a inserção no mercado de trabalho. Quatro deles manifestaram interesse em permanecer na cidade de origem depois de se graduar, migrando para outras localidades exclusivamente se não conseguirem exercer sua profissão na cidade natal. Mostraram-se também conscientes de um compromisso, o de contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade com os conhecimentos que adquiriram na graduação.

Se na minha cidade tiver mercado de trabalho, eu pretendo continuar minha carreira profissional lá. Mas, se lá não tiver mercado de trabalho, pretendo sair, não pra longe, pra ficar nesse contato com minha terra natal e com a comunidade. Não pretendo ir distante, nem abandonar a comunidade. Pretendo fazer alguma coisa para retribuir com esse conhecimento que consegui aqui na universidade (Entrevistado 01, 2016).

O Bolsa Permanência foi avaliado pelos beneficiários entrevistados como um programa organizado, eficaz e de suma importância para a sua permanência na graduação. Apesar de não

exercer influência direta nos resultados acadêmicos, o programa proporciona a esses beneficiários quilombolas o acesso à moradia, ao transporte e à alimentação enquanto frequentam o ensino superior, contribuindo assim para a democratização do acesso a esse nível de ensino. Com o valor repassado mensalmente aos beneficiários, o Bolsa Permanência possibilita-lhes o prosseguimento de seus estudos, a fim de que possam almejar um futuro digno e justo para si e para seus familiares.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo central avaliar, na visão dos estudantes quilombolas, beneficiários da comunidade Loteamento Jaqueira, o Programa Bolsa Permanência em sua vida acadêmica na perspectiva de mantê-los no curso de graduação que escolheram. Deve-se primeiro observar que, para a realização desta pesquisa, não houve conteúdos produzidos anteriormente sobre o Bolsa Permanência, que, iniciado em maio de 2013, pode ser considerado ainda recente no momento da investigação.

Conforme os seis beneficiários entrevistados, o programa consegue assegurar a permanência de jovens quilombolas na graduação, permitindo-lhes, através da concessão financeira do valor repassado mensalmente, o alcance de melhoria efetiva de suas condições de vida. Trata-se, para eles, do que possibilita seu direito à moradia, transporte e alimentação enquanto frequentam o ensino superior, contribuindo assim para a democratização do acesso a esse nível de educação.

Apesar de não corrigir a defasagem escolar desses estudantes, problema resultante das séries anteriores, a condição de beneficiários do Programa Bolsa Permanência proporciona-lhes estabilidade nos cursos de graduação em que ingressaram. Suas necessidades

básicas são supridas com o valor recebido mensalmente, e não precisam exercer nenhuma outra atividade para cobrir seus custos, podendo assim dedicar-se exclusivamente aos estudos.

Considerando-se as especificidades do público-alvo do programa, que vivencia desigualdades decorrentes de fatores étnicos e socioeconômicos no Brasil, esperava-se que os entrevistados apontassem um maior número de problemas em sua análise do Bolsa Permanência. Entretanto, conforme seus depoimentos, uma única falha foi apontada, referente à averiguação das informações prestadas pelos estudantes que requisitam o benefício, e, portanto, à comprovação da condição de quilombolas dos beneficiários. Quando não devidamente verificado, esse processo pode resultar em injustiças, pois permite que estudantes não pertencentes a comunidades quilombolas possam usufruir desse direito, em detrimento dos que cumprem essa condição. De todo modo, a averiguação das informações é feita pelas Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao programa.

Conquanto não tenha sido apontada pelos entrevistados, outra possível falha do Bolsa Permanência refere-se à sua não consideração dos demais fatores, além do financeiro, que colaboram para a permanência dos estudantes nos cursos superiores em que ingressaram. Como explicitado nas diretrizes do programa, trata-se da concessão de auxílio *exclusivamente financeiro* (BRASIL, MEC, 2020), com o objetivo de beneficiar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que inclui indígenas e quilombolas na graduação. Porém, na avaliação realizada, o programa mostrou-se mais eficiente do que o esperado, porque foi além das expectativas iniciais quanto a seu papel de manter na graduação os beneficiários quilombolas.

À luz da formação histórica da sociedade brasileira e da consciência crítica que dela têm os beneficiários aqui entrevistados,

residentes na comunidade remanescente quilombola Loteamento Jaqueira, eles são estudantes que se autodeclararam pretos ou pardos quilombolas, oriundos de escolas públicas, pertencentes a famílias com baixa renda, que tiveram acesso à educação pública, ainda que essa não tenha sido de qualidade. São conscientes, pois, de que o benefício que recebem não é um favor oficial, mas um dever do Estado. Não por outro motivo, ao pleitear esse direito, sabiam que teriam de demonstrar grande esforço para ocupar um espaço restrito, que foi planejado para poucos, o da universidade pública.

Assim, a reflexão resultante desta forma de resistência e luta dos jovens estudantes quilombolas vai ao encontro da visão do mundo de Paulo Freire (2005), segundo a qual só a educação pode exercer o papel imprescindível de transformação da sociedade. Visão essa que, de acordo com Anísio Teixeira (1994), outro educador brasileiro tão importante, um país só pode ser efetivamente democrático quando a educação não é privilégio.

Referências

BRASIL. (Texto promulgado em 05 de outubro de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998. Artigo 68 do ADCT 215 e 216.

BRASIL. **Programa Bolsa Permanência**. 2013. Definidos os critérios para a concessão da bolsa-permanência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35137>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. **Legislação referente à política pública de regularização de territórios quilombolas**. Brasília: Incra/MDA, 2016.

BRASIL. **Sistema de Gerenciamento de Bolsas**. 2016. Disponível em: <http://sigpet.mec.gov.br/principal/perguntas-frequentes>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior**. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRITO, Andréa Queiroz Silva **Análise do Programa Bolsa Permanência na Perspectiva dos Estudantes Quilombolas Beneficiários da Comunidade Loteamento Jaqueira**: contribuições e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Cachoeira-BA, UFRB, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, José Antonio Avelãs. **Uma Introdução à economia política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PIRES, André. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Assistência ao estudante de Ensino Superior: condicionalidades e direitos

*Fabricio Fontes de Andrade
Bruna Passos Melo Novaes*

Introdução

Este capítulo que aqui se apresenta é fruto de trabalho de conclusão de curso de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que tem como elemento central a discussão da Assistência Estudantil na perspectiva dos direitos sociais. A motivação se deu a partir de experiência de estágio na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, em que a inserção no estágio nesse espaço sócio-ocupacional possibilitou a análise das demandas institucionais e a condição de funcionamento do programa de Assistência Estudantil da Universidade.

A partir dessas reflexões e tendo em vista a defesa da Política de Assistência Estudantil enquanto mecanismo de direito social, este capítulo busca analisar a Assistência Estudantil inserida no contexto da UFRB, bem como se a aplicação desta política na instituição – estabelecida como uma política social de permanência no ensino superior – se consolida enquanto mecanismo de direito social e de ampliação da cidadania.

A metodologia de pesquisa para elaboração deste capítulo foi composta por pesquisa documental, que consiste em uma técnica de investigação baseada na observação e análise de informações extraídas de registros, a fim de compreender um determinado objeto. Gil (1987) diferencia a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica, sendo a primeira referente a materiais sem tratamento analítico e a segunda relacionada à abordagem de vários autores

sobre determinada temática. A coleta de dados, neste capítulo, foi realizada junto à Coordenadoria de Assuntos Estudantis, levantando informações referentes aos estudantes assistidos pela PROPAAE entre os anos de 2010 e 2015, sendo garantido o sigilo das informações relacionadas aos nomes ou qualquer informação pessoal dos alunos participantes do programa.

Não obstante realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o tema, a fim de delimitar e debater categorias fundamentais a abordagem deste capítulo. De acordo com Gil (1987), a pesquisa bibliográfica é um conjunto articulado de procedimentos que visa à aproximação sucessiva ao objeto de estudo, subsidiando a análise dos dados, possibilitando a compreensão crítica dos mesmos.

Nos últimos anos, nota-se um aumento da demanda do ensino superior entre os jovens de baixa renda, um processo que traz consigo avanços e também contradições, uma vez que as políticas de expansão do ensino superior brasileiro não necessariamente garantem que estes estudantes consigam permanecer na universidade e, muito menos, concluir a graduação.

Nessa perspectiva, a implementação de ações assistenciais na educação superior é condição *sine qua non* para que a democratização possa ser efetivada na realidade brasileira, forjada por desigualdades que se configuram como óbices por vezes intransponíveis para a permanência dos discentes que conseguem ingressar no ensino superior.

Assistência Estudantil e proteção social

A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da proteção social brasileira, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal. Apesar

das conquistas obtidas em termos de direitos sociais na Constituição de 1988, a chegada do neoliberalismo ao Brasil, pouco após a sua aprovação, implica liminarmente um retrocesso.

Estando inserida no campo das políticas públicas sociais, a Assistência Estudantil também se vê condicionada pela conjuntura econômica e política do país, a qual influencia seus rumos no curso da história. Nesse contexto, em consonância com a política de educação, Chauí (200, p. 190) argumenta que a universidade pública nos anos 1990, período dos ajustes neoliberais, é voltada diretamente para o mercado de trabalho. Nas palavras da autora: “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional”.

Os mecanismos de proteção social ganham o cenário político com a intensificação da miséria da população e das reivindicações da classe trabalhadora. A partir de então a proteção social passa a ser institucionalizada e o Estado reconhece como legítimas as reivindicações da classe trabalhadora, descobrindo a necessidade de garantir direitos sociais para a manutenção da ordem vigente e da sociabilidade. Uma definição consistente e geral do que é um sistema de proteção social é dada por Lavinias (2006):

[...] o sistema de proteção social é formado por um conjunto diverso de políticas ou intervenções, diretas e indiretas, cujo objetivo é reduzir riscos e vulnerabilidades, com base em direitos, garantindo seguranças. Ele se efetiva mediante transferências sociais (em renda monetária ou serviços) dirigidas aos indivíduos e às famílias (p. 5).

Partimos do pressuposto de que como um dos componentes desta proteção social está a Política de Assistência Estudantil, pensada enquanto política social de permanência necessária à concretização do direito à educação superior e que será o foco de discussão do presente capítulo.

Em relação ao processo de consolidação dos direitos sociais, Fleury (1985) ressalta que as medidas de proteção social assumiram diferentes formas nos países em que foram efetivadas em virtude do contexto social e político de cada estado-nação e do significado político e histórico do exercício dos direitos sociais.

Não obstante, para Coutinho (1997), esse processo de ampliação da cidadania através das garantias legais que se obtém das políticas sociais é etapa fundamental para a materialização dos direitos.

A presença de tais direitos nas Constituições, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a efetiva materialização dos mesmos. Esse é, particularmente, o caso do Brasil. Mas, embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado (COUTINHO, 1997, p. 156).

Analisando o cenário brasileiro, as primeiras ações institucionalizadas de proteção social estavam relacionadas à lógica do seguro social, ou seja, estavam restritas à política de Previdência Social (BOSCHETTI, 2008). Por sua vez, o sistema de proteção social brasileiro consolidou significativa mudança na década de 1980, momento de grande efervescência social do país. No final da referida década, o Brasil instituiu um novo modelo de proteção social englobando as políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social, denominado de Seguridade Social.

Nesse sentido, o sistema de proteção social brasileiro tem por objetivo ofertar programas e serviços à população através das políticas de Previdência, Assistência Social e Saúde. Contudo, inseridas num contexto neoliberal, as mesmas foram alvo de sucessivas reformas que limitaram seu campo de ação, o que implica conseqüentemente um retrocesso nessas concepções.

Estando inserida no campo das políticas públicas sociais, a assistência estudantil também se vê condicionada pela conjuntura econômica e política do país, a qual influencia seus rumos no curso da história.

[...] Por um lado os avanços, constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro a inserção do estado na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais (YAZBEK, 2006, p. 23-24).

Dessa forma, as conquistas sociais da Constituição Federal de 1988 foram duramente “perseguidas” nos anos seguintes à sua promulgação, de forma mais intensa a partir da segunda metade da década de 1990. Uma das transformações mais importantes a partir dos anos 1990, em nosso país, foi a redução da ação reguladora do Estado, pois, no centro da proposta neoliberal se encontra a ideia de que é necessário limitar a intervenção do Estado em diversas áreas (notadamente as políticas sociais), alertando que, caso contrário, se estaria destruindo a liberdade dos indivíduos.

Na década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), seguido nos anos de 2000 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) desempenharam uma série de reformas e reajustes na estrutura do Estado por meio da setorialização da Política Social em cada área específica, portanto, a educação foi fortemente reorganizada para atender fundamentalmente o setor econômico. Novas propostas de reforma para o Ensino Superior provocaram uma crescente privatização do ensino superior, além de promover uma expansão desenfreada da rede privada do Ensino Superior na modalidade de oferta de cursos EaD.

Pontualmente a ação foi: “[...] a expansão da graduação tecnológica, ao lado da universidade à distância, de cursos superiores sequenciais, licenciaturas e bacharelados em regime especial [...]” (SANTOS; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2010, p. 108). Nota-se que estas ações que confirmaram a fragmentação do ensino superior. Ainda no governo Lula, foi desenvolvida uma proposta de reforma da educação superior. A reforma tinha a proposição de debater o conteúdo expresso com a sociedade civil, com a finalidade de construir a Lei Orgânica da Educação Superior no Brasil.

Destacam-se [...] as propostas relativas à implantação de uma política de cotas nas instituições federais; à criação de um ciclo de formação básica de nível superior; e à política de financiamento para o setor público acoplada a medidas de apoio financeiro ao setor privado [...] (SANTOS; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2010, p. 110).

A política de cotas nas Instituições Federais Públicas (IFES) se tornou uma estratégia governamental para buscar a democratização do acesso e garantir, minimamente, o acesso dos estudantes oriundos de escolas públicas. Além disso, considera-se a inclusão destes estudantes em bolsas de pesquisa, extensão universitária e bolsa de ensino nas instituições privadas como uma forma de permitir a permanência deles.

O incentivo relacionado à expansão de vagas no ensino superior, evidenciando a contradição do projeto de ampliação do acesso a este nível de ensino, se operacionaliza pela via da privatização, como ocorre no programa Universidade para Todos - PROUNI, com as renúncias fiscais em favor de entidades privadas, que reforçam os antagonismos sociais e favorecem a propriedade privada, pela acumulação capitalista. A concessão de benefícios fiscais a entidades privadas de ensino superior revela um processo contraditório, pois se por um lado se exige redução da intervenção

estatal, com desregulamentação do controle sobre os rendimentos financeiros do capital, por outro se buscam recursos do fundo público.

Embora não se possa desconsiderar que exista uma ampliação no número de vagas com esta essa forma de financiamento do ensino superior, o que ocorre é uma redução no montante de recursos vinculados constitucionalmente à educação pública, gerando perdas no montante de recursos destinados às instituições públicas de ensino superior, o que pressupõe uma preferência do governo federal pela privatização e favorecimento da iniciativa privada.

Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal.

A expansão do Ensino Superior, observada no âmbito das políticas sociais do governo federal, ampliou a possibilidade de jovens de baixo poder aquisitivo acessarem o ensino superior. No entanto, grande parte desses estudantes pobres, ao ingressarem na universidade pública, não possuem condições econômicas e sociais que permitam sua permanência na instituição.

Para Zago (2006, p. 3), a ampliação de vagas claudica em beneficiar eficientemente o jovem de baixo poder aquisitivo, pois a sua permanência na universidade vai além da sua inserção, a autora enfatiza que “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema

educacional de ensino”. Nesse sentido, Zago (2006) compreende que a implementação de um programa de Assistência Estudantil nas universidades, que garanta aos estudantes de situação social desfavorecida a permanência e a conclusão de seus cursos, seria de ajuda para a efetiva democratização da educação e para a melhoria da condição de vida dos acadêmicos.

Compreender a Assistência Estudantil como elemento estruturante da vida acadêmica significa entendê-la como alicerçadora do direito social, afirmando um rompimento da “ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor, e das concessões do Estado”, em que as políticas de assistência em geral têm sido compreendidas” (SPOSATI, 2002, p. 23).

Como buscamos delinear, entendemos Assistência ao estudante como a possibilidade de proteção social através de subsídios, apoio, orientação e serviços. Essa relação de proteção social se dá através de uma legislação social que garanta direitos e exija que o Estado arque com um conjunto de serviços e benefícios. A Assistência Estudantil atua, nesse sentido, como parte integrante da proteção social brasileira em um espectro mais amplo, destinada a um público específico: estudantes com perfil socioeconômico inferior a um salário mínimo e meio, conforme estabelece o PNAES.

Enquanto mecanismo de direito social, a política de Assistência Estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono ou até mesmo trancamento de matrícula.

Para respaldar a base factual das propostas de políticas de inclusão e permanência no ensino superior, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE traçou um Perfil

Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras no período de 1997 e 2004, o perfil trouxe uma fotografia ampla da situação social dos discentes das universidades federais (FONAPRACE, 2012).

Como consequência efetiva, insere-se a proposta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, para delinear as ações destinadas à superação das desigualdades de acesso e permanência no ensino superior brasileiro, sendo, portanto, a gênese do que se efetivou como o decreto 7234/2010 (ESTRADA; RADAELLI, 2014, p. 33).

A inclusão da Assistência Estudantil no PNE contribuiu para que os problemas relativos ao acesso e permanência no Ensino Superior entrassem para a agenda governamental e se tornassem alvo de políticas públicas. A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) aprovou em 2007 o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), proposto pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2012).

Essa proposta resultou no Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, definindo-se como Programa Nacional de Assistência Estudantil gerido pelo Ministério da Educação, cuja implementação se daria de forma descentralizada a cargo de cada instituição de ensino superior federal. A definição do plano se configura em um marco importante para a consolidação da Assistência Estudantil na cultura institucional das IFES, bem como um documento norteador para ampliar as ações na perspectiva dos direitos sociais (VASCONCELOS, 2010, p. 608).

No Plano Nacional, a Assistência Estudantil é compreendida como instrumento de acesso, permanência e conclusão de curso, buscando mitigar as consequências das desigualdades sociais na conclusão do ensino superior. O programa confere ainda autonomia às universidades para estabelecerem critérios de seleção e funcionamento das ações. Dessa forma, é uma ação essencial que se articula para além das condições materiais de permanência:

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso [...]. [...] A Política de Assistência Estudantil [...] como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino à pesquisa e à extensão. Permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (FONAPRACE, 2012, s/p.).

Pode-se perceber que estruturar a assistência ao estudante, ultrapassa vislumbrar as condições de permanência no que se refere a estruturas materiais de restaurantes universitários, moradia estudantil ou recursos financeiros via a chamada bolsa de trabalho. A Assistência ao Estudante, como política estratégica, deve se consolidar como eixo integrativo que possibilita ao discente criar bases para traçar sua trajetória formativa articulando as diversas dimensões da vida acadêmica, sem, no entanto, a dimensão assistencial sobrepor ou suplantando as atividades fim das demais pró-reitorias.

Assistência Estudantil sob a ótica dos direitos

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB é uma das universidades que surgem a partir do REUNI que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Sendo assim, a UFRB contribuiu significativamente para a retomada do crescimento das universidades federais, ampliando o acesso de estudantes ao ensino superior, de forma especial os que se encontram em vulnerabilidade social.

A UFRB então assume como princípio ético-político o propósito de assegurar institucionalmente a formulação e execução de políticas

afirmativas e estudantis, garantindo aos estudantes condições básicas para o desenvolvimento das suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional (UFRB, 2009, p. 110).

Através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE, a UFRB institui a primeira Pró-Reitoria numa universidade pública que articula ações voltadas para o acesso, permanência e a pós-permanência dos estudantes oriundos de escola pública e pertencentes às minorias étnico-raciais, promovendo, dessa maneira, políticas que vislumbram maior igualdade racial e inclusão social. Assim, em consonância com o PNAES, o Programa de Permanência Qualificada reforça a proposta de assegurar condições mínimas necessárias para que o estudante consiga suprir suas necessidades sociais e acadêmicas, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e, ao mesmo tempo, fortalecendo as linhas de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento na instituição, assim como, do território do Recôncavo Baiano. O Programa de Permanência Qualificada – PPQ é composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as modalidades de bolsas disponíveis atendem ao disposto no decreto 7234/2010 e estão dispostas nos editais de seleção.

Através do programa, a universidade busca assegurar que discentes impossibilitados de permanecerem na graduação, devido a sua condição socioeconômica, tenham a possibilidade de continuar na instituição (UFRB, 2011, p. 77). Dentre essas modalidades destaca-se a de Projetos Institucionais, que de acordo com edital de seleção refere-se ao repasse de R\$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais), que de acordo com a Portaria 652 de 31 de julho 2013 do Programa de Integração de Ações Afirmativas – PINAF pressupõe

a inserção do discente em projetos de pesquisa, extensão e ensino para a percepção das bolsas.

Em consonância com a autonomia necessária para as IFES definirem os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados, a PROPAAE estabelece os critérios para que o estudante possa concorrer ao Programa de Permanência Qualificada, sendo eles: I) Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFRB; II) Comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de documentação exigida; III) Apresentar perfil socioeconômico estabelecido pelo PNAES (Dec. 7.234/2010), com renda familiar per capita de até 1 salário mínimo e meio; IV) Prioritariamente, ser oriundo da rede pública de ensino; V) Prioritariamente, ser optante do sistema de acesso via programa de reserva de vagas da UFRB (origem escolar e definição de pertencimento étnico-racial); VI) Não ter vínculo empregatício de qualquer natureza ou atividade remunerada; VII) Não ser graduado, salvo estudantes da UFRB oriundos de cursos de Bacharelados em suas terminalidades (BCET e Interdisciplinares) – Sendo considerado eliminatório o que se refere aos itens: I, II, V e VI (UFRB, 2013).

As condicionalidades são os compromissos assumidos, tanto pelo estudante assistido quanto pela instituição, com o objetivo de garantir a presença do estudante na universidade, ofertando as condições necessárias para que o mesmo conclua o curso no tempo previsto pela Universidade. Em contrapartida ao benefício concedido pela instituição, o estudante e a PROPAAE estabelecem um pacto de reciprocidade, no qual ao estudante cabe o cumprimento das condicionalidades citadas anteriormente, e à instituição o papel de acompanhar, orientar e identificar possíveis irregularidades e proceder com os devidos encaminhamentos, que pode ser uma advertência, suspensão ou desligamento do programa.

O que será posto em questão a partir deste momento no presente capítulo é que, sob a ótica dos direitos, a um direito não deve haver

a imposição de contrapartidas, exigências ou condicionalidades, para além do mecanismo de seletividade já estabelecido no processo seletivo, uma vez que a condição de cidadão deve ser o requisito único para a titularidade de direitos, ao tempo em que a necessidade de entrada em projetos específicos adentra a alçada de outras Pró-reitorias, acarretando sobreposição de ações. Sendo assim, a estratégia das condicionalidades exigidas pelo Programa de Permanência Qualificada, em especial a modalidade descrita acima, obedecendo a uma lógica de modelo liberal, está se efetivando enquanto mecanismo de direito social e de ampliação da cidadania?

De acordo com Pereira (apud LINHARES, 2005), a cobrança de condicionalidades em atividades assistenciais é muito antiga. O autor exemplifica que na Europa no século XIX, exigia-se das pessoas necessitadas que trabalhassem em obras desnecessárias, a fim de justificar o recebimento de alimentos em tempos de crise. O autor situa a contrapartida como um dos mecanismos voltados para a busca de equilíbrio entre o direito a satisfazer necessidades sociais, bem como, atender a ética capitalista do trabalho.

Observa-se que, culturalmente, os sistemas de proteção social estiveram vinculados à “troca”. Ancorados nos preceitos liberais efetivam a tese de que não se pode oferecer nada sem antes cobrar algo, pois, acredita-se que quando o indivíduo passa a receber um benefício, ele se acomoda e não busca por si só melhorar sua condição de vida. Correlacionando tais preceitos com o cenário atual, Zimmermann e Silva (2006), apontam que:

Os neoliberais propagam conceitos (barreiras) e obstáculos culturais para dificultar a aceitação das políticas sociais enquanto um direito humano. Um exemplo disso são as atuais discussões acerca do Bolsa Família. Esse Programa é visto por parte do senso comum, das elites e da mídia brasileira como responsável por acomodação, dependência, preguiça e/ou falta de iniciativa.

Dessa forma, o Programa de Permanência Qualificada, como descrito nas exigências para a concessão do auxílio de projetos institucionais que consiste na inserção em um projeto, pressupõe o cumprimento de um conjunto de contrapartidas ou condicionalidades que apontam para a manutenção de um padrão liberal de proteção social, que em lugar das contrapartidas laborais, impõe condicionalidades de projetos, mediante a naturalização das contrapartidas acadêmicas.

Essa ideia retoma elementos do liberalismo nas políticas sociais, trazidos por Behring e Boschetti (2007), onde as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício. Para os liberais o Estado não deve garantir políticas sociais, pois os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodações (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 62).

Zimmermann (2006) aponta que o sociólogo alemão Claus Offe destaca que as políticas sociais com condicionalidades operam através de meios educacionais e punitivos, pretendendo moldar os cidadãos como “o cidadão competente” e “o operante”.

No que concerne ao padrão liberal de proteção social, Linhares (2005, p. 62) traz um aspecto importante ao debate ao se referir ao preconceito contra o pobre, ou seja, a ideia de que o pobre tem debilidades na sua formação moral e comportamental, portanto qualquer que seja o benefício conferido é preciso controlar e cobrar alguma coisa em troca. Essa desqualificação do pobre é decorrente de elementos culturais fortemente enraizados na sociedade brasileira.

De acordo com os objetivos institucionais do programa, a ideia deste, ao estabelecer a inserção do aluno em um projeto institucional, é proporcionar ao estudante a ampliação de seus conhecimentos, bem como um enriquecimento acadêmico em sua formação. Porém, qual a necessidade de se ter a participação em um projeto institucional se a condição de acesso à bolsa é uma insuficiência de

renda? Nesse sentido, considera-se que os projetos deveriam ficar a cargo de uma Pró-reitoria específica que lide com esses assuntos tratados de maneira articulada.

Para Lavinias (apud LINHARES, 2005), a contrapartida condiciona o direito constitucional à Assistência Social, visto que, os beneficiários já se encontram em situação vulnerável. Na sua visão, esse cenário da política se adéqua perfeitamente ao modelo de assistencialismo responsável, em que as políticas públicas devem existir com condicionalidades, exigindo dos beneficiários, contrapartidas e compromissos, tornando-os responsáveis pela superação de suas dificuldades, fato bastante próximo às justificativas quanto à necessidade de inserção em projetos acadêmicos na UFRB.

Outra crítica a tecer sobre as contrapartidas impostas pelo auxílio a projetos institucionais, é que o mesmo defende a qualificação do aluno através dessa inserção a um projeto, no entanto, está ocorrendo uma contradição nesse programa, visto que muitos alunos se veem obrigados a se inserir em um projeto institucional qualquer, só para responder a exigência do auxílio, tendo em vista a diminuição das ofertas de projetos disponíveis, bem como da diversificação de temas propostos.

Sendo assim, muitos alunos se veem obrigados a se inserir em projetos, sejam eles quais forem, configurando a vinculação aos projetos como um fim em si mesmo, sem o qual o discente não pode fazer jus ao “direito”, uma vez que ficaria então desobrigado a realizar uma contrapartida, o que para os liberais seria um privilégio que geraria acomodação.

As condicionalidades, nesse contexto, nos colocam diante dos paradoxos entre direito e obrigação, frutos de uma fórmula liberal mantida no formato de políticas sociais, a qual parece também ficar circunscrita à modalidade de projetos institucionais do Programa de Permanência Qualificada da UFRB.

Sendo assim, torna-se fundamental ampliar as reflexões sobre este tema, na medida em que há uma naturalização de que o acesso às políticas públicas deve estar atrelado a uma troca. Isso demonstra que os direitos sociais no Brasil ainda são reconhecidos como uma concessão do Estado que submete o cidadão a cumprir algumas obrigações, para que possa ter acesso a esses direitos.

Considerações finais

Diante das argumentações, visualizamos que como um dos componentes da proteção social encontra-se a Política de Assistência Estudantil, pensada enquanto política social de permanência necessária à concretização do direito à educação superior.

Inicialmente considerada como um “favor”, ou até mesmo uma ajuda assistencialista aos estudantes que dela necessitavam, esse tipo de proteção adensou-se ao longo do tempo, até que pudesse ser reconhecida como um direito social e de ampliação da cidadania, estruturada em bases legais e caracterizada como um dever do Estado.

Na UFRB, através da PROPAAE, precursora nacional no que diz respeito às ações afirmativas, assume-se o importante papel de assegurar as condições necessárias para que o estudante que se encontra em vulnerabilidade social permaneça na universidade, e é notório o avanço e o aumento da cobertura dos alunos a partir da implementação do PNAES.

Por outro aspecto, somos direcionados a pensar que o PNAES em seu desenho atual e a forma como vem sendo operacionalizado pelas IFES nos apontam para a manutenção de um padrão liberal e conservador de proteção social, permitindo que esta política de forma estratégica também seja funcional a um modelo educacional que segue as diretrizes para a lógica do capital.

Não estamos com isso desconsiderando a sua importância enquanto alternativa para a democratização da permanência do

estudante no ensino superior, respondendo a demanda da ampliação das vagas, e manutenção na universidade das classes populares.

Contudo, a controvérsia aparece, por um lado, no reconhecimento de que as condicionalidades do programa têm potencial de pressionar o estudante a inserir-se a um projeto institucional, o que de fato pode representar uma oportunidade ímpar para ampliar seus conhecimentos acadêmicos, mas por outro lado, se traduz na ideia de que, à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigações, além da já focalizada seleção por testes de meios podem ser ameaçados os princípios de cidadania.

Enfim, com este capítulo, foi possível problematizar o tema a partir dos mais diversos autores que se posicionam sobre a imposição de contrapartidas e condicionalidades. Por outro lado, torna-se fundamental ampliar as reflexões sobre as questões apontadas, na medida em que, há engendrado em nossa cultura que o acesso às políticas públicas está atrelado a uma troca. Isso demonstra que os direitos sociais no Brasil ainda não são reconhecidos, sendo vistos como uma concessão do Estado que submete o cidadão a cumprir algumas obrigações para que possa ter acesso a esses direitos.

Como se demonstrou, trata-se de um debate ainda em curso, que envolve uma série de questões complexas e polêmicas, as quais merecem ser aprofundadas em outros trabalhos e por mais autores. Sendo assim, esta importante discussão não se esgota neste capítulo. Por hora, fica a satisfação em contribuir para o debate acerca da assistência estudantil na UFRB analisada enquanto mecanismo de Direito Social.

Referências

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**. Brasília. Ed. UNB, 2008. p. 37-98.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista de Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**, UNESP, n. 16, 1º semestre de 2014, p. 32-47.

FLEURY, Sonia. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, outubro/dezembro de 1985, p. 400-417.

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace**. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia-MG: UFU, PROEX, 2012

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

LAVINAS, Lena. A Estrutura do Financiamento da Proteção Social Brasileira e as Contas da Proteção Social. *In*: DEDECCA, C. S.; PRONI, M. W. (Org.). **Economia e Proteção Social: textos para estudos dirigidos**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. p. 249-274.

LINHARES, Fernando. **Bolsa família**: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil. 2005. Tese (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SANTOS, Derivaldo; JIMENEZ, Susana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. O Ensino Superior não Universitário no Brasil: A Reforma para o Mercado. *In*: JIMENEZ, Susana; RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (Orgs). **Marxismo, Educação e Luta de Classes**: Pressupostos Ontológicos e Desdobramentos Ideo-Políticos. Fortaleza: UECE, 2010. p.107-129.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DELCLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DELA ADMINISTRATION PÚBLICA, 7, 2002, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2010-2014**. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/cahl/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **UFRB 5 anos**: Caminhos, Histórias e Memórias. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago., 2006, p. 226-237.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do Governo Lula no Brasil. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 3, n.4, p. 145-159, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. Concepções neoliberais nas políticas sociais brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 64, set. 2006.

Medida socioeducativa: os dois lados da mesma moeda

*Elisângela Coelho Rangel
Marcela Mary José da Silva*

Introdução

Com os visíveis acontecimentos na sociedade referente à violência, no âmbito de crimes como roubo, furto, assassinato, dentre outros, a população pede justiça, mas se diz que a justiça é falha e demorada. Com isso, há uma sensação de insegurança e impunidade vivenciada pela população. E, ainda mais quando o “sujeito criminoso” é um adolescente, aumenta-se a sensação de impunidade. Desse modo, há um desejo por parte da sociedade de querer a punição daqueles que cometem crimes.

Entretanto, o que não é debatido pela sociedade é que o sistema disponível para ressocialização muitas vezes é apenas de “coação e de privação, de obrigações e de interdições” (FOUCAULT, 2008, p. 15) e não cumpre seu papel ressocializador.

Nesse contexto, torna-se importante falar sobre os adolescentes que se encontram no sistema de Medida Socioeducativa de Internação (MSEI) e analisar esse fato com a interligação com o aspecto econômico e social no qual esses adolescentes estão inseridos. Também é necessário falar como o Estado é intrinsecamente responsável por essa expressão da “questão social” e como as instituições que têm o papel ressocializador realmente ressocializam quem passa por elas.

Quanto aos meios utilizados em prol da ressocialização, Foucault (2000) declara o fracasso do modelo existente. E esse

fracasso continua perpetuando ainda hoje, não sendo diferente nas instituições de MSEI.

Diante disso, o capítulo em questão foi dividido em partes, para melhor compreensão desse processo. Esse percurso será mais detalhado a seguir.

A princípio serão retratados os principais marcos históricos para a estruturação do sistema de MSEI. Nesse percurso, é possível observar as contradições quanto aos objetivos de tais marcos, que deveriam ser a proteção das crianças e adolescentes. Diante disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, vem como “divisor de águas”, tendo como foco a proteção integral.

Dentro desse debate, também será evidenciada uma questão recorrente: A educação é realmente para todos? Mas, afinal, quem são esses adolescentes infratores que estão no sistema de MSEI? Diante de todo exposto a pergunta é: o que ocorre de fato em instituições de MSEI é ressocialização ou punição? Alguns autores confrontam esse sistema e mostram a precarização estrutural e a falta de capacitação daqueles que teoricamente têm a função ressocializadora.

O capítulo em questão também trará dados qualitativos da pesquisa realizada com uma assistente social, uma psicóloga e um egresso do sistema de MSEI. Também é possível destacar o perfil dos adolescentes, a culpabilização do indivíduo e o arranjo familiar e social no qual esses adolescentes estão inseridos.

Infância foi parida

A história da sociedade mostra que a visão hoje existente sobre a necessidade de atenção especial para com as crianças e adolescentes, e direitos específicos para tal faixa etária, nem sempre existiu. Nos períodos medieval e moderno, era clara a existência de indiferença com relação à infância. Conseqüentemente, os pais se tornaram insensíveis com relação à criação dos filhos, a ponto de não

quererem investir tempo na criação, pois havia o risco de morrerem com pouca idade (HEYWOOD, 2004).

No decorrer do século XIX, o Estado passou assumir maior controle dos “menores desvalidos”. Diante disso, a infância se tornou a fase a que o poder público dava maior ênfase para controlar, pois era a fase que consideravam com mais inclinação à vadiagem (FRAGA, 1996).

Foi necessário esperar muitas mudanças no contexto político e social, além da transição de vários marcos, que na prática não tiveram significativas mudanças no que se refere à garantia de direitos das crianças e adolescentes em conflito com a lei, como será possível compreender a seguir.

No ano de 1927, o presidente Washington Luiz assinou o Código de Menores. Com essa nova lei, tornou-se impossibilitado que menor de 18 anos que praticasse ato infracional fosse levado à prisão comum (OLIVEIRA, 2003) e esse fato seria confirmado no Código Penal de 1940.

Na verdade, o Código de Menores institucionalizou o papel do Estado enquanto responsável pelos adolescentes em conflito com a lei. No entanto, o que era predominante nesse Código era o ato corretivo, pois entendiam que era necessário disciplinar os delinquentes, que eram “de famílias desajustadas” ou órfãos (VERONESE, 1999).

Em 1941 foi organizado o Serviço de Assistência a Menores (SAM). O que o difere do Código dos Menores é o fato de que o SAM tinha como meta a execução de uma Política Nacional de Assistência (PNA) em prol dos menores, desse modo sobrepunha o caráter normativo do Código anterior (mas o caráter corretivo permanecia).

É no contexto de Ditadura Militar que é criada a Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964, na qual é introduzida a Política Nacional do Bem-Estar Social do Menor (PNBEM) e sua execução ficou sob responsabilidade da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM).

No entanto, permaneceram com a mesma estrutura física. Sendo assim, a forma de atender aos adolescentes em conflito com a lei continuou com o mesmo discurso punitivo do SAM. A FEBEM nada mais era que o reflexo de um Estado “que guarda resquícios das práticas repressivas de períodos totalitários” (TRASSI, 2003, p. 6). Mediante a ineficácia do sistema de medidas socioeducativas anteriores, surge o novo Código de Menores, de 1979, que tinha como proposta central a Liberdade Assistida, que funcionava como meio de atender aos menores de 18 anos que tivessem em conflito com a lei. No entanto, mesmo diante das aparentes mudanças, para o Estado “a situação irregular do menor é, em regra, consequência da situação irregular da família (...) O problema todo se resume na reestruturação da própria família, que é o fundamento primeiro da formação humana” (MACHADO, 1986, p. 14).

“Divisor de águas”

As principais conquistas sociais voltadas às crianças e adolescentes se dão a partir da década de 1980. Tais mudanças ocorrem num contexto de democratização, posterior à queda do regime militar. Claro que esse fator prepondera com a reforma constitucional, em 1988 e, posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi aprovado em 13 de junho de 1990 (pela Lei n. 8.069) e que tem como ponto central a proteção integral. O ECA também vem para delimitar a idade para inimputabilidade de pena em 18 anos, como expresso no art. 228 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Com a Constituição de 1988, as crianças e os adolescentes passam a ter direito à Proteção Integral, tendo como base um dos princípios fundamentais da Constituição no artigo 1.º, inciso III, a dignidade da pessoa humana. É necessário destacar o artigo 227, que fundamenta o tripé da Proteção Integral ao dizer que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Diante disso, torna-se possível dizer que a Constituição de 1988 difere das constituições anteriores, no que se refere às crianças e adolescentes. Sendo assim, pelo menos teoricamente, a família deixa de ser culpabilizada pelo estado de pobreza e o Estado passa a se responsabilizar pela proteção social das crianças e dos adolescentes.

Entretanto, “ao lado da ideia de proteção da criança está presente a da proteção da sociedade, ‘defesa social’” (FALEIROS, 2011, p. 47). Logo, os mesmos indivíduos que têm direitos garantidos pela Constituição, também estão sujeitos a sanções diante do cometimento de atos infracionais.

Educação para todos (?)

No que tange à educação para os adolescentes em conflito com a lei, a partir da Assembleia Geral da Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1990, ficou determinado que todos em idade escolar obrigatória tem direito ao acesso à educação de qualidade, de modo que estes sejam preparados para reinserção a sociedade.

Diante disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas, a partir da Lei nº 13.005/2014, que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) precisa seguir no que diz respeito à educação de modo geral e, claro, esses mesmos direitos também são assegurados para os adolescentes que estão em regime de medida socioeducativa. Entre as metas estão: a universalização do Ensino Fundamental e Ensino Médio; o oferecimento de educação

em tempo integral; elevação da taxa de alfabetização e erradicação do analfabetismo; aumento no oferecimento de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à Educação Profissional (PNE, 2014).

É importante compreender o quanto esse sistema de educação propicia de fato a educação e, mais que isso, a ressocialização. Nascimento (2013, p. 17) informa que:

[...] o relatório “Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação”, realizado pelo CNJ em 2012, constatou que parte delas não possui em sua estrutura física espaços destinados à realização de atividades consideradas obrigatórias para a concretização dos direitos fundamentais assegurados pela legislação, tais como saúde, educação e lazer. Quanto ao aspecto educacional, 49% das unidades não possuem biblioteca, 69% não dispõem de sala com recursos audiovisuais e 42% não possuem sala de informática.

Diante de tal afirmativa e sabendo que a estrutura física adequada influencia diretamente todo o percurso de uma ressocialização de fato, é possível concluir que há um déficit no sistema que, conseqüentemente, afeta a aplicação das medidas socioeducativas. A estrutura também reflete a precarização e ausência de qualificação de equipe de trabalho.

Perfil imputado

Não se pode falar sobre os adolescentes em conflito com a lei e todo esse discurso de medida socioeducativa e ressocialização, sem mencionar a pobreza como uma expressão da “questão social”²⁰ e,

20 Segundo Iamamoto (1998, p. 27), “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

consequentemente, àqueles mais afetados pelo neoliberalismo, que são os vistos como “*resíduo social*” (FRAGA, 1996, p. 43).

“A maioria dos direitos econômicos, sociais e culturais é negada a este segmento da população [pobre]. A educação formal não se mostra adequada à atual conjuntura da juventude e são negados o acesso ao trabalho e aos meios legais de geração de emprego e renda” (FRAGA, 1996, p. 10).

A violência da pobreza é naturalizada na sociedade, é encarada como se “sempre foi assim e sempre será assim”.

“Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, (...) a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade” (YAZBEC, 1993, p. 61).

Esses fatores podem ser analisados a partir dos dados a seguir.

Com relação ao recorte racial, torna-se ainda mais visível a desigualdade ao acesso de direitos básicos, como educação, saúde e lazer. Das pessoas que vivem com renda *per capita* até meio salário-mínimo somente 20,5% são brancos, enquanto 44,1% são negros.

Os adolescentes entre 12 e 17 anos negros possuem 3,23 vezes mais possibilidades de não serem alfabetizados do que os brancos (UNICEF, 2004). Ainda referente à educação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), 60% dos adolescentes brancos já haviam concluído o ensino médio, contra apenas 36,3% de afrodescendentes (negros e pardos) (IBGE, 2004).

A renda *per capita* familiar está diretamente relacionada à média de anos de estudo, pois, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a etnia branca possui média de estudo de oito anos e média de salário-mínimo de 4,50, contra a média de 5,7 anos de estudo com média de salário-mínimo de 2,20 da etnia negra (IPEA, 2002).

Outro aspecto nesse contexto que é importante ressaltar é o índice de mortalidade na juventude e, mais uma vez, como esse fator está relacionado com a desigualdade social. Para Waiselfisz (2005), a morte por causas como acidentes de trânsito, homicídio e suicídios na população jovem é de 72%, e destas 39,9% são referentes a homicídio. Homens são 93% das vítimas e especificamente a mortalidade dos jovens negros é 74% superior à de jovens brancos.

A partir dos dados citados, é possível perceber fatores históricos, políticos e sociais, como diferença de “raça” e a desigualdade social dos jovens e adolescentes que cometem atos infracionais. Também é importante mencionar o elevado percentual de adolescentes que evadem da escola ainda no ensino fundamental ou nem mesmo frequentaram a escola.

“Novos” olhares

A pesquisa foi realizada em duas partes: a primeira foi a partir da aplicação de um questionário *online* (com perguntas fechadas e abertas), no qual uma assistente social e uma psicóloga, que trabalham numa mesma instituição de Medida Socioeducativa de Internação (MSEI) da Bahia, relataram suas visões sobre o processo de ressocialização na instituição, a estrutura da mesma e outras questões referentes ao menor infrator. Já a segunda parte foi desenvolvida a partir do diálogo com um egresso (via Facebook e telefone), que passou pelo sistema de MSEI.

Com relação ao egresso (será chamado de C.E), é de cor branca e estudou até o 9º ano. Vivía com sua mãe, seu padrasto e dois irmãos menores. Tinham a renda média de dois salários (o padrasto trabalhava esporadicamente como pedreiro e mãe recebia pensão da irmã de C.E). C.E ficou na instituição de medida socioeducativa dos 16 aos 17 anos, no ano de 2015.

Com relação ao perfil dos internos, a assistente social descreve que a maioria tem apenas a formação escolar do Fundamental 1, são predominantemente “negros, a maioria das famílias sobrevivem com cerca de 1 salário-mínimo e são oriundos de famílias matriarcais (mãe e avós)”. A fala da psicóloga é significativamente convergente, ao dizer que são “preto, pobre, da periferia’, ausência do pai, que muitas vezes nem o registram” (Assistente Social, entrevista, 2019).

Para Souza (2007), a baixa escolarização dos adolescentes é entendida por eles como um problema para sua reinserção social, pois torna-se mais difícil o acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado, também compreendem que mesmo com diplomas nas mãos, não facilitará sua inserção no mercado de trabalho por fatores como preconceito para com aqueles que já passaram pelos sistemas de MSEI ou mesmo penitenciárias comuns, no caso dos adultos. Por isso, Beccaria (2000, p. 34) diz que, “o meio mais seguro, mas ao mesmo tempo mais difícil de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal, é aperfeiçoar a educação”.

Na tentativa de compreender como C.E via esse processo de ressocialização e se o tempo que passou lá o influenciou de alguma maneira positiva, ele faz um relato de culpabilização e justificação das falhas do sistema, no qual é possível observar que “o discurso socialmente construído sobre a função retributiva da privação de liberdade também faz parte do discurso dos próprios internos” (PADOVANI, 2013, p. 97), o que C.E deixa claro:

Se lá fosse bom, as pessoas cometiam mais crimes pra voltar. Lá não era uma colônia de férias que nem falaram pra minha mãe...ela nem foi me visitar por isso. Acho que se eles [pessoal da segurança] fossem bonzinhos, a gente ia querer voltar. Então é até bom os apertos que eles dão pra gente aprender. Eu nunca mais quero passar por isso (C.E, entrevista, 2019).

Para a assistente social em questão, a ressocialização é “a ressignificação de valores éticos e comportamentais do

socioeducando” (Assistente Social, entrevista, 2019). A psicóloga se delonga mais, ao dizer que ressocialização:

É um termo complexo, porque implica em pensar no processo se de fato esses adolescentes estão se "socializando", diante do estigma social e do processo de exclusão que estão submetidos. Pensando sobre a reinserção social, sim, é um grande desafio, pela falta de políticas públicas para garantir os direitos necessários para que o educando tenha a possibilidade de fazer escolhas outras (Psicóloga, entrevista, 2019).

A psicóloga reconhece que fatores como preconceito por parte da sociedade, falta de oportunidade de emprego e políticas que verdadeiramente reintegrem irão inviabilizar a ressocialização e, ao mesmo tempo, contribuir para a reincidência.

Com relação às atividades que são desenvolvidas visando à saída do adolescente e reinserção social a psicóloga destaca “atendimentos individuais e com a família, articulação com a rede socioassistencial do município que reside” (Psicóloga, entrevista, 2019). A assistente social corrobora com esse pensamento, pois ela esclarece o que foi posto pela psicóloga:

Atendimentos individuais tanto ao educando quanto aos familiares, no intuito de orientá-los quanto a vivência social e comunitária, assegurando que não haja nenhum tipo de risco de vida, quanto ao local que o mesmo irá residir. Além disso, ambos são orientados acerca do tipo de Medida Socioeducativa sugerida para o socioeducando, bem como o órgão que deverá procurar. Esse contato é feito previamente pela equipe, pois deverá constar no relatório com pedido de sugestão para avaliação judiciária (Assistente Social, entrevista, 2019).

Dados do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), apontados por Souza (2007), demonstram que, a “aplicação correta das medidas socioeducativas, feita em conjunto com os familiares, comunidade e organizações não-governamentais, resulta em redução

significativa da criminalidade juvenil, prevenção ao abuso de drogas e reinserção social” (p. 35).

Ressocializar ou punir?

No que se refere à estrutura da instituição, a psicóloga diz que é “ruim”, já a assistente social enfatiza que para ela a estrutura da instituição é “*péssima*”. Esse fato pode ser em decorrência de que muitas unidades de MSEI ainda têm vestígios de antigos unidades de MSI.

Ao ser perguntado como era tratado na instituição de medida socioeducativa de internação, C.E responde que: “Se riscar a parede ou falar alto, dava tapa na cara e spray de pimenta. Não tinha câmera pra ver isso” (C.E, entrevista, 2019).

O castigo, a punição, como forma de controle, enquanto um mecanismo de disciplinar e de ‘ensinar’ aos adolescentes as regras da instituição [...] se dão por disposições físicas, como ocorre em algumas unidades de privação, através da agressão por parte dos funcionários; pela privação dentro da própria privação, ao se colocar um adolescente em uma contenção, chamada por eles de “tranca”, sem contato com o interior da unidade; ou mesmo impossibilitando-o de participar de atividades de lazer ou saídas externas (PADOVANI, 2013, p. 21).

Com isso, é possível observar o “velho” entendimento de que é necessário punir para aprenderem. As atitudes frente ao adolescente que foi estigmatizado, demonstram “discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (GOFFMAN, 2004, p. 8).

A assistente social relata que as atividades desenvolvidas com os adolescentes enquanto internos, em prol da ressocialização, são: “pedagógicas, esporte [futebol] e cultural que inclui o trabalho com temáticas específicas, como dia da consciência negra, dia das mães

e festas populares, como carnaval e São João” (Assistente Social, entrevista, 2019). A única atividade que a psicóloga menciona que é realizada com os adolescentes internos é a atividade pedagógica.

O que foi colocado por ambas é o que deveria ser oferecido pela instituição para efetivação do processo ressocializador, mas, “na prática”, nem sempre existe. O que é confirmado por C.E, quando pergunto sobre o que era oferecido na instituição quanto à equipe multidisciplinar e as atividades que objetivavam a ressocialização:

Tinha alguns de lá [funcionários] que até conversavam com a gente, davam conselho. Mas psicólogo e assistente social nunca vi não, nem sabia que tinha assistente social. Assistente social faz o que? Como assim atividades? O que rolava as vezes era uma bola [futebol], mas teve uma época que cortou geral, não tinha nada. Acho que por causa de uns lá (C.E, entrevista, 2019).

Diante disso, torna-se evidente que “não existe um questionamento ou a reformulação das próprias atividades e normas” (SOUZA, 2007, p. 87). A “super santificação das regras” (MCLAREN, 1992, p. 191) e a ausência de convívio com pessoas externas à instituição, buscam a garantia do comportamento “adequado” do adolescente.

A utilização do momento de lazer como recreação, a partir de jogos lúdicos, possibilita incluir os objetivos da medida socioeducativa para ser trabalhada “sem a cara” de controle e repressão. Pois, “além do aprendizado propriamente dito, também é estimulado, através dos jogos lúdicos, o desenvolvimento do trabalho em equipe e a disciplina, já que no jogo há regras” (RANGEL, 2014, p. 2). E a partir disso, há o favorecimento da construção do sentimento de pertencimento.

Por outro lado, a ausência do momento recreativo “pode ser um fator que favoreça a reincidência, pois não permite ao adolescente vivenciar interações positivas, de valorização de regras e reconhecimento pessoal, além de empobrecer a percepção de mundo e do outro” (PADOVONI, 2013, p. 135).

“Desde 1.820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade” (FOUCAULT, 1999, p. 131). Logo, se a prisão não é funcional como meio correccional, poderá ser funcional como medida socioeducativa? Não é possível acreditar que a lei é feita para todos. Na verdade, ela é feita para alguns e se aplica a outros (FOUCAULT, 2008).

Sendo assim, é possível verificar a precariedade que há nos próprios ambientes que deveriam ter a função de reinserir os menores infratores na sociedade. No entanto, as próprias condições sociais impostas na sociedade não colaboram para que isso ocorra.

Saiu! E agora?

Quando perguntado como é possível mensurar a eficácia do processo de medida socioeducativa de internação e como a assistente social via esse processo, ela explica que:

Deveria ser aplicado especialmente em casos graves, e em casos de natureza leve, ser tratado na comunidade e/ou Comarca do adolescente junto à rede socioassistenciais e o Sistema de Garantia de Direito, com aplicação de medidas condizentes a cada caso e fortalecendo a função protetiva da família. Nem sempre temos como mensurar a eficácia da Medida Socioeducativa de Internação (Assistente Social, entrevista, 2019).

Essa fala evidencia que, o que está garantido pelo ECA, da internação em última instância e da priorização da permanência do adolescente em sua família, não ocorre na prática. Pois, ao falar que as medidas “deveriam” ser aplicadas de acordo com cada caso, deixa subentendido a ausência de análise dos critérios nas escolhas das medidas que devem ser aplicadas.

Já a psicóloga destaca o fracasso da política pública pós medida e a necessidade de profissionalizar esses adolescentes, para que a reintegração social seja efetiva:

Acho que a MSEI [Medida Socioeducativa de Internação] tem uma importância na vida do adolescente, sentimos e ouvimos através dos atendimentos, a reflexão e até desejo de mudança dessa vida de criminalidade. Porém, a política pública pós medida não funciona. É necessário também ter ações profissionalizantes mais condizentes com interesse e realidade desses educandos (Psicóloga, entrevista, 2019).

Para que o atendimento às demandas seja de qualidade, é preciso entender as totalidades que perpassam o indivíduo. Sendo o ambiente no qual está inserido e questões socioeconômicas (como arranjo familiar e renda), pontos a serem observados de modo enfático.

A partir da visão da assistente social e da psicóloga, tornou-se possível compreender a experiência de ressocialização do adolescente do sistema de MSEI. Com relação ao olhar do egresso de MSEI sobre a instituição, suas palavras esclarecem que a esperada proteção integral posta pelo ECA não é tão efetiva quanto se espera. Além disso, mostrou entender o que perpassa pelo sistema.

Considerações finais

A partir do ECA, com a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, é declarado que a responsabilidade por “zelar” por esses é da família, sociedade e Estado. Com isso, o Estado diz que está garantindo os direitos básicos (eu diria ‘mínimos’) para uma vida de qualidade, que são saúde, educação e lazer para “todos”. Mas... isso ocorre na prática?

No que se refere à medida socioeducativa de internação, hoje há leis que determinam as responsabilidades de cada uma das instituições que fazem parte da rede de proteção, para que seja garantida a efetivação do processo ressocializador, dentro dos parâmetros da proteção integral. Sendo que, durante o período de

responsabilização do adolescente infrator, o que está previsto é que as atividades desenvolvidas em prol da ressocialização, estejam pautadas em atividades pedagógicas.

No entanto, não é esse quadro que é retrato a partir da fala do egresso C.E e da assistente social e da psicóloga. C.E trouxe com suas falas a clareza do seu entendimento quanto ao sistema que observava durante sua vivência na instituição de MSEI. Ele fala sobre como era punido na instituição e ainda justifica o sistema “Então é até bom os apertos que eles dão pra gente aprender” (C.E, entrevista, 2019). Ou seja, a punição ainda funciona como meio de correção!

Não são muito diferentes as falas da assistente social e da psicóloga, mesmo que sutilmente. A psicóloga em alguns momentos das falas deixa subentendido o que “deveria” ser, como por exemplo os critérios para internação em último caso, mas não é isso que acontece. Quanto à assistente social, o que se destacou foram algumas colocações, que podem levar à compreensão de que a mesma parte de um pensamento ainda arcaico quanto à culpabilização do indivíduo. Se realmente o for, ela é apenas a representação de uma grande massa.

Quando a pesquisa foi iniciada, a expectativa era de achar respostas que comprovassem que é possível, sim, a ressocialização no sistema de MSEI no Brasil e, claro, existiriam casos esporádicos de falhas. No entanto, a partir de todos os dados estatísticos, pesquisa bibliográfica e observação do cotidiano, o que ficou evidente é que o sistema é funcional para seu objetivo (que não é a ressocialização de fato, mas sim apenas “faxinar” das ruas aqueles que incomodam o interesse do Estado) e, sim, há casos esporádicos de ressocialização, como previsto no ECA.

Sem falar que, ainda dentro das instituições de MSEI, tem aqueles que estão ali somente como “olhos do Estado” e que são apenas agentes penitenciários disfarçados, com o objetivo de punir.

O que é possível concluir diante disso, é que há um caminho longo a trilhar em busca do ideal (por mais que soe como utópico). Há uma famosa frase atribuída a autoria de Martin Luther King que diz “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”.

Sem mais delonga no tema de ressocialização, já que, como foi analisado a partir dos dados estatísticos e com a fala dos autores citados, a “teoria é linda” no que se refere às leis que resguardam os direitos dos adolescentes e a proposta de ressocialização, mas... a prática ainda parece uma utopia. Então, o que resta? É necessário, antes de tudo, analisar todo o contexto, desde o ambiente no qual o adolescente infrator está inserido até a reintegração social, para então entender onde está a raiz do problema e não simplesmente tentar “cortar os galhos”.

Este capítulo chega ao fim com a mesma indagação inicial: É possível haver ressocialização e, mais que isso, reabilitação e efetivação da inclusão social?! É preciso continuar acreditando que a educação é a principal via emancipatória.

Referências

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. **Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor** Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1966. p.15.

_____. **Código de Menores de 1979**. Lei n ° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de dezembro de 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001). Departamento de População e Indicadores Sociais. *In: PNAD: Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. **Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de Internação**. Conselho Nacional de Justiça, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: EDUFBA, 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. (Trabalho original publicado em 1891)

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 9-32, ABEPSS, 2001.

IPEA/MJ – DCA. **Mapeamento Nacional das Unidades de Aplicação de Medidas de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei**. Apresentado no XXXIII FONACRIAD. Brasília, 2002.

MACHADO, Antonio Luiz Ribeiro. **Código de Menores Comentado**. São Paulo: Editora Saraiva, 1986.

MCLAREN, P. **Rituais da Escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

NASCIMENTO, Rita Gomes. **Diretrizes Nacionais para Educação Escolar dos Adolescentes e Jovens em Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), 2013.

OLIVEIRA, Raimundo Luiz Queiroga de. O menor infrator e a eficácia das medidas sócio-educativas. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4584>. Acesso em: 01 mai. 2019.

PADOVANI, Andréa Sandoval. **Vozes aprisionadas**: sentidos e significados da internação para adolescentes autores de ato infracional. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RANGEL, Elisângela Coelho. Jogos lúdicos no ensino da biologia: identificando e descobrindo as funções das organelas na célula animal. *In*: SINECT: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, Paraná, 2014. **Anais [...]**. 2014.

SOUZA, T. Y. **Um estudo dialógico sobre institucionalização e subjetivação de adolescentes em uma casa de semiliberdade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TRASSI, M. L. **Adolescência - violência**: Uma ferida de nosso tempo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

UNICEF. **Relatório da situação da infância e da adolescência brasileiras**. Diversidade e equidade. Brasília: UNICEF, 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

WASELFISZ, J. J.; ATHIAS, G. **Mapa da violência de São Paulo**. Brasília: Unesco, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

A Dimensão Técnico-Operativa na formação em Serviço Social na UFRB

*Jucileide Ferreira do Nascimento
Malena da Silva França
Tainara de Jesus Souza*

Introdução

A necessidade da problematização sobre este objeto de pesquisa surgiu logo após o encerramento da disciplina Oficina- Instrumental Técnico-operativa II, ofertada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no curso de Serviço Social, ocasião em que foi discutida, dentre tantos assuntos, a prática do Assistente Social e também as “ferramentas” utilizadas no campo de prática. Em conjunto a isso, a experiência do segundo estágio curricular, de uma das autoras deste capítulo, reforçou essa necessidade de compreensão a respeito da Dimensão Técnico-Operativa, da categoria instrumentalidade e dos instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social devido à lacuna existente dentro das disciplinas ofertadas que discutissem de maneira ampliada tal tema.

Pelas experiências vivenciadas no campo da política pública de Assistência Social e também pela troca de informações com a supervisora de campo, a qual compartilhava o mesmo sentimento de lacuna que se fazia presente quando se debatia acerca dos instrumentais no âmbito da prática e principalmente no componente curricular da graduação do curso de Serviço Social da UFRB, decidiu-se pela escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) versando sobre a temática.

Esses questionamentos se deram, principalmente, pelo fato de a discente estar inserida no campo da Assistência Social, lidando

diretamente com o usuário no seu dia a dia e tendo que trabalhar com tais instrumentais não mais dentro da graduação como forma de seu aprendizado, mas sim no cotidiano profissional, lidando com a vida das pessoas.

A pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso foi, então, realizada em 2017, com os egressos do curso de Serviço Social da UFRB, concluintes do curso em períodos diferentes, para que houvesse um levantamento de dados consistente, de diferentes períodos, que possibilitasse maior aproveitamento e entendimento das questões que seriam levantadas através da pesquisa.

Os resultados desse levantamento foram sistematizados e apresentados como um Trabalho de Concurso de Curso da Graduação em Serviço Social em 2017, de autoria de França (2017) e a decisão de publicizar essa pesquisa justifica-se pela atualidade dessa temática considerando os doze anos do curso de serviço social da UFRB em agosto de 2020.

Na pesquisa foram analisadas questões referentes à estruturação da Dimensão Técnico-Operativa dentro da graduação, enquanto componente curricular, seu desenvolvimento através dos anos dentro do projeto pedagógico de curso, as modificações realizadas, progressos e retrocessos dentre todos os períodos já existentes dentro da universidade, e como o resultado de todas essas questões problemáticas que envolvem o uso de instrumentais na prática, se materializam nos diferenciados campos de prática existentes hoje dentro do Serviço Social, suas dificuldades e dúvidas relacionadas ao tema.

Foram aplicados 50 (cinquenta) questionários, mas apenas 15 (quinze) egressos (as) deram o retorno dentro do prazo estipulado para as análises, sendo que a sua aplicação se deu através de contato por e-mail.

Um dos principais pontos, que ajudaram a compor a escolha da discussão sobre a Dimensão Técnico-Operativa do Serviço

Social, sem sombra de dúvidas, foi a experiência da passagem pelas disciplinas que discutem o presente objeto. Logo, trazer à pauta a importância da elaboração dos instrumentais técnico-operativos durante a formação profissional na graduação se torna mais do que necessário, mesmo com as dificuldades de materializar tal discussão devido à ausência de elementos encontrados que ampliem e debatam sobre o assunto.

Tendo como referência artigos de autores como Guerra (2000); Abreu (2016); Sousa (2017), que discutem tal temática, mesmo ainda em sua minoria, há uma parcela no âmbito acadêmico que aborda a escassez de material para a discussão, as dificuldades encontradas no dia a dia da prática profissional e dos (as) estudantes de Serviço Social durante a graduação. Nessa perspectiva, revela-se importante a reflexão dos elementos problematizados a seguir.

A Dimensão Técnico-Operativa

O percurso de elaboração do trabalho acadêmico e os debates suscitados com as leituras acerca da temática nos conduziram a algumas indagações: o porquê de a Dimensão Técnico-Operativa na formação em serviço social não estar presente em discussões e explicações maiores? Quais as dificuldades encontradas para realizar tais discussões e ampliá-las? Quanto tempo mais irá levar para profissionais e alunos que estão em sua jornada de formação profissional tenham suas dúvidas e dificuldades acerca da Dimensão Técnico-Operativa e uso dos instrumentais respondidas? Como articular esses conhecimentos acerca da práxis profissional durante a formação profissional e na atuação enquanto profissionais?

[...] Duas gerações movidas por uma mesma inquietação: como discutir a questão da dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social? Estamos formando profissionais capacitados, ética, técnica e politicamente para o exercício

profissional? Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva, como dar conta da preparação do profissional para seu trabalho sem perder de vista o refletir e o escolher em sua ação? (CARDOSO et al., 2017, p. 42).

Indagações como essas servem pra reforçar as questões discutidas aqui até o presente momento, em que essas e mais questões surgem a todo o instante no âmbito da profissão, e o que nos faz pensar o motivo de tal marginalização desse debate, o porquê é tão difícil encontrar, de forma ampla e de fácil acesso, materiais que deem suporte para tais questões, o porquê da escassez de eventos, atividades formativas, congressos, dentre outros artifícios que encorajem a sensibilização para a valorização do referente objeto de discussão que é a Dimensão Técnico-Operativa e os elementos que se desdobram a partir dela.

Cardoso et al. (2017) reforçam sobre a lacuna existente na trajetória da formação profissional no que tange à discussão sobre tais elementos, e que ganham maior representação nos anos de 1990, e que com o passar dos anos só ampliam essas questões não discutidas e que de certa forma ficam subentendidas para a categoria profissional durante a formação.

Sobre as necessidades de revisão, o trabalho e a discussão sobre o uso dos instrumentais devem ser realizados com urgência no que compete à formação profissional, devido às análises de experiências que discutem o tema, onde as principais dificuldades surgem no período de estágio curricular e no período em que o profissional já está imerso no campo de prática.

Martinelli e Koumrouyan (1994 apud SOUSA, 2008 p. 14) definem por instrumental “o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional”. Nessa perspectiva, o instrumento é, então, estratégia, forma, pela

qual se realiza a ação. A técnica deve ser compreendida, portanto, como a habilidade no uso do instrumento. Como viabilizar uma intervenção profissional qualificada se o(a) profissional desconhece ou sabe pouco acerca dos instrumentais que deve utilizar?

A importância da aprendizagem sobre a construção dos instrumentais e por consequência a sua aplicação, deve ser discutida e reformulada principalmente no que diz respeito a sua metodologia de ensino e à análise dos componentes curriculares que discutem a Dimensão Técnico-Operativa. Sobre os desafios de pensar a Dimensão Técnico-Operativa durante a formação profissional, encontramos a seguinte reflexão:

[...] Entendemos como formação profissional o processo pelo qual estudantes de Serviço Social passam para se habilitarem ao trabalho profissional. É importante destacar que tal processo é contínuo e estende-se para a vida profissional de seus agentes, embora tenha seu início na graduação. A graduação é à base da formação profissional, e constitui um importante marco, já que é nela que o futuro assistente social terá seu primeiro contato com as três dimensões do trabalho profissional passando por um processo informativo e formativo que orientará sua ação (CARDOSO et al. 2017, p. 51).

Ou seja, não só a discussão acerca da Dimensão Técnico-Operativa, e o ensino da construção referente aos instrumentais se fazem necessários dentro desse bojo, mas também ter o conhecimento de que nenhuma das três dimensões²¹ que compõem o trabalho do profissional deve ser vista de forma isolada, visto que o ponto em que se encontra essa pauta nos remete a outra discussão envolvendo de certa maneira a Dimensão Técnico-Operativa e a utilização dos instrumentais e da técnica, que é a questão vista principalmente na trajetória da formação profissional e também defendida por uma

21 Sendo essas Dimensões: Capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (ABEPSS, 1996).

parcela dos profissionais que afirmam erroneamente: *“Na prática a Teoria é outra”*. Essa máxima é desconstruída por Santos (2013), ao apontar que a teoria sempre será aproximativa do real, considerando a dinamicidade da vida concreta, por este motivo, a teoria nunca se encaixará na prática da forma que alguns esperam.

Não estenderemos aqui todos os desdobramentos que tal temática possui dentro do âmbito da profissão, apenas destacamos alguns elementos para que fiquemos cientes de como a marginalização envolvendo a discussão da utilização e aprendizagem dos instrumentais pode se desdobrar em concepções errôneas a respeito do lugar e papel de determinadas construções e o que podemos esperar delas, como bem destacam Forti e Guerra (2013) a respeito de como a teoria se apresenta diante da realidade concreta onde o profissional intervém.

É interessante como Forti e Guerra (2013) conseguem imprimir de forma inteligente questionamentos que permeiam, principalmente dentro da trajetória profissional, o lugar da teoria, e por que em nosso imaginário a maioria do tempo tendemos a achar que a teoria se faz mais relevante que a prática, que o conteúdo que é ofertado sobre a prática por muitas vezes se torna maçante, de difícil compreensão, principalmente nos primeiros períodos dentro da graduação e mais, se há uma relação entre a teoria e a prática. Nessa mesma linha de raciocínio em que são postas essas indagações, as autoras trazem a resposta para esclarecimento das dúvidas levantadas:

[...] Não cabe dúvida quanto ao que dissemos, pois como poderíamos trabalhar aspectos inerentes à realidade social, trabalhar com expressões da “questão social”, direitos sociais e política social sem sermos capazes de determinações da realidade social? Não seriam as distorções nessa captação, a sua incipiência ou até sua impossibilidade, as reais responsáveis pelas dúvidas ou pela negação do potencial da teoria? (FORTI; GUERRA, 2013, p. 11).

Vendo a discussão sobre na prática a teoria ser outra, Santos (2013, p. 83) reforça o pensamento de que “aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utilizá-los, capacidade para criá-los e escolher o mais adequado às finalidades postas”.

Em continuidade à discussão da importância da construção dos instrumentais no período da graduação, é complicado contextualizar devido à escassez de produção ligada ao objeto, pelo menos que se tenha acesso. O que torna a discussão um desafio é a compreensão de como algo tão relevante e que se faz presente em diversos espaços sócio-ocupacionais ainda não tenha o embasamento de que possamos nos apropriar para o preenchimento de tais lacunas que ficam em evidência quando analisamos a trajetória da profissão, mas principalmente a trajetória envolvendo a formação profissional.

Um dos elementos que podemos visualizar é de que:

[...] A noção de uma formação de caráter teórico-prático é um grande desafio ao pensarmos a forma como as disciplinas incorporarão a discussão da intervenção profissional em sua transversalidade, assim como, a dimensão investigativa e a ética. Tal apreensão, no entanto, não descarta a necessidade do tratamento de elementos específicos do cotidiano do trabalho profissional em disciplinas específicas, bem como, em nosso entender, não suprime a necessária discussão e ensino da apropriação de instrumentos e técnicas que compõe o conjunto de atividades demandadas ao assistente social em seu cotidiano (CARDOSO et al. 2017, p. 53).

Concordamos com as autoras, quando elas citam a questão do ensino teórico-prático da profissão, pois dentro da grade curricular que é ofertada para a formação profissional, as disciplinas que correspondem à teorização da profissão se fazem em grande escala, já as disciplinas e ementas que discutem e possibilitam uma primeira aproximação da realidade do campo profissional, leia-se Oficina Instrumental Técnico-Operativa e a experiência do estágio curricular,

são vivenciadas a partir de meados até o findar da graduação. Logo, presumimos ser insuficiente tal contato, o que nos remete ao entendimento do porquê de tantas polêmicas e lacunas que envolvem a discussão em torno da Dimensão Técnico-Operativa, aprendizagem dos referidos instrumentais e sobre a utilização da técnica.

Com o objetivo de fomentar tais reflexões, realizamos uma pesquisa empírica e documental acerca desse tema no Curso de Serviço Social da UFRB, a qual iremos apresentar a seguir.

Egressos(as) em Serviço Social da UFRB

A discussão deste tópico refere-se às questões levantadas durante toda a construção do presente objeto de estudo, de forma a aproximar esse objeto de uma realidade adjacente. Para melhor compreender a realidade da discussão na universidade em questão foi realizada uma pesquisa de campo com os egressos(as) do curso de Serviço Social da UFRB, de diferentes anos de formação. A UFRB foi criada em 29 de julho de 2005, tendo sido por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e inicialmente unidades instaladas nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Cachoeira (UFRB, 2017).

A missão da UFRB é realizar de forma integrada as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando promover o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística, propiciando valorizar as referências das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico (UFRB, 2009).

Sobre os dados que identificam o curso de graduação em Serviço Social na Universidade do Recôncavo da Bahia, está caracterizada, sua habilitação/ênfase/modalidade sendo bacharelado/presencial, sendo ofertadas cinquenta vagas mensais, tendo como turnos de

funcionamento os períodos diurno e noturno. A distribuição de carga horária por componentes curriculares está dividida da seguinte maneira: disciplinas obrigatórias – 1.921 horas, disciplinas optativas – 340 horas, Trabalho de conclusão de curso – 136 horas, estágio – 450 horas, atividades complementares – 153 horas, totalizando 3.000 horas (UFRB, 2016).

O tempo de integralização do curso está subdividido em: tempo mínimo – 3 anos (6 semestres), tempo médio – 4 anos (8 semestres), tempo máximo – 6 anos (12 semestres). A forma de ingresso para o curso de Serviço Social na UFRB acontece pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com duas entradas alternadas, sendo o regime de matrícula realizado semestralmente e tem a sua portaria de reconhecimento sendo a Portaria N.º 220, de 01 de novembro de 2012.

Adentrando agora no que tange à produção de dados da referida pesquisa, o principal intuito partiu do interesse em analisar de que forma a discussão sobre a Dimensão Técnico-Operativa, durante a graduação em Serviço Social, se materializa na prática profissional de alunos(as) egressos(as) desse curso, de turmas concluintes de anos diferentes, os que já estão atuando como Assistentes Sociais e aqueles que ainda não atuam também, como forma de comparar as experiências vivenciadas por ambos, tanto no período de formação como também na prática.

Faz-se necessário destacar que a pesquisa realizada possui caráter qualitativo, compreendida por Minayo (2013) como um método que se ocupa de uma perspectiva relacional e subjetiva da realidade social, não estando preocupada com quantificações, mas com análises qualificadas da realidade, considerando o universo do pesquisado, suas significações, crenças e experiências.

A técnica utilizada para a pesquisa foi o questionário, sendo essa a melhor técnica considerada para aplicação diante do recorte do

objeto estudado e inacessibilidade presencial aos egressos, que já se encontravam em outros municípios após a conclusão da graduação. Para Marconi e Lakatos (1999, p. 100), “o questionário consiste em um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito”. Desse modo, o questionário elaborado foi enviado por e-mail para os(as) discentes selecionados(as), juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a análise dos dados levantados, foi escolhido o método de Análise de Conteúdo, compreendido por Bardin (2009) como análise da frequência de determinados termos. Após a leitura e análise dos questionários percebeu-se que os dados se resumiam através de categorias de falas no conteúdo abordado e que iam ao encontro das discussões inseridas no decorrer do estudo, constatando algumas dificuldades em decorrência do modo como a Dimensão Técnico-Operativa era tratada na formação profissional do curso de serviço social da UFRB.

As categorias que puderam ser identificadas lendo o conteúdo dos questionários e que indicam a frequência da mesma dificuldade por alguns egressos foram as seguintes: Dificuldade em diferenciar os conceitos de instrumentalidade e instrumentais; Estágio curricular como forma de aprendizagem mais fidedigna sobre a Dimensão Técnico-Operativa na vivência prática; Carga horária insuficiente das disciplinas que se referem diretamente à Dimensão Técnico-Operativa; Falta de articulação entre as dimensões que constituem o Serviço Social durante a formação; Relevância do debate acerca da Dimensão Técnico-Operativa nos diversos espaços sócio-ocupacionais; Ausência da aproximação da realidade vivenciada na graduação, com a realidade social na atuação profissional ou do estágio e dificuldades em lidar com os instrumentais no campo de prática.

Identificadas às categorias de fala, partiu-se para uma análise minuciosa, onde foram selecionados alguns trechos escritos pelos(as) egressos(as) para ilustrar cada categoria que foi sinalizada, juntamente com comentários a respeito das falas devidamente embasadas pelo referencial teórico que foi utilizado ao longo da construção da pesquisa.

Um parêntese a ser mencionado aqui neste tópico é a questão que juntamente com a pesquisa com egressos (as) do curso foi iniciada também a primeira revisão dos projetos pedagógicos do curso de Serviço Social da UFRB, desde a sua primeira construção até o ano em que foi desenvolvida tal pesquisa (2017). Desse modo, foi feita uma comparação entre o primeiro projeto pedagógico do curso e o mais atual aprovado pelo colegiado em agosto de 2017²².

Podemos visualizar a modificação no que diz respeito à carga horária ofertada das duas disciplinas específicas sobre a Dimensão Técnico-Operativa, que anteriormente totalizavam 34 horas por semestre cada uma e agora totalizam 68 horas. Foi possível identificar também mudanças de algumas outras disciplinas postas no currículo, mas devido ao recorte do nosso objeto de estudo, concentramos nas disciplinas que envolvem a Dimensão Técnico-Operativa e seus desdobramentos.

No que tange à distribuição em relação a disciplinas optativas, dos dois projetos, há extrema relevância nas temáticas abordadas, mas nota-se que sobre as disciplinas optativas voltadas para ênfase e relevância da confecção e utilização dos instrumentais e a Dimensão Técnico-Operativa permanece a lacuna. Um pequeno avanço em relação à grade de disciplinas obrigatórias, com o aumento da carga horária, porém no que tange às disciplinas optativas, nas quais poderia ocorrer o complemento para materialização dessa mudança e ampliação do debate, não houve alterações.

22 O Novo PPC do Curso encontrava-se em fase de tramitação interna nas instâncias da UFRB na época da construção do TCC que deu origem a este capítulo.

Todas as lacunas apontadas ao longo da construção deste estudo, mas principalmente no decorrer das análises da pesquisa de campo, fortaleceram a compreensão de que algo precisa ser feito em relação a tais necessidades apresentadas. Ouvir e dialogar a respeito dessas presentes dificuldades e movimentar-se para uma renovação na estrutura que permite a ampliação desse debate nos diversos espaços sócio-ocupacionais é algo que não pode ser mais adiado.

É preciso desconstruir a ideia de que não se deve falar de construção de Instrumentais Técnico-Operativos na graduação, pelo receio de levar, novamente, a profissão para um viés tecnicista. É sabido que o olhar crítico é o mais importante na construção desses instrumentais, mas é preciso também que se compreenda que os estudantes precisam aprender como elaborar relatórios, laudos e pareceres técnicos, por exemplo, durante a formação profissional, para não passarem por situações vexatórias quando ingressarem no mercado de trabalho, sem saber como elaborar esses e outros documentos.

Considerações finais

O presente capítulo teve como objetivo analisar a Dimensão Técnico-Operativa do exercício profissional da (o) Assistente Social, identificar e compreender as motivações pelas quais a referida Dimensão ocupa um lugar residual no que tange à discussão ampliada durante o período de formação profissional e como isso se materializa na prática. A realização desta pesquisa, contou com dificuldades para de fato ser construída, devido à pouca informação e publicações acerca do tema.

As hipóteses levantadas ao longo do capítulo, com relação à Dimensão Técnico-Operativa, sobre esta ser secundarizada no que tange à formação profissional e conseqüentemente materializada

na prática desses profissionais, podem ser confirmadas através da análise que foi realizada com os egressos do curso de Serviço Social da UFRB, de diferentes períodos de formação.

Acreditamos que os objetivos que foram estipulados para a realização e fomento do debate foram conseguidos com êxito, se analisarmos a confirmação das hipóteses levantadas, no que se refere à insuficiência do conteúdo da Dimensão Técnico- Operativa apreendido durante a formação profissional e isso se dá através do relato das experiências dos egressos e suas dificuldades a respeito da discussão do tema.

A ampliação do debate acerca do lugar residual da Dimensão Técnico-Operativa nas discussões acerca do processo de formação profissional é algo que precisa ser exposto imediatamente. Essa discussão deve se fazer presente em todos os espaços sócio-ocupacionais em que o Serviço Social se faz presente. e através de produção de material sobre o tema (livros, teses, monografias, congressos, palestras, pesquisas de extensão, entre outros).

Algo que se faz urgente é o fato de ser necessário que a Universidade construa um diálogo primordial com os profissionais que estão exercendo a prática profissional, sejam esses supervisores de campo ou não. Pois, essa relação de diálogo e proximidade permite que haja um fortalecimento em relação à atualização de conhecimento e conseqüentemente essa proximidade permite que haja um reajuste, naquilo que a formação profissional às vezes não dá conta de possibilitar, principalmente no que se refere à questão da relação entre teoria e prática.

Outro ponto a ser destacado é a importância da representatividade que o Colegiado de Serviço Social possui, dentro da modificação desse cenário, pelo menos no que diz respeito à estruturação dos elementos que compõem a formação profissional, assim como a representação do Núcleo Docente estruturante (NDE), onde cabe a

ele a responsabilidade de discutir a parte mais pedagógica referente ao curso.

Este capítulo colabora com a discussão do tema, quando se propõe a fomentar uma reflexão acerca dos elementos que secundarizam não só a discussão da Dimensão Técnico-Operativa dentro da trajetória de formação profissional, como também contempla a discussão em torno da ausência da discussão nos diversos espaços sócio-ocupacionais e a escassez de produção de material referente ao tema, tentando ampliar e dar visibilidade ao presente capítulo.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 e relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; DOI, Doroth de Assis Schimidt. Reflexões sobre a Dimensão Técnico-Operativa na Formação em Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. p. 41-60.

FRANÇA, Malena. **A dimensão técnico operativa do Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. 116 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? *In*: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. "Capacitação em Serviço Social e Política Social", Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ ABEPSS-UNB, 2000.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, n. 3, ano 2, CRESS-MG, 2013, p.25-30. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a Teoria é Outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(1), 2008, p.119-132. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 25 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Cruz das Almas: UFRB, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Pró-reitoria de Graduação Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica, Núcleo Didático Pedagógico, **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (Bacharelado)**. Cruz das Almas: UFRB, 2016.

PARTE II
PESQUISA E EXTENSÃO: a experiência da
UFRB na construção do conhecimento

Serviço Social na UFRB: desafios da permanência x pandemia

*Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Lúcia Maria Aquino de Queiroz
Caroline dos Santos Lima
Catharina Fernandes Alves
Ediane Pereira Santana
Gabriele Ribeiro Queiroz*

Introdução

O Brasil, como um país capitalista em desenvolvimento, marcado pelas contradições antagônicas entre classes sociais e entre capital e trabalho, tem sofrido historicamente crises cíclicas²³ na sua economia. São crises típicas do capitalismo e das suas contradições, que apresentam um caráter multifacetado, com uma diversidade de fatores explicativos, sendo, entretanto, caracterizadas pela presença de elementos específicos capazes de possibilitar a identificação de aspectos peculiares a cada uma delas. Isto é, as crises são constitutivas da própria dinâmica do seu desenvolvimento.

Para Netto e Braz (2006, p. 157) “[...] a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise [...]”, portanto, entende-se que o próprio capitalismo cria as condições para que se possam construir as crises e intensificar os processos de lutas de classes.

É nesse cenário de crise capitalista que se acelera – a partir dos anos 1990 –, nos marcos do contexto neoliberal, a tendência de redução dos gastos estatais com políticas públicas e a financeirização

²³ Termo utilizado por Mandel (1985) para explicar que as crises no sistema capitalista são marcadas por ciclos.

do capital, aliado a isso, há um processo intenso de aumento do desemprego, precarização do trabalho e diminuição do poder de mobilização da classe trabalhadora.

A crise atual, além de promover a mais prolongada queda no Produto Interno Bruto (PIB) da história recente, provocou um intenso crescimento do desemprego, é produto, sobretudo, do choque recessivo iniciado em 2015, com a adoção de medidas de austeridade econômica (ROSSI; MELLO, 2017), com o intuito de justificar a retirada e contingenciamento de gastos públicos²⁴ e as privatizações. Com isso, são instituídas as reformas trabalhistas, privatizações e reforma da Previdência Social.

No plano político, essa situação se agrava com as ameaças de um governo com características fascistas e com riscos à democracia, os quais já vinham sendo intencionados desde as manifestações populares de 2013, com o crescimento de um movimento antipartidário, associado aos fatores internacionais, como o declínio do preço das *commodities*; e de fatores institucionais ou jurídicos, como os reflexos da *Operação Lava Jato* em setores econômicos estratégicos.

O atual governo caracteriza-se pela ascensão do neoliberalismo de ultradireita; por promover ampla instabilidade política, atacando instituições, como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, e seus representantes; por adotar uma política econômica de austeridade; pelo desmonte de diversas políticas públicas, dentre as quais as políticas educacionais.

Nesse contexto, evidencia-se a crise sanitária causada pelo *Sars-CoV-2*, vírus resistente, com amplo poder de propagação,

²⁴ Com a Emenda Constitucional 95 /2016 que congela os gastos públicos por 20 anos e que justifica a política de austeridade dos gastos públicos, com redução do investimento em políticas sociais, afeta drasticamente o setor público no campo educacional, marcado pela redução e corte de orçamento. Em 2019, o Ministério da Educação sofreu um contingenciamento de R\$5,8 bilhões em suas despesas discricionárias. O principal impacto ocorreu nas universidades federais, que tiveram R\$ 2,4 bilhões bloqueados, equivalentes a 30% de seu orçamento discricionário contingenciado (BORONE, 2019).

causador da *Covid-19*, que altera significativamente os padrões de sociabilidade e impacta nos processos de permanência das/os discentes no âmbito universitário.

É nesse bojo, que o grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social da UFRB realizou uma pesquisa²⁵ com as/os estudantes matriculadas/os no curso, com propósito de analisar os impactos da pandemia causada pela *Covid-19* na vida das/os discentes do bacharelado em Serviço Social da UFRB, e, conseqüentemente, na sua permanência nesta graduação.

De posse das informações obtidas em campo, busca-se, com este capítulo, elucidar os dilemas e os desafios identificados na relação entre formação e permanência estudantil, a partir da análise das dimensões do perfil socioeconômico das/os discentes; da visão sobre a crise sanitária; e da avaliação do curso de Serviço Social no contexto da pandemia.

Do universo de 375 discentes²⁶, a pesquisa abrangeu o total de 79 universitárias/os que responderam os questionários através do aplicativo *Google Docs*, totalizando uma participação equivalente a 21%. Sobre a representatividade, a pesquisa contemplou todos os semestres²⁷, possibilitando conhecer a realidade das/os discentes e suas novas inquietações decorrentes deste momento inédito.

Ressalta-se a pertinência da discussão que vem sendo desenvolvida, na direção de apreender a realidade cotidiana na sua essência, buscando qualificar o debate e, conseqüentemente, a premência da academia em problematizar sobre as condições reais de acesso e permanência das/os discentes.

25 Realizada através da aplicação de um questionário on-line no período de 15 de junho a 10 de julho de 2020.

26 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGAA)**. Disponível em: <https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa>. Acesso em: 15 jul. 2020.

27 Das/os discentes que responderam foram: 20 do primeiro semestre, dois do segundo semestre, cinco do terceiro semestre, 13 do quarto semestre, três do quinto semestre, nove do sexto semestre, nove do sétimo semestre, nove do oitavo semestre e três que estão dessemestralizados.

Reflexos da pandemia

O cenário de expansão da crise do capital e do desmonte das políticas sociais impacta diretamente no processo educacional e na formação profissional, especialmente, com a situação que se coloca de suspensão do ensino presencial e a proposição do ensino remoto, pois interfere drasticamente na dinâmica de vida da comunidade universitária.

Nesse item, pretende-se problematizar os reflexos da pandemia na vida das/os discentes de Serviço Social, com base nos dados obtidos com a pesquisa realizada, no sentido de situar quem são essas/es alunas/os, o que pensam sobre o quadro político da pandemia e qual sua avaliação sobre o curso e o desenho que se configura no contexto universitário, tendo como horizonte contribuir para repensar as estratégias junto às instâncias administrativas e acadêmicas. Nessa direção, corrobora-se com Guerra (2009, p. 104), quando esta afirma:

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de conhecimento sobre a realidade, a ausência de referências teórico-metodológicas capazes de desvelar a sociedade burguesa, a inexistência de um projeto profissional que se conecte com os projetos sociais mais progressistas também impedem ou dificultam uma intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo na profissão.

Propõe-se uma reflexão no sentido de elucidar algumas indagações sobre a nova realidade da formação profissional no curso de Serviço Social da UFRB e sobre as condições reais de acesso e permanência das/os discentes.

Sobre permanência, pode-se dizer que a/o discente enfrenta tanto as dificuldades relacionadas às condições objetivas e/ ou dificuldades de pertencimento à comunidade acadêmica. Assim, pensar a permanência das/os discentes no âmbito universitário significa ir além de considerar apenas seu tempo cronológico no

curso, mas, pensar nas implicações políticas e sociais que marcam sua existência nesse curso, e, conseqüentemente, considerar as transformações e as estratégias de resistência que passam ao longo dessa trajetória para integralização do curso.

Segundo Santos (2019, p. 68), a permanência deve ser compreendida como:

[...] o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiência e a transformação de todos e de cada um.

As questões que envolvem a permanência são agravadas no cenário de pandemia, haja vista a inquietação sobre a temporalidade na conjuntura de crise sanitária, aliada às condições materiais e subjetivas que interferem na existência da/do discente na universidade. Ou seja, sobre as reais possibilidades de acesso, que suscitou ao grupo de pesquisa priorizar este debate, com base na pesquisa exploratória realizada com as/os discentes, elucidando algumas questões importantes: Quais as condições objetivas das/os discentes de Serviço Social em meio à pandemia? Quais as ações que a Instituição está tomando para orientá-las/os e como o curso deve enfrentar essa nova realidade que se apresenta?

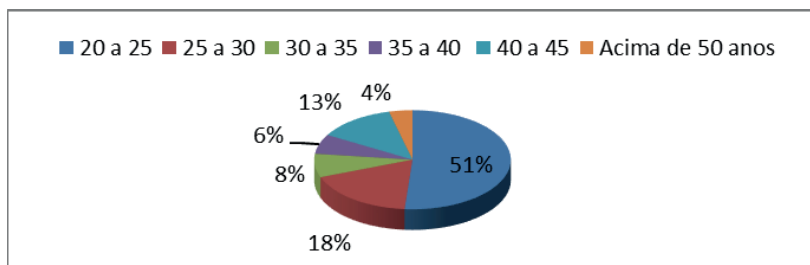
Elucidar os dilemas e os desafios da permanência na formação profissional em meio a uma crise sanitária mundial é essencial para repensar as estratégias de enfrentamento das problemáticas impostas por esse momento atual.

Perfil socioeconômico

A análise dos dados obtidos pela pesquisa permitiu constatar que há predominância de um público jovem (68,9%). Em primeiro

lugar, destaca-se a faixa etária entre 20 e 25 anos (51,3%), seguida da faixa etária dos 25 a 30 (17,9%) e, por fim, a faixa etária dos 30 a 35 (12,8%). Com percentuais inferiores, aparecem as faixas etárias acima dos 40 anos. Tais dados retratam que o perfil etário predominante das/os discentes respondentes varia dos 20 aos 35 anos. (Figura 1).

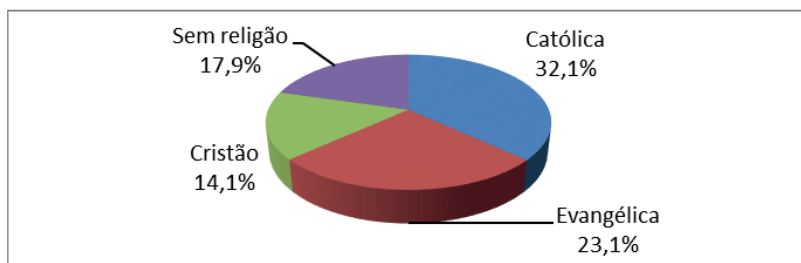
Figura 1 – Idade dos entrevistados



Fonte: Autoral (2020).

No que tange à religião, registra-se que, em seu conjunto, as/os estudantes são adeptas/os, sobretudo, das religiões católica (32,1%), evangélica (23,1%) e cristã (14,1%) ou não se consideram religiosos (17,9%)²⁸. Em relação ao gênero, observa-se a predominância do feminino, reafirmando as marcas históricas do curso (Figura 2).

Figura 2 – Religião dos entrevistados

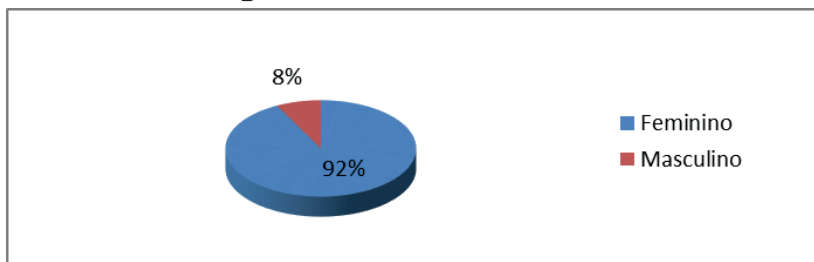


Fonte: Autoral (2020).

²⁸ Dentre as/os discentes entrevistadas/os não foram registradas/os que participam das religiões de matriz africana.

Quanto à orientação sexual, as/os discentes se percebem, majoritariamente, heterossexuais (94,9%). Com percentuais menores, destacam-se homossexuais e bissexuais (2,5%), conforme Figura 3.

Figura 3 – Gênero dos entrevistados



Fonte: Autoral (2020).

Com relação à raça, as/os discentes se autodeclararam negras/os (63,3%) e pardas/os (27,8%). Com percentual inferior, brancas/os (6,6%). Esse resultado é significativo, pois mostra a representatividade das políticas de acesso e ampliação dos espaços que as/os negras/os ocupam na universidade, especialmente, na realidade do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL).

Observa-se que a pandemia impacta diretamente no processo de convivência das/os discentes, pois os dados revelam que apenas 29,1% das/os entrevistadas/os mudaram de cidade em decorrência do contexto de isolamento e suspensão das aulas, enquanto, a maioria, 70,9% permaneceu morando na mesma cidade. Em termos da análise com quem vive, os dados mostram uma realidade complexa, em que predomina a residência com os familiares (58 entrevistadas/os), com as/os amigas/os (10), sozinho (6) e na residência universitária (3).

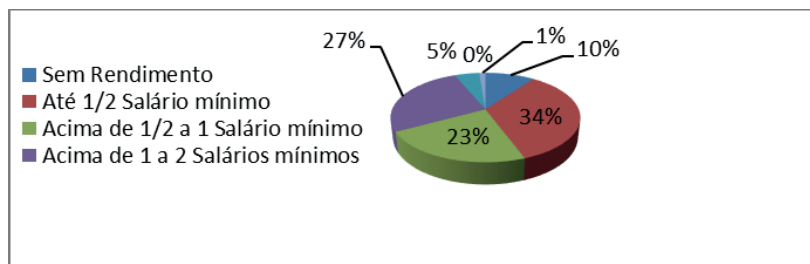
Cruzando esses dados com a moradia, observa-se que a maioria (37 respondentes) mora com as famílias em outras cidades, enquanto 18 moram com suas famílias em Cachoeira, nove pessoas moram com amigas/os nesta mesma cidade e uma pessoa mora com amigas/os em outro centro urbano. Com dados idênticos, três pessoas

moram sozinhas tanto em Cachoeira como em outra cidade, o que mostra a tendência da predominância da moradia com familiares em outras cidades e com amigas/os em Cachoeira. Por outro lado, os dados também apontam que há uma tendência de crescimento da comunidade que reside na cidade sede do curso, o que configura um dado significativo para contexto universitário em relação a cidade.

Das/os 29% das/os entrevistadas/os que mudaram de cidade, nota-se que as principais razões atribuídas foram: o custo de alimentação, (15,2%), a necessidade de rever parentes e amigas/os (12,7%), o custo de aluguel (6,3%), entre outras. ‘

Percebe-se, assim, que a questão econômica é determinante no cenário de pandemia para as/os discentes de Serviço Social, o que repercute consideravelmente, haja vista que a maioria não está inserida em atividade laboral. Quando indagadas/os sobre a realização de atividade remunerada, 73,4% das/os discentes responderam que não trabalham e apenas 8,9% afirmaram que trabalham com carteira assinada. Há, ainda, os casos das/os discentes que destacaram o estágio remunerado como atividade laboral. Com um percentual menor, destacam-se outras formas de inserção, a exemplos dos que atuam como pescadores ou em atividades autônomas.

Aliado a esse retrato da configuração do mercado de trabalho, torna-se relevante frisar que as/os discentes sofrem os impactos econômicos advindos das medidas adotadas para enfrentamento da pandemia. Os dados apontam para a predominância da perda de renda familiar (58,2%). Tal questão agrava-se quando se cruza essa informação com a faixa salarial, haja vista que 57% das/os discentes sobrevivem com até um salário-mínimo, valor referente à renda mensal familiar, e outras/os 10,1% não possuem renda alguma. De uma forma geral, a renda familiar é composta pelos rendimentos de apenas um/a das/os integrantes (55,7%) ou de dois membros da família (30,4%) (Figura 4).

Figura 4 – Renda familiar dos entrevistados

Fonte: Autoral (2020).

As desigualdades acirradas pelas circunstâncias da pandemia tornam-se ainda mais intensas quando associadas ao cenário de desproteção do trabalho, marcado pelas desigualdades sociais no acesso a serviços e bens. Em adição, nota-se que as medidas adotadas para fechamento do comércio, como mecanismo para assegurar o isolamento social e reduzir os índices de transmissão da *Covid-19*, têm sido importantes para conter o contágio, mas, têm tensionado o processo de fechamento de empresas e aumento do desemprego, decorrentes da falta de uma política protecionista que possa assegurar medidas eficazes para o seu enfrentamento.

Com isso, as/os trabalhadoras/es autônomas/os que não possuíam assistência previdenciária estão agora sem renda por falta de serviços, ou pela necessidade de manter o isolamento domiciliar. Essas adversidades também afetam uma parcela significativa das/os estudantes universitárias/os que, atualmente, passam por privações ainda mais expressivas que antes da pandemia. Essa realidade impacta particularmente alunas/os de universidades públicas do país, sobretudo aquelas situadas fora das capitais, onde está concentrada uma maior parcela de pessoas com mais baixos rendimentos.

É imprescindível considerar que, além do impacto que algumas/ns discentes tiveram com os cortes nos rendimentos familiares, outros fatores passaram a ser um obstáculo para sua formação profissional

e para permanência no curso. Um reflexo claro dessa situação é o elevado percentual de mulheres, acima mencionado, autodeclaradas negras e de baixa renda. Para essas estudantes, que são mães e trabalhadoras, gerenciar as tarefas da sua tripla jornada de trabalho, em meio à *Covid-19*, torna a conjuntura atual ainda mais grave (ÁVILA, 2020).

Esse retrato do perfil das/os discentes mostra a desigualdade de gênero, isto é, dos papéis de homens e mulheres que são construídos historicamente, no qual há uma sobrecarga para as mulheres estudantes e trabalhadoras, que precisam se dividir nas inúmeras tarefas de casa, trabalho, família e estudo, o que interfere na sua permanência em condições materiais e simbólicas, haja vista que se nota um fluxo escolar acidentado, com a existência de repetições ou interrupções em seus processos de formação.

Em relação a esse aspecto, é fundamental considerar as condições ambientais que as/os discentes dispõem para a realização do estudo. Em relação ao acesso à internet, 92,4 % das/os discentes responderam positivo, apenas, 7,6% não possuem acesso. Entretanto, quando perguntados sobre a existência de computador, há uma mudança na representatividade. No conjunto das/os discentes, 59,5% têm computador, enquanto, 40,5% não têm computador e acessam as informações pelo celular. Sobre as condições para o estudo, os dados apontam que 58,2% têm condições adequadas, enquanto, 41,8% não têm.

Tais resultados mostram que, apesar de as/os discentes – majoritariamente – terem acesso à internet, este se torna limitado considerando as outras variáveis sobre equipamento e condições de acesso, o que pode se configurar uma problemática para a proposta de trabalho remoto apresentada no contexto atual e que será problematizada nos tópicos seguintes.

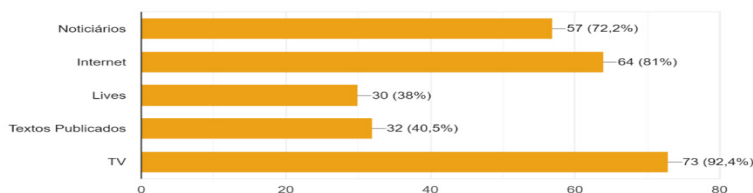
Contexto da pandemia

Em relação à pandemia, o estudo mostra que há uma preocupação das/os discentes com o contexto que impacta na economia, no processo de sociabilidade e na dinâmica de vida das pessoas, exigindo novos hábitos e apreensão de informações. Nesse sentido, nota-se que a busca por informação sobre a crise sanitária, nos últimos tempos, torna-se imprescindível, sendo vista como uma das maneiras mais eficazes de se proteger.

Com relação aos veículos de comunicação, os dados revelam que 98,7% das/os entrevistadas/os têm procurado informações sobre a pandemia. Quanto às formas de acesso, as/os discentes destacaram, majoritariamente, a TV (92,4%) como principal canal de comunicação, em seguida a internet (81%) e os noticiários (72,2%). Com menor índice, foram mencionados: textos publicados (40,5%) e Lives (38%), conforme Figura 5:

Figura 5 – Meios de comunicação utilizados para obter informações sobre a pandemia

Quais são os meios de comunicação utilizados para obter informações sobre a Pandemia?
79 respostas



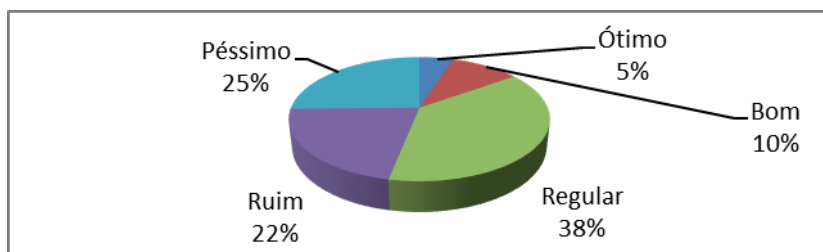
Fonte: Autoral (2020).

O estudo também mostra que os sujeitos da pesquisa são, majoritariamente, favoráveis ao isolamento social adotado como medida de enfrentamento à atual condição vivenciada no mundo. Elas/es afirmam compreender a importância do distanciamento para garantir o fim da circulação do vírus e a segurança das pessoas

que estão inseridas no grupo de risco. Somente 2,5% das/os respondentes são favoráveis à reabertura do comércio e à retomada das atividades como a melhor medida a ser adotada.

Os sujeitos da pesquisa avaliaram negativamente o nível do isolamento social nos últimos meses, 25,3% consideram péssimo; 21,5% consideram ruim; 38% consideram regular; 10 % consideram bom; e apenas 5,1% considera o nível de isolamento social ótimo (Figura 6).

Figura 6 – Avaliação do isolamento social nos últimos meses.



Fonte: Autoral (2020).

Os dados da Figura 6 revelam as condições desiguais da pandemia, haja vista que nem todas/os têm as condições objetivas favoráveis para ficar em casa. Ou seja, apesar de favoráveis ao isolamento social, a maior parte dos sujeitos da pesquisa enxerga que ele não está sendo adotado como deveria. Contabiliza-se que, 49,4% das/os discentes se sentem assustadas/os com o cenário de pandemia, 36,7% se sentem inseguras/os e somente 8,9% conseguem lidar com tranquilidade frente à ameaça da pandemia.

Sobressai, em meio as respostas, a questão da insatisfação política entre as/os discentes, o que lhes tem causado ainda mais insegurança. Sobretudo a forma como a situação vem sendo tratada pelo Governo Federal, que não prioriza a adoção de medidas de enfrentamento ao Novo Coronavírus. Esse quadro expressa-se nas falas:

Eu estou em pânico, estou grávida de seis meses, tenho um filho de oito anos, não posso sair, *tou* com dificuldade para comprar o enxoval do bebê. Não consegui comprar muita coisa. Fico com medo de sair e me contaminar. As pessoas que estão comigo, tem uma que trabalha e está com medo. Todo mundo em casa, em pânico, as pessoas na cidade onde estou uma parte não *tá* respeitando o distanciamento social e com isso os casos só aumentam (E A).

Para além da crise sanitária, o Brasil vivencia também uma crise política, o que só aumenta a insegurança (E B).

Tem sido angustiante não só pelo fato de estar cumprindo o distanciamento, mas há fatores externos, as notícias em relação ao desgoverno do presidente Bolsonaro me causam medo, uma vez que não há nenhuma medida efetiva para conter a pandemia, além dos posicionamentos antidemocráticos que têm assolado o país (E C).

As respostas acima representam o sentimento que pelo menos 43% da população brasileira tem externado abertamente, nos últimos meses, sobre a atuação do atual governo, segundo dados da pesquisa Datafolha (AVALIAÇÃO, 2020). É fato que nos últimos meses o Presidente da República não tem dado ao Ministério da Saúde a sua devida importância, isso quando a população mais precisa de um Ministério atuante e comprometido para direcionar o combate à *Covid-19*.

Diante da sensação de insegurança e medo, as/os discentes responderam o que estão fazendo para evitar o contágio: 88,6% estão ficando em casa e 11,4% têm que trabalhar, mas seguem as recomendações de higiene. Além disso, 38% dos sujeitos da pesquisa conseguem manter uma rotina disciplinada, 32,9% tentam fazer atividades (cursos, exercícios e outros) mesmo sem um horário fixo e 27,8% defrontam-se com os mais diversos problemas, insegurança que foi registrada no questionário. Em suas palavras:

Não tenho conseguido manter uma rotina (E D).

Estou sentindo os impactos dessa pandemia de forma bastante negativa, apesar de ser da área da saúde, estou me sentindo impotente, ansiosa e depressiva ao extremo. Meus cabelos estão caindo muito, estou nervosa, tenho insônia, e desenvolvi algumas alergias nesse período (E E).

Como tenho filho pequeno não me sobra tempo pra nada (E F).

Tais dados proporcionam uma reflexão sobre a permanência e o papel social da universidade na vida e na formação das/os discentes. É com esse intuito que se aborda e problematiza a discussão da permanência no contexto de pandemia no curso de Serviço Social, reafirmando a pesquisa e a socialização de informações como uma ação que potencializa a formação crítica das/os discentes.

Formação profissional versus pandemia

Considera-se pertinente, nesta discussão, registrar a percepção das/os discentes sobre a vida acadêmica, abordando as questões relacionadas à avaliação do curso no contexto de pandemia, oportunizando, desse modo, o lugar de fala das/dos alunas/os e a compreensão da problemática que envolve a permanência universitária nesse ambiente, a partir do posicionamento crítico das/os estudantes quanto ao retorno das aulas e das suas sugestões para aprimorar a política de comunicação do curso.

Dos 79 sujeitos da pesquisa, que responderam ao questionário, 77,2% afirmaram que não têm dúvidas sobre os processos de suspensão das aulas no período da quarentena e 22,8% informaram que têm dúvidas. Esse resultado é significativo, pois mostra que a grande maioria das/os discentes está conseguindo acessar informações relacionadas ao curso, o que reflete uma iniciativa importante tomada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social da UFRB, que iniciou uma série de reuniões ampliadas e *Lives* com

as/os discentes através das redes sociais e plataformas *online*, facilitando o acesso de todas/os.

Por outro lado, as respostas levantadas chamam também a atenção para as justificativas mencionadas pelas/os discentes que afirmaram não estarem informadas/os, ao frisarem que as dúvidas estão relacionadas à falta de precisão na comunicação sobre as condições físicas necessárias para o retorno das aulas e a suspensão do calendário acadêmico.

O que reforça o clima de insegurança para a comunidade acadêmica diante do cenário de agravamento da pandemia da *Covid 19* não é apenas a ameaça do risco de contágio, mas também as medidas adotadas pelo Ministério da Educação com a edição da Portaria nº 544/ 2020²⁹ que suspende as aulas presenciais e assegura a sua substituição por aulas em meios digitais até dezembro de 2020 (BRASIL, 2020). Com isso, tensiona as universidades no que concerne à oferta de calendários excepcionais ao substituírem disciplinas presenciais por atividades letivas remotas.

No que diz respeito ao conhecimento acerca dos prazos e dos processos acadêmicos previstos no regulamento de graduação, verificou-se que 50,6% das/os discentes disseram conhecê-los e 49,4% das/os entrevistadas/os responderam que não conhecem. Apesar desse resultado, o estudo aponta um número representativo de discentes que não entendem os prazos e processos previstos em regulamento, o que pode representar uma preocupação com a questão da permanência, especialmente, a permanência simbólica que indica a importância da apropriação pela/o estudante das informações e dos canais necessários para ressignificar sua existência na universidade.

29 Essa Portaria publicada no dia 16 de junho de 2020 revoga as portarias MEC 343 de 17 de março de 2020 e a portaria nº 345 de 19 de março de 2020 que asseguravam a suspensão das aulas até o final da pandemia.

As inquietações apontadas demonstram a necessidade de ampliar o canal de comunicação da universidade com as/os discentes, sendo considerada como uma das estratégias essenciais, pois impacta diretamente na vida acadêmica das/os universitárias/os.

Sobre o retorno das aulas³⁰, em qualquer momento, mesmo antes do fim da pandemia, os dados revelam que, majoritariamente, 61% das/os discentes não são favoráveis, enquanto 39% são favoráveis (Figura 6). Sobressai, nesse resultado, uma preocupação do público pesquisado com a gravidade do cenário de crise pandêmica que estamos vivenciando e que tem afetado, tanto economicamente— como explicitado acima — quanto emocionalmente, discentes e seus familiares.

Figura 7– Concorda com o retorno das aulas em meio à pandemia



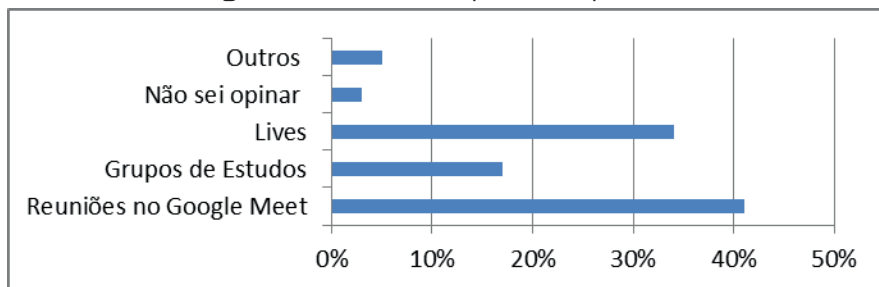
Fonte: Autoral (2020).

Observa-se, que os sujeitos que responderam a pesquisa, majoritariamente, são favoráveis à oferta de outras atividades *online* que possam assegurar os seguintes objetivos: a) estreitar as relações com as/os alunas/os, b) estimular o processo de conhecimento e c) aproveitar esses momentos como carga horária complementar.

³⁰ É importante registrar que a volta às aulas, através do trabalho remoto, no contexto universitário, com a possibilidade de transportar atividades presenciais para não presenciais, utilizando recurso tecnológico, tem sido bastante tensionada no ambiente universitário, haja vista as dificuldades operacionais de infraestrutura e as condições materiais dos discentes, o que pode implicar consideravelmente a questão da permanência. Essa realidade tem sido discutida no ambiente universitário, devido à impossibilidade de retorno das aulas presenciais até dezembro de 2020.

Dentre as atividades, as/os discentes sugerem que sejam realizadas: reuniões no *Google Meet* (43,3%), *Lives* (35,5%) e grupos de estudos (17,6%) (Figura 8).

Figura 8 - Atividades em período de pandemia



Fonte: Autoral (2020).

Em relação à formação e ao exercício profissional, verificou-se que 86,1% das/dos discentes ressaltam que o cenário de crise econômica, política e pandêmica provoca impactos diretos, tanto para a comunidade acadêmica como para o mercado de trabalho. Indicam, ainda, que o prejuízo maior é para o exercício profissional. Registra-se com percentual menor 13,9% as/os discentes que não opinaram sobre a questão.

Logo, percebe-se a gravidade do contexto e dos seus impactos diretos tanto para a formação como para o exercício profissional, haja vista que modifica a rotina do trabalho e intensifica os riscos a que os profissionais estão expostos. Constata-se, ainda, nas respostas, que as dificuldades postas para a permanência dos discentes são consideradas tanto pelas questões conjunturais como estruturais, colocando imensos desafios para a formação e para o exercício profissional.

Para as/os discentes, o cenário da pandemia é complexo, sendo atravessado por uma crise profunda que acelera a desigualdade, que modifica as suas vidas e seus projetos. Elas/es

reafirmam a necessidade de pensar novas estratégias de convívio aliado à necessidade de elaborar políticas públicas para garantir a vida.

Considerações finais

Com base nas questões elucidadas, ao longo da pesquisa, ressalta-se que o capítulo possibilitou conhecer o cenário atual e problematizar acerca dos sujeitos do estudo, numa perspectiva de repensar criticamente a realidade na qual estão inseridos e, conseqüentemente, traduzir os efeitos na sua formação.

Nota-se nas respostas das/dos discentes o reconhecimento das iniciativas adotadas pelo curso de Serviço Social da UFRB, as quais estimulam a aproximação com a comunidade acadêmica. Por outro lado, percebe-se, nas suas falas, o posicionamento crítico quanto ao retorno das aulas em meio à pandemia e as sugestões para aprimorar a política de comunicação do curso, realçando a importância da continuidade das ações que estão sendo iniciadas com este objetivo.

Pensar na aproximação e interação das/os discentes no ambiente universitário em tempos de pandemia perpassa repensar as relações de ensino- aprendizagem, o que implica contemplar outras formas de comunicação que possam criar condições para assegurar a permanência e proporcionar a possibilidade de construir alternativas e estratégias profissionais coletivas que atuem na perspectiva da consolidação dos princípios éticos reafirmados no bojo do projeto ético-político.

Referências

AVALIAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO. Pesquisa Datafolha. **Folha de São Paulo**. 25a26/05/2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com>.

br/datafolha /2020 /05/28/6b33e92c5fce7dcf946f577e614a7a1dagov.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES. Écio Antônio. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000300011&lang=em. Acesso: 08 jul. 2020.

BORONE, Isabelle. Como ficou o plano de Bolsonaro para afastar a influência da esquerda na educação. **Gazeta do Povo**, 26/12/2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-educacao-2019/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**, 17/06/2020; edição: 114; Seção: 1, p. 62. Brasília, DF, 2020.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In*: BAPTISTA. M. V e BATTINI. O. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento.** São Paulo: Veras Editora, 2009. v. 1.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** 2. ed. Tradução: Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade; Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NETTO, J. P.; BRAZ. M. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 1).

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em macha a ré. **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP.** Nota do Cecon, n.1. São Paulo: Unicamp, abril de 2017.

SANTOS. Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudos negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 07 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades (SIGAA)**. Disponível em: <https://sistemas.ufrb.edu.br/sigaa>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Drogas e os/as discentes do CAHL

*Heleni Duarte Dantas de Ávila
Cleiton Lima de Oliveira Barbosa
Celina dos Santos Almeida
Clícia Carolaine de Jesus Alves
Daniele Sampaio Gonzaga
Jéssica Bastos Sampaio
Marcos Oliveira de Jesus
Rodrigo Sales Queiroz
Taís Lima Costa
Thainá Santana dos Santos
Wagner Souza da Encarnação*

Introdução

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2017, o Brasil tinha 296 Instituições de Educação Superior (IES)³¹ públicas e 2.152 privadas, dados do Censo da Educação Superior em 2017. A entrada na universidade é marcada por novas possibilidades. Sejam elas a ampliação de autonomia pessoal, distanciamento familiar e de suas comunidades de origem (para aqueles que necessitam estudar em locais distintos do seu local de residência), sensação de liberdade e/ou a oportunidade de experimentar o que até então era proibido ou não permitido. Estas sensações aliadas ao desejo de viver e experimentar o novo se constitui em um momento de maior vulnerabilidade, tornando estudantes mais suscetíveis ao uso de drogas e suas consequências.

31 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206>. Acesso em 30 jun. 2020.

Alguns estudos³² mostram que a maioria dos(as) estudantes consomem ou já consumiram drogas, lícitas ou ilícitas, alguma vez em suas vidas. Esses trabalhos apontam, ainda, como as drogas são utilizadas e vistas pelos consumidores e pela comunidade universitária, sendo fundamentais para avançar no debate e na construção de políticas institucionais sobre drogas.

Vale destacar que o uso de substâncias psicoativas – SPAs (lícitas ou ilícitas) não tem origem na universidade. Segundo os estudos de AYER-ABDALLA (2014), o uso das drogas ocorre inicialmente na adolescência, entretanto, é na universidade que esse uso parece se tornar mais intenso e perigoso, muitas vezes tendendo ao abuso e ao surgimento de problemas associados a esse consumo.

Salienta-se que o consumo de substâncias psicoativas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, tem ganhado destaque, tanto no Brasil, como em outros países, apontando para a necessidade de aprofundamento acerca dessa questão, bem como a necessidade de implantação/implementação de políticas que busquem um diálogo aberto e mais abrangente sobre as drogas.

Assim, objetiva-se, neste capítulo, discutir o uso e as percepções sobre o uso de drogas no âmbito do Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Esta discussão é fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2019 e início de 2020 no CAHL e que se encontra em fase de ampliação para toda a UFRB, através de projeto de Iniciação Científica (vigência 2020/2021).

Drogas e Universidade

Ao longo da história pode-se constatar uma relação dos homens e das mulheres com as drogas, pois não existiu sociedade em que

32 ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010; e outros.

não se tenha registros do consumo de alguma substância psicoativa. Portanto, o uso de drogas e seus significados são produtos da práxis sociais historicamente construídas: sejam os usos terapêuticos, rituais ou alimentares das sociedades tradicionais, seja os usos hedonistas ou dependentes atualmente presentes na sociedade capitalista tardia (BRITES, 2006).

Historicamente, a “questão das drogas” tem sido tratada, hegemonicamente, na lógica proibicionista e da “guerra contra as drogas”. E ainda, no contexto atual, marcado pela crise e mundialização do capital, onde a financeirização e as investidas neoliberais, estão atrelados a um processo de crescimento do conservadorismo pelo mundo. Em particular no Brasil, vê-se o aumento da criminalização da pobreza e, conseqüentemente um avanço do Estado Penal que funciona como instrumento de “administração da pobreza” (WACQUANT, 2008), na era do desemprego em massa e da precarização do trabalho.

Segundo Karam (2005), as opções pela criminalização e pela repressão ainda persistem como um conteúdo irracional da legislação brasileira. As abordagens iniciais sobre a questão do uso de drogas no Brasil, têm seu foco na justiça e na segurança pública, colocando os usuários de drogas em um lugar de criminoso. Esta lógica, dominante no Brasil, de caráter proibicionista, foi embasada em um posicionamento de “guerra às drogas”, cujo objetivo era a abstinência de drogas ilícitas e seu conseqüente expurgo da sociedade (BARCELLOS; DIAS; HEIDRICH, 2018, p. 162).

O proibicionismo, com seu posicionamento de “guerra às drogas”, impede uma discussão mais ampla sobre o tema. Seus defensores, pautados no moralismo e em determinadas crenças, não percebem a ineficácia desse paradigma, comprovado por estudos científicos e pela experiência dos países que o adotaram.

Segundo Fernandes et al. (2017), apesar da lógica proibicionista, moralista, o que se tem percebido é que o consumo dessas substâncias está distribuído desde estratos das classes subalternizadas até as classes dominantes, abrangendo jovens, adultos e idosos. Nesse contexto e considerando-se pesquisas nacionais realizadas em populações específicas, destaca-se, com um grau de importância, o uso de SPAs entre estudantes universitários.

O uso de SPAs entre universitários(as) brasileiros(as) parece ser uma prática frequente, muito discutida pela mídia leiga (BARROS; ORTEGA, 2011) e analisada por alguns estudos científicos.

De acordo com estudos realizados por Cesar et al. (2012), 22,8% (quase 12 milhões de pessoas) de toda a população brasileira, dos 12 aos 65 anos, já fez uso de SPAs – desconsiderando-se álcool e tabaco –, com a frequência de uso maior entre a população universitária quando comparada à população geral. Outro estudo realizado no Estado de São Paulo (ECKSCHMIDT; ANDRADE; OLIVEIRA, 2013) observou que a frequência de uso de substâncias lícitas e ilícitas pela classe universitária no Brasil é maior do que pela população geral brasileira entre 18 e 24 anos. A prevalência do uso de álcool, por exemplo, foi de 78,6% na população geral contra 89,3% entre universitários.

Apesar dos dados apresentados, as universidades em sua grande maioria não possuem uma política própria para abordar a questão das drogas entre os estudantes, em particular, nem com os demais membros da comunidade acadêmica.

Por outro lado, o neoconservadorismo, presente na atual política brasileira voltada para os(as) usuários(as) de drogas, apesar de todos os estudos desfavoráveis, abandona a Redução de Danos e fortalece os hospitais psiquiátricos, distanciando-se dos dados científicos e aproximando-se, cada vez mais, da lógica moralista,

imputando aos usuários de drogas um tratamento com base religiosa em Comunidades Terapêuticas.

Antes, este quadro de retrocessos na atenção aos(as) usuários(as) de substâncias psicoativas e a falta de políticas institucionais sobre drogas no âmbito das Universidades, reforçam a necessidade da realização de estudos com esta temática, a fim de subsidiar a implementação de políticas próprias para as Instituições de Ensino Superior, pautadas na metodologia da Redução de Danos (RD).

Caminhos percorridos

A pesquisa traz um panorama das percepções dos(as) discentes do CAHL/UFRB, envolvendo discentes dos seus 11 (Artes Visuais; Ciências Sociais; Cinema e Audiovisual; Comunicação Social; Licenciatura em Artes Visuais; Licenciatura em Ciências Sociais; Licenciatura em História; Museologia; Publicidade e Propaganda; Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública) (onze) cursos de graduação e dos seus 05³³ (cinco) cursos de pós-graduação, durante todo ano de 2019 e início de 2020³⁴. Assim, antes de apresentar qualquer dado, seja ele quantitativo, seja qualitativo do estudo, é imprescindível apontar algumas características que particularizam a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A UFRB é uma universidade advinda do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e está localizada em um território de identidade cultural que é o

33 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas; Programa em Pós-Graduação em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos; Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural e Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios.

34 Conforme pontuado, a pesquisa foi direcionada aos discentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do CAHL, entretanto, nem todos os cursos de pós-graduação estão representados na amostra, pois identificamos respostas de 03 (três) dos 05 (cinco) cursos de pós.

Recôncavo da Bahia. Além disso, é considerada a universidade que tem a maioria dos seus estudantes declarados como negros(as) e pobres, tendo um percentual de 83,4% e 82% respectivamente³⁵, fazendo desta a Universidade mais negra do Brasil (UFRB, 2017).

Ao trazer algumas das particularidades da Universidade, pode-se dimensionar variáveis complexas, principalmente quando são feitas intersecções entre raça/etnia, gênero e classe. Trata-se de um Estado de guerra que vítima todos os dias a população jovem, preta e pobre no Brasil. Como apontam Cerqueira et al.:

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (2017, p. 30).

Tendo em vista esses dados, largamente conhecidos e estudados, optou-se, no presente capítulo, por um estudo de caráter exploratório e foi realizado através de uma amostra aleatória. Por definição, a pesquisa exploratória tem como função preencher as lacunas que costumam aparecer em um estudo, além de fornecer informações importantes para os(as) pesquisadores(as), ampliando os seus conhecimentos acerca do tema e os horizontes de novas pesquisas.

O instrumento escolhido foi aplicação de questionário com questões fechadas e abertas. No ano de 2019, esta aplicação foi realizada presencialmente, o que garantiu o contato pessoal, ampliando as possibilidades de observação e análise das respostas abertas. Já em 2020, com o distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, os questionários foram aplicados através de meios digitais. É importante destacar que foram respeitados os aspectos éticos necessários, resguardando-se a identidade de todos(as) os(as) participantes.

35 Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>. Acesso em: 29 de abr. de 2019.

A pesquisa abrange aspectos quantitativos e qualitativos. As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas quando segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Os dois métodos devem ser usados como complementares e não antagônicos, deve ser uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado.

Aliado aos dados quantitativos, foi utilizada análise de conteúdo, categorizando as variáveis que mais apareceram entre as respostas dos(as) entrevistados(as). Sem dúvida, é “a sobrevivência do espírito crítico que afasta os dogmas e acompanha o desenrolar dos processos sociais” (GATTI, 2002, p. 66).

Resultados da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras situado na cidade de Cachoeira/BA. Teve como objetivo central verificar as especificidades do debate sobre o uso de drogas no contexto universitário. Além disso, possui a intenção de compreender o debate atual acerca da Política Nacional Sobre Drogas ao mesmo tempo em que se abriu um diálogo para sugestões de formulação de uma Política Institucional sobre Drogas na UFRB. O questionário³⁶ de pesquisa, instrumento utilizado para as entrevistas semiestruturadas, buscou encontrar aspectos referentes às concepções mais subjetivas quanto aos(as) entrevistados(as), para que possamos compreender suas percepções sobre substâncias psicoativas dentro de uma estrutura universitária.

Percebe-se uma teia complexa de múltiplos marcadores quando se analisa o espaço universitário como um todo. Constatou-

36 O segundo questionário teve sua aplicação através de plataformas virtuais (Google Docs), devido ao contexto de pandemia, obedecendo às orientações dos órgãos de saúde.

se que alguns elementos adquirem materialidade que carece de um olhar mais apurado e, por isso, considerou-se necessário trazer alguns pontos mais estruturais encontrados na pesquisa. Sobre isso, destaca-se o fator da territorialidade que causa influência direta no discurso dos(as) estudantes. A esse respeito, as contribuições de Lima E Yasuí (2014, p. 597), apontam que “[...] do político para o cultural, das fronteiras entre povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas” interferem nas suas formas de ver e compreender e, por isso, as falas estarão carregadas de representações sociais da vida dos sujeitos pesquisados, a partir de suas vivências e experiências sensíveis.

Verificou-se também que, a partir das análises das entrevistas, as narrativas reforçam a existência de uma imagem estigmatizada desvelada nos resultados e equívocos sobre algumas questões. Em destaque observa-se a fala de um(a) entrevistado(a) quando perguntado(a) sobre estar de acordo ou não com a legalização. **“Não, porque as drogas financiam um sistema financeiro criminoso e não estamos com o sistema de saúde preparado para tratamento”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). De fato, o modelo estrutural que se estabelece na formação da sociedade brasileira, alimenta financeiramente localidades que fazem uso, compra e venda de forma ilegal, e, por isso, caracterizadas como locais de tráfico. Além de existir também lacunas no sistema de saúde, para lidar com os diferentes modos de uso.

Diante dessas considerações iniciais, apresenta-se como ponto de partida as análises dos perfis dos entrevistados, contudo, os resultados da pesquisa foram divididos em três blocos de análise. Tal escolha se faz em função de pensar o procedimento metodológico escolhido: análise de conteúdo por categorização temática de variáveis recorrentes, que proporcionam descrição crítica e sistemática dos dados coletados (SANTOS, 2012, p. 383) no conteúdo da pesquisa.

Perfil dos(as) entrevistados(as)

O perfil estudantil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é considerado o mais diverso do país, por concentrar o maior número de estudantes declarados pretos(as) e pardos(as), pelas condições socioeconômicas que seus discentes apresentam, “82% oriundos de famílias com renda total de até um salário-mínimo e meio³⁷”, e na territorialidade que a universidade está inserida. O Recôncavo é uma região rica de culturas, histórias e organização negra popular, entretanto, apresenta uma enorme desigualdade social.

O perfil da UFRB, como um todo, não diverge do perfil do CAHL, detalhado a seguir: 87,17% de discentes negros e negras, destes, 1,7% não utilizaram marcadores de cor/raça adotado pelo IBGE, tendo declarado outra identidade racial; 9,4% são declarados brancos; 1,7% indígenas, 0,85% amarelo e 0,85% não souberam responder. Assim, a pesquisa confirma que a maioria dos(as) estudantes do Centro são afrodescendentes, o que reafirma os dados³⁸ sobre o perfil dos estudantes na UFRB.

37 Informações disponíveis no site da UFRB em seus 12 anos de universidade. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior> >. Acesso em: 18. jul. 2020.

38 Ver nota de rodapé 7.

Tabela 1: Perfil dos(as) Estudantes

Perfil dos(as) Estudantes							
Identidade de Gênero (%)		Orientação Sexual (%)		Faixa Etária (%)		Religião (%)	
Mulher Cis	64,95	Gays	5,98	Entre 17 e 20 anos	26,49	Evangélico(a)	17,08
Homem Cis	30,76	Lésbicas	4,27	Entre 21 e 25 anos	30,76	Católico(a)	23,07
Travesti	0,85	Bissexuais	20,5	Entre 26 e 30 anos	13,67	Candomblecista	3,41
Não declarou	3,41	Heterossexuais	58,11	Entre 31 e 35 anos	11,96	Agnóstico(a)	5,98
X		Pansexuais	1,7	Entre 36 e 40 anos	9,98	Ateísta	8,54
X		Indefinido	0,85	Entre 41 e 45 anos	3,41	Espírita	3,41
X		Homossexual	2,56	Entre 46 e 50 anos	1,7	Umbandista	0,85
X		Não responderam	4,27	Entre 51 e 55 anos	0,85	Pagão(ã)	1,7
X		Não souberam responder	1,7	Entre 56 e 60 anos	X	Cristão(ã)	1,7
X		X		Acima de 61 anos	X	Budista	0,85
X		X		Não responderam	1,7	Wicca	0,85
X		X		X		Espiritualista	0,85
X		X		X		Messiânico(a)	0,85
X		X		X		Sem Religião	24,7
X		X		X		Sem identificação da resposta	5,98
Total: 117 questionários							

Fonte: Autoral (2020).

Sobre os aspectos tocantes às questões de identidade de gênero e orientação sexual apresentadas na pesquisa, é relevante considerar um número significativo quanto às declarações de pessoas que se autoafirmam enquanto lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pansexuais. Do universo de 117 estudantes, 41 deles(as) se identificaram como pessoas que vivenciam dissidências do padrão normativo cisheterossexual.

Em articulação com os dados levantados na pesquisa, Nunam (2004 apud CARDOSO; FERRO, 2012, p. 559) enfatiza que os preconceitos e discriminações contra a população LGBTI+ reverberam em adoecimentos e sofrimentos psíquicos como:

Episódios depressivos, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldades de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, disfunções sexuais, hostilidade, **abuso de álcool e drogas**, distúrbios alimentares e comportamento ou ideação suicida (Grifo nosso).

Uma observação interessante referente à pergunta realizada sobre a percepção do(a) estudante do que representa o termo droga em sua realidade, aparece no fragmento: **“Toda substância que causa dependência”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). Contudo, é importante levar em consideração as especificidades que caracterizam a dependência ou vício em certa substância, pois o fato de usar “Não significa sequer que essa pessoa tenha algum problema com drogas” (HART, 2014, p. 22).

Com isso, pode-se perceber como se finca a fragilidade nos discursos equivocados que atrapalham as tentativas de melhorar a educação e o diálogo quando relacionados às drogas no contexto universitário. A questão se torna ainda mais complexa se levar em conta a definição de uma substância como “droga”, salientada pelo sociólogo Becker (2008), depende em última análise não de

suas propriedades farmacológicas, mas do modo como o Estado a contempla.

Quando foi perguntado aos participantes quais seriam as propostas para uma construção de uma Política sobre Drogas na UFRB, eis que as opiniões se estabelecem em criações de espaços adequados para o uso e consumo, além de criações de eventos, palestras e um componente que abordasse as variedades de substâncias no mundo, seus significados, as consequências reais do consumo e possibilidade da obrigatoriedade na grade curricular de todos os cursos.

Enquanto outros encaram de forma proibicionista. **“Proibir severamente o uso e a venda de drogas dentro da UFRB. Palestras de conscientização sobre o perigo nas drogas e convênio com a PM”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). Neste ponto, é importante perceber que o debate sobre como atuar frente ao consumo e à venda de drogas ilícitas deveria percorrer na prevenção e num modelo educacional pautado em defesa dos direitos humanos e não na criminalização, e conseqüentemente fomentando mais violência, principalmente a policial.

Percepções gerais

Quando falado o termo “drogas”, de imediato o imaginário social remete somente às substâncias psicoativas ilícitas, descartando as lícitas. A classificação dessas duas categorias é feita, segundo Brites (2017), de acordo com o posicionamento que a sociedade impõe em relação à finalidade e os usuários, não pelas propriedades farmacêuticas. Como, por exemplo, o uso da cocaína que era anteriormente utilizada como anestésico se tornou proibido a partir do início do século XX.

No questionamento às pessoas entrevistadas sobre o que seriam drogas, foram dadas respostas variadas, mas que continham

como ponto de interseção que essas seriam substâncias que causam uma mudança seja fisicamente, psicologicamente ou quimicamente nos indivíduos, gerando em alguns casos a dependência. Como resultado do universo de respondentes, 58,47% fazem o uso de drogas, 36,44% não fazem uso, e 5,08% não responderam. Para os indivíduos que responderam que fazem o uso de alguma droga, essas são “[...] tudo aquilo produzido que ao ser consumido cause alterações físicas e psicológicas, remédios, cigarros, bebidas...”; “Substância que altera o sistema neuropsicológico”; “Droga é qualquer coisa que altera a química natural do cérebro” (SIC, Trechos das Entrevistas Semiestruturadas). Neste tocante, e corroborando com este universo de possibilidades e visões a respeito das drogas, outro(a) entrevistado(a) salienta:

Droga para mim é toda substância que altera algo ou alguma coisa no nosso organismo, que pode ou não causar dependência, tudo é questão de como fazemos o uso. O açúcar para mim é uma droga (SIC, Entrevista Semiestruturada).

Os sujeitos que declararam que não fazem o uso de drogas, realçaram em suas percepções que essas são: “substâncias que causam dependência química”; “Existe um decreto do ministério da saúde que estabelece o que é droga ilícita, as lícitas são todas as substâncias que provocam dependência”; “Droga pra mim é uma substância ou produto tóxico. Que leva a dependência”; “Substâncias que lhe tiram a capacidade de discernimento de escolha própria” (SIC, Entrevistas Semiestruturadas).

Em comparativo desses conteúdos, percebe-se que os respondentes que não fazem o uso de drogas ligam sua conceituação à relação de dependência, enquanto os indivíduos que responderam positivamente ao questionamento associam às mudanças biológicas. Entre aqueles(as) que fazem ou fizeram uso de alguma substância psicoativa, os elementos mais consumidos foram a maconha, o

álcool e a cafeína. Ainda sobre essa questão, 50% responderam que já fizeram uso, 49,15% não consumiram e 0,84% não responderam.

Cabe ressaltar que, em alguns momentos, a questão apresentada não foi bem compreendida pelos(as) entrevistados(as), muito provavelmente por desconhecimento acerca de algumas categorias trabalhadas na pesquisa. Sobre isso, pode-se elencar a confusão entre os termos “descriminalização” e “discriminação”, como no fragmento da entrevista, a seguir. **“Acredito que a descriminalização só faz com que o usuário se distancie de sua vida, tornando-o ainda mais dependente e solitário”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). Nota-se, portanto, a necessidade de haver formulação/mudança de estratégias que fomentem o debate, a fim de superar, no campo da reprodução, visões deturpadas sobre este assunto.

(Des)criminalização e legalização

Ao entrar na discussão dos termos “descriminalização, criminalização e legalização”, destacam-se os mais de cem anos das políticas ideológicas sobre as drogas que pautam o proibicionismo como principal estratégia política-ideológica de combate às drogas. Os modelos políticos de combate às drogas têm como marco inicial a resolução da Conferência Internacional sobre o Ópio em 1912 (FERRUGEM, 2019). Desse período até a atualidade, a centralidade do projeto político-ideológico do proibicionismo está em curso e cada vez mais intensificado, apesar de alcançarmos alguns avanços no diálogo e no debate sobre as drogas. Nas análises aqui apresentadas é possível perceber reflexões dos(as) discentes que permeiam essa ambiguidade entre descriminalização e criminalização dos(as) usuários(as) e das drogas.

Quando questionados sobre serem ou não a favor da legalização, os(as) estudantes possuem diferentes perspectivas. Enquanto uns(umas) que defendem a legalização das drogas

majoritariamente acreditam que isso possa promover o fim do tráfico e de violências causadas pelo modelo criminológico/punitivista; outra parcela dos(as) entrevistados(as) vislumbra a possibilidade apenas para a legalização da maconha, por possuir pesquisas científicas com resultados promissores no campo da saúde.

Já os que não são a favor, se utilizam de argumentos relativos a problemas de saúde, e que poderiam ser prejudicados com o possível consumo deliberado das drogas ilícitas. No fragmento **“O uso das drogas ilícitas geram problemas que afetam não só o usuário, mas também as outras pessoas”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso), é notório que a parte da comunidade acadêmica que não concorda com a adoção de uma política de descriminalização do consumo de drogas se fundamenta no que preconiza a legislação brasileira, no tocante à proibição do comércio de drogas ilícitas. Contudo, destaca-se que essa descriminalização³⁹ existe na legislação brasileira, porém *post factum*, ou seja, após a judicialização de alguns casos, decorrente da apreensão de determinada quantidade dessas drogas em poder do suposto usuário e que não caracterize crime de tráfico (NASCIMENTO, 2006, p. 188).

Vale ressaltar que, nos resultados da pesquisa, é possível visualizar uma inclinação, em algumas respostas, para pensar na possibilidade da descriminalização do usuário e na legalização das drogas, como **“diminuição do genocídio da população negra. Assim como o encarceramento dos usuários”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). Esses fragmentos fazem refletir sobre como o aparato estatal, de diferentes formas, reproduz violências sobre o povo negro.

39 A lei Federal 11.343/2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, estabelece que usuários de drogas deverão ser submetidos a medidas que os possibilitem a atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Esse debate não se esgota na questão racial, tampouco neste capítulo, contudo pode-se pontuar que as opressões ocasionadas pela atual política sobre drogas brasileira é interseccional, tal sistema de opressão, incide nos debates de raça, gênero, classe, geração, além de estar relacionados às subjetividades da exclusão e da hierarquização social. “[...] o processo de exclusão no Brasil tem na junção raça, gênero e classe social em sua materialização, não há como discutir guerra às drogas sem considerar esses marcadores sociais que forjam jovens negros como inimigos de fato dessa guerra” (FERRUGEM, 2019, p. 54).

Este exercício de repensar as maneiras as quais lidam com o uso de drogas brota do desejo de, literalmente, minimizar as maneiras torpes e coercitivas que são utilizadas pelo sistema. Abordando ainda a relação das respostas sobre a descriminalização, um dos entrevistados aponta que **“ser usuário de droga não se configura um crime, a discriminação por parte da sociedade, os pré-julgamentos mata socialmente os usuários. Acredito que a política de redução seria um bom caminho para veicular essa discriminação”** (SIC, Entrevista Semiestruturada, Grifo nosso). O movimento, como já falado acima, de estigmatização dos usuários parte de um discurso ligado ao lado médico e jurídico-moral, no qual os sujeitos que consomem as substâncias psicoativas classificadas como ilícitas são colocados na categoria de “criminosos e de moralmente incapazes” (BRITES, 2017, p. 198). A Redução de Danos se torna então uma possibilidade para discussões e descontinuidade de pensamentos conservadores e proibicionistas, principalmente no âmbito da saúde.

Considerações finais

O debate acerca da Política de Drogas e do uso abusivo é de grande importância na sociedade contemporânea. É preciso salientar,

que essa é uma discussão ampla que envolve a descriminalização do comércio de entorpecentes, a legalização do consumo, além de outros aspectos, atingindo uma grande parcela da população e que muitas vezes se reverbera em ações desastrosas e trágicas por parte do Estado. É necessário um tratamento mais democrático sobre essas questões.

Nesta pesquisa observou-se que as opiniões são as mais distintas quando se trata da questão das drogas. Os desafios para sucesso de um debate transversal nunca se fizeram tão necessários. Apesar das diferentes compreensões sobre drogas, através das falas dos(as) entrevistados(as), identificou-se a disposição para discutir e criar experiências novas sobre esta temática.

As maneiras como os(as) entrevistados(as) pensam sobre o uso de SPA's, variam bastante; sabe-se que por diversas influências: religiosas, veiculação de notícias falsas, preconceitos, fatores morais, dentre outros. No entanto, existe um equilíbrio entre as respostas no que concerne às questões de criminalização e legalização.

Por certo, esta ainda é uma questão polêmica e que suscita uma série de debates e discussões, que devem ocorrer de forma transversal e democrática. Porém, o Estado brasileiro discute esta questão, pautado no proibicionismo e na lógica da guerra às drogas, o que influencia uma parcela significativa da população.

Evidencia-se, através da leitura de outras pesquisas, que existe uma dificuldade para se avançar no debate da legalização e da descriminalização das drogas e na construção de uma atmosfera "saudável" que viabilize os diálogos e as trocas sobre o tema. Apesar deste cenário, através das falas dos(as) entrevistados(as), identificou-se a disposição para se discutir e criar experiências sobre a temática no meio universitário.

Mesmo com sugestões de criação de espaços de debates e construção de uma política institucional, observou-se, em algumas

respostas, o discurso de “combate às drogas” que corroboram, de forma pontual, para o fim do uso, na justificativa de diminuição da violência. Tais reflexões são baseadas na política de guerra às drogas que vem se moldando em uma guerra armada e falha.

Ficou evidente, na pesquisa, o desconhecimento de algumas categorias por parte dos discentes, tais como discriminação, descriminalização e legalização; também não existe uma compreensão acerca do que seja droga, para metade dos(as) entrevistados(as), droga é apenas o que está definido como ilegal, mas não conseguem compreender que a automedicação, o café, por exemplo: são drogas.

Assim, fica evidenciada, neste capítulo, a necessidade de ampliação de estudos acerca das percepções e usos de drogas no ambiente universitário, bem como da realização de ações que venham a criar uma política institucional sobre drogas no âmbito da UFRB.

Referências

ANDRADE, Arthur Guerra de; DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; OLIVEIRA, Lucio Garcia de. **I levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Brasília (DF): Secretaria Nacional Antidrogas–SENAD, 2010.

AYER-ABDALLA, Marcela Beatriz. **Uso de substâncias psicoativas entre estudantes universitários da área de saúde e avaliação da gravidade de problemas através do instrumento DUSI-R**. 82f. 2014. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, São Paulo, 2014.

BARCELLOS, Warllon de Souza; DIAS, Miriam Thaís Guterrez; HEIDRICH, Andréa Valente. **O exercício profissional do Serviço Social nas políticas de saúde mental e drogas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BARROS, Denise; ORTEGA, Francisco. Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico: representações sociais de universitários. **Saude Soc.**, v. 20, n. 2, p. 62-350, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200008>. Acesso em: 18. Jul. 2020.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Tradução: Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRITES, Cristina Maria. **Ética e uso de drogas: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos**. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARDOSO, Michele Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n3/v32n3a03.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G. **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: IPEA/ FBSP, junho de 2017.

CESAR, Eduardo Luízs da Rocha; WAGNER, Gabriela Arantes; CASTALDELLI-MAIA, João Mauricio; SILVEIRA, Camila Magalhães; ANDRADE, Arthur Guerra.; OLIVEIRA, Lúcio Garcia. Uso prescrito de cloridrato de metilfenidato e correlatos entre estudantes universitários brasileiros. **Rev Psiquiatr Clin**, 2012, v. 39, n. 6, p. 183-188. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832012000600001>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ECKSCHMIDT, Frederico; ANDRADE, Arthur Guerra; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de. Comparação do uso de drogas entre universitários brasileiros, norte-americanos e jovens da população geral brasileira. **J Bras Psiquiatr**, v. 62, n. 3, p. 199-207, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852013000300004>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FERNANDES, Thaís Ferraz; MONTEIRO, Brisa Marina de Meireles; SILVA, Júlia Brighenti Menezes; OLIVEIRA, Kênia Marice; VIANA, Nájlila Aélida Oliveira; GAMA, Carlos Alberto Pegolo da. Uso de substâncias psicoativas entre universitários brasileiros: perfil epidemiológico, contextos de uso e limitações metodológicas dos estudos. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 498-507, 2017.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

GATTI, Bernadete. Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

HART, Carl. **Um preço muito alto**: a jornada de um Neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. 328p.

KARAM, Maria Lúcia. Legislação brasileira sobre drogas: história recente – a criminalização da diferença. *In*: ACSELRAD, Gilberta. (Org.). **Avessos do prazer**: drogas, aids e direitos humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUÍ, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300593&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

NASCIMENTO, Ari Bassi. Uma visão crítica das políticas de descriminalização e de patologização do usuário de drogas. **Psicologia em Estudo**, v. 11, p. 185-190, 2006.

SANTOS, Fernanda Massaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. [Resenha: BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

UFRB. **Em seus 12 anos, UFRB comemora maioria negra e pobre no ensino superior.** 2017. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>. Acesso em: 29 de abr. de 2019.

WACQUANT, Loïc. **Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality.** Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2008.

Pessoa com deficiência em Cachoeira e São Félix: eu estou aqui?

*Silvia de Oliveira Pereira
Aryelle Miranda de Oliveira
Ayla Falcão Brito Machado
Bruna Santos Amorim
Camila Vieira da Silva de Assis
Emanuelly B. Macário dos Santos
Eva Cristian S.S. Barbosa
Juliana Tosta de Oliveira
Nadirjane Nogueira Conceição de Oliveira
Najara Gomes do Amaral
Rogeson dos Santos de Jesus*

Introdução

Este capítulo apresenta dados parciais da pesquisa “‘Eu estou aqui, o que é que há?’ Pessoa com Deficiência e Políticas Sociais fase 1” realizada pelo Observatório de Políticas Sociais e Serviço Social (OPSS)⁴⁰ a partir de 2017. O trecho do samba “Alguém me avisou”, de autoria de Dona Ivone Lara e Caetano Veloso, inspirou a construção de uma pesquisa que pergunta onde estão as pessoas com deficiência e o que existe no campo da política social e de acesso a serviços para este segmento populacional.

O samba também remete a uma das mais importantes expressões culturais do Recôncavo da Bahia que constitui o nível local da pesquisa, especificamente os municípios de Cachoeira e São Félix selecionados para o estudo. Destaca-se que os municípios têm importância histórica e cultural para o país, são semelhantes à

40 O grupo de pesquisa OPSS foi denominado entre 2015 a 2018 como Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trajetórias Participativas e Políticas Sociais (TRAPPOS).

maioria dos municípios brasileiros em termos populacionais (menos de 50 mil habitantes) e apresentam, ao lado do legado de resistência política e diversidade cultural e étnica, desigualdades sociais que podem afetar sobremaneira as Pessoas com Deficiência (PcD), além da invisibilidade dessas pessoas na sua dinâmica cotidiana.

Pretende-se contribuir para ampliar o debate e produção de conhecimento sobre políticas sociais e Pessoa com Deficiência, explicitando a partir de indicadores sociais as suas condições concretas de vida de modo a superar a sua invisibilidade, donde emerge a pergunta provocativa no título: eu estou aqui?

Compreende-se a deficiência a partir do modelo social que a considera como uma relação estabelecida historicamente a partir da construção de saberes e práticas opressoras a corpos considerados dissidentes e distintos em estruturas e funções. Uma vez que tal opressão historicamente construída afeta os direitos sociais, optou-se por verificar indicadores sociodemográficos para apresentar um perfil da população de pessoas com deficiência nos municípios de Cachoeira e São Félix. É adotado o pressuposto, advindo da cartografia simbólica do direito (SANTOS, 2002), de que existem distorções entre os níveis global, nacional e local no que se refere à conquista e materialização de direitos através das políticas sociais.

O estudo teve caráter exploratório e descritivo e utilizou, além de revisão bibliográfica sobre o tema, observação participante da equipe de pesquisa, acesso a bancos de dados oficiais nacionais públicos, especificamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tabulador de Informação do Cadastro Único (TAB CAD)⁴¹, e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)⁴² para levantar informações demográficas relativas

41 Tabulador do Cad Único disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php.

42 DATASUS Tabnet disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>

às pessoas com deficiência, nos recortes de gênero, raça, renda, condições de moradia, serviços de saúde e acesso à educação.

Na primeira parte do capítulo são apresentados elementos conceituais que articulam política social e deficiência na perspectiva dos direitos sociais. Na segunda, estão presentes os resultados do levantamento e a discussão. À guisa de conclusão verifica-se que a invisibilidade das pessoas com deficiência nos municípios estudados é um desafio a ser enfrentado na via da garantia dos direitos deste segmento da população.

Aponta-se para a relevância e urgência da realização de novos estudos na direção de verificar como as limitações e barreiras socialmente impostas, inclusive no âmbito da implementação de políticas (ou da sua ausência), afetam as pessoas com deficiência.

Deficiência e direitos

O debate sobre deficiência envolve elementos biológicos, sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos, espelhando as condições objetivas da existência e os determinantes da saúde (PAIM, 1986; CONTANDRIOPOULOS, 2000; CNDSS, 2008).

A perspectiva teórica do modelo social da deficiência (HUNT, 1966; ABBERLEY, 1997), a compreende como uma relação socialmente construída que implica em desigualdade e opressão, exigindo um olhar para indicadores sociodemográficos e para a implementação de políticas.

A condição de deficiência foi construída historicamente por modelos explicativos que a polarizaram com um ideal de normalidade e, assim, postularam a diferença como pressuposto da subalternidade (PEREIRA, 2018). O modelo explicativo social da deficiência constitui uma construção teórica e política que refuta a explicação meramente biológica e anatômica da deficiência e a apresenta também como resultado de interações das pessoas com deficiência com as

barreiras historicamente construídas, que implicam em condições de opressão e não participação de espaços comuns na vida cotidiana e de instâncias de decisão política.

Vive-se, desde a segunda metade do século XX, o redimensionamento do conceito de deficiência articulado às reconfigurações das práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência. Tais práticas adquirem expressão em diferentes espaços da vida social, incluindo-se a produção científica sobre o tema, os avanços e desafios das políticas sociais, as ações governamentais tais como legislação, normas e prestação de serviços públicos, além do protagonismo e participação política das pessoas que tem algum tipo de deficiência.

As lutas do segmento das pessoas com deficiência, cuja síntese está expressa na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006), contribuem para “encarar a deficiência como uma questão de direitos humanos” (OMS, 2011, p. 27) exigindo a incorporação dos seus direitos nas políticas públicas de caráter social e redistributivo e a sua materialização na vida cotidiana. A condição de deficiência passa a ser considerada como responsabilidade social compartilhada e não mais um atributo individual, portanto campo de atuação do Estado mediante políticas públicas de cunho social na direção da equidade e dos direitos humanos (DHANDA, 2008).

Contudo, as pessoas com deficiência ainda estão distantes da vivência da sua cidadania plena, seja pelo precário acesso a serviços, seja pelo frágil processo de implementação de políticas que pode ser demonstrado pela permanência deste segmento populacional entre as pessoas mais empobrecidas em todo o mundo (BARNES; SHELDON, 2010).

A proteção social mediante ação estatal se torna um imperativo na direção da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mas a sua materialidade na vida cotidiana está entrelaçada em diversas

contradições. O pleno exercício dos direitos envolve um conjunto de fatores que remetem à capilaridade da mobilização política das pessoas com deficiência nos espaços decisórios, ao tempo em que se deve considerar que “conflitos de interesse, disputas orçamentárias, manobras políticas e preconceitos afetam o desenho final das políticas voltadas às pessoas com deficiência” (MEDEIROS; DINIZ; BARBOSA, 2010, p.12).

Assim, a formalização dos direitos das pessoas com deficiência, bem como a sua histórica exclusão de diversas esferas da vida social, pode ser compreendida a partir dos marcos da Seguridade Social.

Segundo Boschetti (2006; 2009), o que se conhece hoje como Seguridade Social envolve a estrutura do Estado na sociedade capitalista e a sua intervenção nas particularidades da exploração do trabalho pelo capital, consolidando formatos de proteção limitados aos interesses e disponibilidades da classe capitalista e incorporando contraditoriamente demandas da classe trabalhadora.

Nos modelos de Seguro Social, matrizes da Seguridade e da Proteção Social, a intervenção do Estado ocorre a partir da gestão das contribuições prévias dos/as trabalhadores/as e é materializada primordialmente por transferências de renda em situações de impedimentos para o trabalho dos/as contribuintes. Neste formato, a condição de deficiência é incorporada pela configuração de incapacidade para o trabalho e excluiu, ao longo de muitos anos, além de trabalhadores não contribuintes, pessoas cuja deficiência não fosse adquirida durante períodos de contribuição ao Seguro Social.

No Brasil, a perspectiva de uma Proteção Social ampliada é formalizada a partir de 1988 com a primeira Constituição Federal que consolidou conquistas advindas de lutas populares. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é emblemático da lógica não contributiva que incorpora pessoas com deficiência para transferência de renda. Embora seja representativo de uma grande conquista no campo

dos direitos das pessoas com deficiência, a lógica da incapacidade é central nos critérios de inclusão no BPC e o ponto de corte de rendimentos abarca apenas condições de pobreza extrema. Revela-se que o tensionamento capacidade e incapacidade é fundante da relação entre deficiência e políticas sociais, reproduzindo aspectos conceituais ancorados em modelos teóricos ainda distantes do modelo social.

Os principais indicadores sociais podem ser reveladores de condições de privação de direitos às quais as pessoas com deficiência podem estar submetidas tanto como expressão das estruturas e práticas sociais potencialmente excludentes quanto da violação dos direitos já conquistados formalmente a partir das lutas históricas deste segmento populacional.

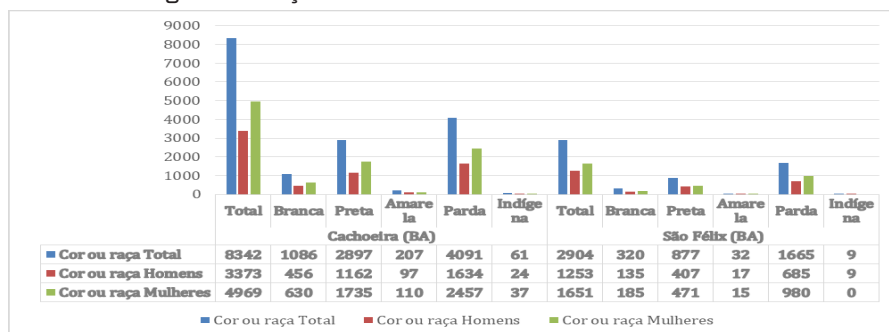
PcDs: onde estão?

O Brasil registrou através do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um expressivo aumento da população de pessoas com deficiência. Enquanto no ano 2000 as pessoas com deficiência correspondiam a 14,48% da população, em 2010 identificou-se que 23,92% da população tem pelo menos um tipo de deficiência (IBGE, 2000; 2010).

Os municípios Cachoeira e São Félix apresentam percentuais de população de pessoas com deficiência que se equiparam à tendência nacional. O levantamento de dados do censo do IBGE de 2010 informa que São Félix tem 14.098 e Cachoeira tem 32.026 habitantes. Em relação às pessoas com deficiência, verifica-se que em São Félix 20,6% da população tem pelo menos um tipo de deficiência, 2.904 pessoas, em números absolutos. Em Cachoeira as pessoas com pelo menos um tipo de deficiência são 26,05% da população, 8.342 pessoas em números absolutos.

A distribuição dessa população quanto a gênero e raça é apresentada na Figura 1 a seguir.

Figura 1. Distribuição da população com pelo menos um tipo de deficiência conforme gênero e raça cor em Cachoeira e São Félix no Censo de 2010.



Fonte: IBGE (2020).

Observa-se que o número de mulheres com deficiência é superior ao de homens nos dois municípios, sendo 4.969 em Cachoeira, 59% das pessoas com pelo menos uma deficiência. Em São Félix são 1.651 mulheres, 56,8% das pessoas com pelo menos uma deficiência. A população com pelo menos um tipo de deficiência autodeclarada como não branca é a mais expressiva, sendo relevante destacar que em Cachoeira 35% das pessoas com deficiência se auto declaram pretas (2.987 pessoas) e 49% se declararam pardas (4.091 pessoas). Em São Félix, o cenário é semelhante, com 30% das pessoas com deficiência com auto declaração de pretas (877 pessoas) e 57%, pardas (1.665 pessoas).

A condição de deficiência é, portanto, transversalizada por marcadores de raça, gênero e sexualidade, o que aponta a relevância de estudos futuros capazes de aprofundar tais categorias. Contudo, de imediato, é possível inferir que tal transversalidade, ao demonstrar números maiores de pessoas com deficiência entres as pessoas não brancas e mulheres, implica maiores possibilidades em vulnerabilidade dessa população, justificando o já demonstrado por Barnes e Sheldon (2010), quando afirmam que as pessoas com deficiência são as mais pobres entre as pobres também por acumularem os marcadores históricos de exclusão estrutural.

A pesquisa do Censo do IBGE de 2010 seguiu o padrão classificatório da Organização Mundial da Saúde no qual a condição de deficiência considera a funcionalidade, é registrada por auto declaração e classificada por grau de dificuldade para cada modalidade de deficiência. Assim, as categorias de classificação conforme o grau e função são: “não consegue de modo algum”, “muita dificuldade” e “alguma dificuldade” para cada modalidade de deficiência. Dessa forma, a categoria “pelo menos um tipo de deficiência”, embora possibilite dimensionar a amplitude da presença de pessoas com deficiência na população, é capaz de produzir dados superestimados.

Considerando que a categoria “alguma dificuldade” pode não representar objetivamente uma deficiência, este estudo realizou o levantamento nos dados do Censo do IBGE de 2010 por modalidade de deficiência, retirando a referida categoria. Na tabela 1, a seguir, apresenta-se a distribuição populacional por modalidade de deficiência dispostos com os respectivos percentuais na população e no interior da categoria em Cachoeira e São Félix.

Tabela 1 - Pessoas com deficiência em Cachoeira e São Félix conforme modalidade de deficiência no Censo de 2010, excetuando-se a categoria alguma dificuldade

Deficiência	Cachoeira (32.026 hab.)			São Félix (14.098 hab)		
	Número	% na categoria*	% na população	Número	% na categoria*	% na população
Deficiência visual	1470	46,2	4,6	522	35,7	3,7
Deficiência auditiva	383	12,1	1,2	221	15,1	1,6
Deficiência motora	782	24,6	2,4	380	26,0	2,7
Deficiência mental/intelectual	544	17,1	1,7	340	23,2	2,4
TOTAL	3179	100	9,9	1463	100	10,4

*aproximações estatísticas realizadas

Fonte: IBGE (2010)

Considerando as modalidades de deficiência, evidencia-se que as pessoas com deficiência nos dois municípios representam cerca de 10% da população.

A deficiência visual tem a maior prevalência entre todas as deficiências pesquisadas com 46,2% em Cachoeira e 35,7 % em São Félix. Segue-se a essa prevalência, a deficiência motora, que representa 24,6% entre as deficiências pesquisadas em Cachoeira e 26% em São Félix. A deficiência intelectual em Cachoeira é de 17,1% entre as deficiências pesquisadas e 23,2% em São Félix. A deficiência auditiva corresponde a 12,1% em Cachoeira e 15,1% em São Félix, entre as pesquisadas.

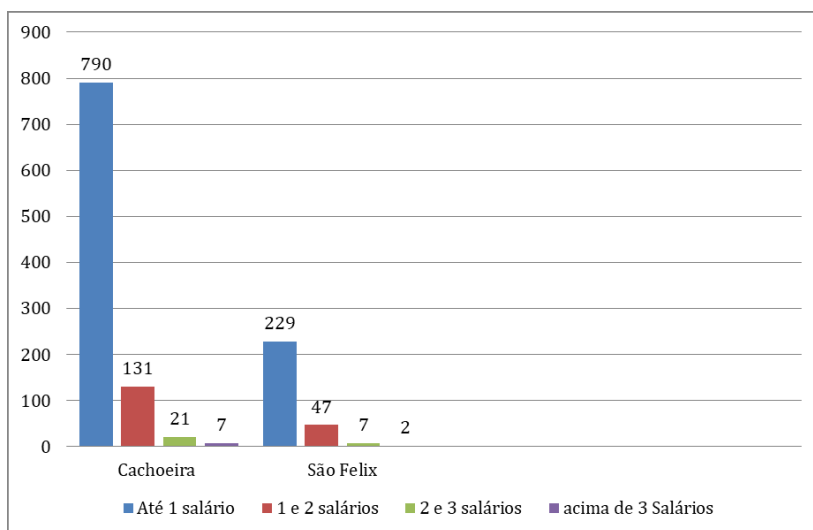
Apesar dos limites de informações sobre pessoas com deficiência a partir dos dados do IBGE, é possível afirmar que os números estimados de pessoas com deficiência são muito semelhantes aos que se apresentam no Relatório Mundial sobre Deficiência da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), que informa a ocorrência de um aumento de 5% na estimativa do número de pessoas com deficiência em cada país do mundo, passando de 10% em 2000 para 15% em 2010. As doenças crônicas e o envelhecimento da população, em nível mundial, são apontados como fatores importantes para a ocorrência de agravos que determinam novas deficiências. As causas externas, além das doenças infecciosas e do agravamento da pobreza, também estão na base do importante aumento da população de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, a exemplo do recente e assustador crescimento dos casos de crianças nascidas com microcefalia no nordeste brasileiro desde 2015 associados ao Zika Vírus.

Considerando os dados de pelo menos um tipo deficiência ou o somatório dos dados por tipo de deficiência, a população de pessoas com deficiência representa entre 20 ou 10 por cento dos habitantes tanto de Cachoeira quanto de São Félix. Contudo, estão quase

invisíveis no cotidiano das duas cidades e os indicadores sociais revelam precárias condições de vida dessas pessoas.

Segundo as informações de Cadastro Único (Cad Único)⁴³, em março de 2020, estavam cadastradas 949 pessoas com deficiência em Cachoeira, e 285 em São Félix. Observa-se, na Figura 2, abaixo, que nas faixas de menores rendas está presente o maior número de pessoas com deficiência nos dois municípios.

Figura 2 - Faixa de Renda de Pessoas com Deficiência em Cachoeira e São Félix, segundo o Cad Único em março de 2020.



Fonte: Cad Único (2020).

Em Cachoeira, das 949 pessoas com deficiência, 790 recebem até 1 salário-mínimo; 131 entre 1 e 2 salários-mínimos; 21 entre 2 e 3 salários-mínimos; 7 acima de 3 salários-mínimos. Já em São Félix, das 285 pessoas com deficiência, 229 recebem até 1 salário-mínimo; 47 entre 1 e 2 salários-mínimos; 7 entre 2 e 3 salários-mínimos, 2 acima de 3 salários-mínimos.

⁴³ Dados obtidos a partir do tabulador do Cad Único disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php. Acesso em 14 de maio de 2020.

Conforme a mesma fonte, Cad Único de março de 2020, em São Felix das 285 pessoas com deficiência, 86 pessoas não têm água canalizada, 28 não têm banheiro e 69 não têm ligação com a rede coletora de esgoto. 33 pessoas usam energia sem medidor e 6 usam outra forma de iluminação.

Em referência ao material predominante no piso das casas, verifica-se 93 casas com cimento e 188 com cerâmica, lajota ou até mesmo pedra. Com relação à espécie do domicílio, 285 são particulares permanentes. Em relação ao material predominante das paredes das residências em São Félix, temos: 258 utilizam tijolo com revestimento, 3 utilizam taipa não revestida.

No que se refere à forma de coleta de lixo nos domicílios, 203 domicílios têm coleta de lixo diretamente; em 3 o lixo é coletado indiretamente, em 71 é queimado ou enterrado na propriedade, em 2 é jogado em terreno baldio ou logradouro e em 1 tem outro destino.

Em Cachoeira, identificou-se que das 949 pessoas com deficiência no Cad único em março de 2020, 208 vivem em domicílios sem água canalizada. Com relação à existência de banheiros em Cachoeira, 13 vivem em residências sem banheiro; 383 não têm ligação com a rede coletora de esgoto. 52 pessoas usam energia sem medidor e 75 usam outra “outra forma” de iluminação. Quanto ao material predominante no piso das casas, temos 358 casas com cimento e 554 com cerâmica, lajota ou até mesmo pedra. Quanto ao material predominante das paredes dos domicílios temos: 790 utilizam tijolo com revestimento; em contrapartida 19 têm como material das paredes taipa não revestida. Desses 949 domicílios, 944 são particulares permanentes; 2 particulares improvisados e 3 são coletivos.

Em Cachoeira, a coleta de lixo, nesses domicílios, se apresenta da seguinte forma: em 595 o lixo é coletado diretamente; em 51 é coletado indiretamente, em 274 é queimado ou enterrado na

propriedade; em 19 é jogado em terreno baldio ou logradouro e em 5 tem outro destino.

As condições de privação a que estão submetidas pessoas com deficiência em Cachoeira e São Félix desafia assustadoramente os avanços científicos e tecnológicos a exemplo da genética, da clínica, da reabilitação e das estratégias de cuidado, educação e tecnologia da informação, bem como as ações e políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência na educação, saúde, trabalho e assistência social estabelecidas formalmente na legislação que são a base da longevidade, visibilidade e conquistas políticas das pessoas com deficiência (OMS, 2011; PEREIRA, 2018). Ao tempo em que o número de pessoas com deficiência em precárias condições de vida é pequeno em números absolutos ou relativos, cabe questionar o porquê das situações, sendo tão poucas, não terem sido solucionadas e se manterem em patamares semelhantes mês após mês nos registros do Cad Único.

Destaca-se que nos dois municípios pesquisados não foram identificados nem a partir dos dados do Sistema Único de Saúde⁴⁴, nem na observação local realizada pelos pesquisadores, serviços especializados em reabilitação ou outras modalidades de cuidado para atendimento às singularidades em saúde relacionadas à condição de deficiência.

Em relação ao acesso à educação entre as pessoas com deficiência com mais de 5 anos de idade em São Félix, 85,96% nunca frequentaram creche ou escola; e a cidade de Cachoeira registra, nesse mesmo quesito, o percentual de 84,35%. Verificou-se a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010 que, em Cachoeira, 6.151 pessoas com pelo menos um tipo de deficiência são alfabetizadas, equivalente a 74,17%, 2.141 não são alfabetizadas, o equivalente a

⁴⁴ Informações do DATASUS Tabet disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> acesso em 15 de maio de 2020.

25,8%. Em São Félix, na mesma categoria, são 2.045 alfabetizadas (70,8%) e 843 não alfabetizadas (29,1%).

Verifica-se que as cidades de São Félix e Cachoeira apresentam, respectivamente, 9 e 20 escolas (públicas e particulares) que atendem crianças entre 05 e 09 anos de idade. Das crianças com alguma deficiência entre 5 e 9 anos de idade, 12,55% residentes em Cachoeira não frequentavam creche ou escola. No município de São Félix contabilizam-se 8,40% dessas crianças sem acesso ao ensino regular, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010.

Anão frequência à escola, ainda que por um percentual pequeno da população, revela uma questão de grande magnitude, uma vez que se trata de violação de direitos da criança e descumprimento da legislação, denotando precariedade de acesso da criança com deficiência. O primeiro aspecto da Educação Inclusiva, o acesso, não vem sendo cumprido, cabendo questionar a atuação do Estado na direção da prioridade para a atenção à criança e à pessoa com deficiência.

Considerações finais

Os municípios de Cachoeira e São Félix, separados por um rio, unidos por uma ponte e por semelhanças culturais, têm em comum indicadores que apontam para a pobreza e exclusão das pessoas com deficiência. Em torno de 10 a 20 por cento das suas populações, as pessoas com deficiência são invisibilizadas no cotidiano das duas cidades que expressam, num mosaico local, a condição de opressão global a que este segmento populacional ainda é submetido. Além disso, os municípios apresentam condições precárias de mobilidade, seja pela arquitetura, seja pelos morros que compõem a sua topografia, o que possivelmente contribui para justificar o fato da não identificação das pessoas com deficiência durante a observação da equipe de pesquisa em Cachoeira e São Félix.

Situações de privação e violação de direitos vivenciadas por pessoas com deficiência estabelecem condição de iniquidade, configurando também uma relação entre deficiência e pobreza compreendida não apenas como ausência ou privação de recursos materiais, mas a negação de acesso a direitos, comprometendo a emancipação da pessoa com deficiência.

Os municípios estudados expressam a relação entre pobreza, deficiência e saúde nas condições precárias de moradia que aumentam o risco de adoecimento físico e de mortalidade. Os serviços de saúde mais complexos, incluindo a reabilitação, estão entre 23 e 110 km, de modo que não se cumpre a recomendação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sobre acesso a serviços de saúde próximos à residência, configurando violação do direito à saúde. Também não foi identificada a existência de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência nos municípios, o que demonstra que o protagonismo das pessoas com deficiência não alcança espaços de participação política.

A pesquisa revela que se faz necessário alinhar ao debate sobre deficiência na perspectiva do modelo social da deficiência, os marcos do estudo sobre Políticas Sociais bem como a Análise de Políticas Públicas, que é capaz de perguntar não só por indicadores e características da política, mas pela relação entre os diferentes agentes, as ideias e interesses em jogo, a configuração da intervenção e a “diferença” que faz (DEUBEL, 2002; SOUZA, 2007; CAPELLA, 2007).

Referências

ABBERLEY, P. The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory of Disability. *In*: BARTON, L., OLIVER, M. **Disability Studies: Past Present and Future**. Leeds: The Disability Press, 1997. p. 160-178.

BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**/Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

BARNES C, SHELDON A. Disability, politics and poverty in a majority world context. **Disability & Society**, 2010; 25(7), p. 771-782.

BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss; 2009. p. 323-338.

_____. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *In*: HOCHMAN et al. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 87 - 122.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). **As causas sociais das iniquidades em Saúde no Brasil**. Relatório Final da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Fiocruz, abril de 2008. 216 p. Disponível em: www.cndss.fiocruz.br/home/relatorio.pdf Acesso em: 23 de novembro de 2011.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. La salud entre las ciencias de la vida y las ciencias sociales. **Cuadernos Medico Sociales**, 77, 2000, p. 19-33.

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 5, Número 8, São Paulo, Junho de 2008, p. 42-59.

DEUBEL, A. N. R. **Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002. 232 p.

HUNT, P. **Stigma: The Experience of Disability**, London: Geoffrey Chapman, 1966. 176 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de 2000**. Sistema de Recuperação de Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de 2010**. Sistema de Recuperação de Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil> Acesso em: 23 de maio de 2020.

MEDEIROS, M; DINIZ, D; BARBOSA, L. Deficiência e igualdade: o desafio da proteção social. *In*: DINIZ, D; MEDEIROS, M; BARBOSA, L. (orgs.). **Deficiência e igualdade**. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 9-18.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Deficiência**. World report on disability 2011. São Paulo: SDPcD, 2012. 334p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-disability> Acesso em: 05 de junho de 2020.

PAIM, J. S. Direito à Saúde, cidadania e Estado. **8ª Conferência Nacional de Saúde**. Mimeo, 1986. 33 p.

PEREIRA, S. O. **Para não ser o etcetera**. Cruz das Almas: EDUFRB; 2018.

SANTOS, B. S. A Crítica da Razão Indolente: **contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 415 p.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In*: HOCHMAN et al. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65 -86.

Saúde mental e gênero: a invisibilidade da violência

*Adriely dos Santos Matos
Leandro Ribeiro Azevedo
Márcia da Silva Clemente
Simone Brandão Souza*

Introdução

O presente capítulo, intitulado *Saúde mental e gênero: a invisibilidade da violência* tem como objetivo a análise das articulações existentes entre a política de saúde mental e a necessidade da visibilidade da questão de gênero na política, dando ênfase aos aspectos concernentes à violência e à atenção que os profissionais ensejam à questão. Nesse sentido, estamos falando das diferentes formas pelas quais se manifestam essas violências, sejam elas: física, moral, psicológica, sexual, patrimonial, entre outras.

Nossa preocupação de pesquisa surge a partir das reuniões do grupo LES/UFRB — Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade do CAHL/UFRB, fundado em 2012. No campo do ensino, realizamos supervisões de estágio curricular e oferta de disciplina na área de saúde mental e por fim a orientação e escrita do trabalho de conclusão de curso voltado para a temática acima citada. E no campo da extensão destacamos que, entre os anos de 2010 e 2015, desenvolvemos três projetos sobre a promoção da saúde mental no município de Cachoeira, ambos em parceria com o CAPS/ Ana Nery⁴⁵.

45 São os três projetos e seus objetivos : 1) Serviço Social e Saúde Mental: a extensão universitária nos parâmetros da reforma psiquiátrica",buscou-se compreender a prática profissional do assistente social junto aos usuários, às suas famílias e à rede socioassistencial de atendimento 2) e o, "A promoção da Saúde mental no CAPS Ana Nery no município de Cachoeira" teve como objetivo , potencializar as atividades desenvolvidas no CAPS/Ana Nery, visando discutir com a rede de atendimento a política de humanização da saúde junto com as pessoas acometidas pelo sofrimento mental e seus nexos com os princípios da reforma psiquiátrica. E 3) "Metendo a colher com a Lei Maria da Penha, que tinha por objetivo o mapeamento da violência contra a mulher em Cachoeira e a realização de grupos operativos nos CRAS e CREAS de Cachoeira.

O tripé ensino, pesquisa e extensão favoreceu a escrita do presente capítulo, garantindo uma das missões da universidade pública que é a indissociabilidade dessa tríade. A síntese dessas discussões encontra-se exposta em três tópicos. O primeiro trata do breve panorama da Política de Saúde Mental no Brasil, o segundo da conceituação e das expressões da violência de gênero, e o terceiro, e último, trata dos resultados da pesquisa de campo realizada no CAPS Ana Nery em Cachoeira sobre a Violência e o adoecer mental das usuárias do CAPS Ana Nery: O olhar da equipe interdisciplinar da instituição.

Saúde mental no Brasil

A pretensão deste tópico é fazer uma breve discussão sobre a Política de Saúde Mental no Brasil, que tem um marco histórico importante. Estamos nos reportando ao movimento de Reforma Psiquiátrica e ao movimento de Reforma Sanitária das décadas de 1970 e 1980. Particularmente, o movimento da Reforma Psiquiátrica foi consolidado na década de 1980 e envolveu transformações no campo assistencial e em quatro outros: o teórico-conceitual, o técnico-assistencial, o jurídico-político e o sociocultural (AMARANTE, 1995). Assim:

Na prática, essas mudanças foram o solo fértil onde germinou o paradigma psicossocial de atenção a saúde mental. Em oposição ao paradigma asilar – no qual o indivíduo era visto como um “doente mental”, personificado pela doença e que ameaçava a sociedade por oferecer risco à sua integridade e à de seu grupo social, devendo por isso ser excluído do convívio social por meio da internação, o modelo de atenção psicossocial desencadeou a desconstrução do modelo clássico de abordagem psiquiátrica da loucura ao reconhecer direitos e cidadania das pessoas com transtornos mentais e considerar as dimensões biopsicosocioculturais na atenção em saúde mental. A mudança de foco da doença

para o indivíduo permitiu eclodir de novos saberes e práticas no campo da psiquiatria e saúde mental (COSTA-ROSA, 2000, p. 27).

Esse movimento delineou uma nova forma de tratamento das pessoas que se encontram em sofrimento psíquico, uma forma humanizada. Nesse bojo, desenvolveu-se a Reforma Psiquiátrica Brasileira, impulsionada por tal movimento e pelo contexto internacional de críticas às práticas de violência e maus-tratos nos manicômios. A Reforma Psiquiátrica previu a substituição desse tipo desumano de tratamento por um trabalho interdisciplinar, tendo a coparticipação da família.

Nesse sentido, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) teria um lugar privilegiado nessa perspectiva de reforma, como um espaço onde os usuários cotidianamente exercem atividades no período diurno, retornando para suas residências no período noturno. O CAPS é um serviço de saúde preconizado pelo SUS, sendo uma referência no tratamento de pessoas que possuem algum tipo de transtorno/doença mental, tais como neuroses (depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo etc.) e psicoses (esquizofrenia e transtorno bipolar), entre outros sofrimentos mentais. Atende adultos, crianças e também usuários de álcool e outras drogas. Costa afirmou que:

[...] a política trata da garantia de direitos aos portadores de transtorno mental e, como tal, se propõe à efetivação desses direitos. Para tanto, ela passa a ser operacionalizada de acordo com o modelo de gestão, de organização da política que é pensado a partir dos princípios do SUS – Sistema Único de Saúde: universalidade, acessibilidade, controle social, participação social, integralidade, entre outros, seguindo as diretrizes da descentralização político-administrativa (COSTA, 2016, p. 109).

O que se tinha antes no atendimento destinado às pessoas com algum transtorno mental era vinculado ao uso da camisa de força, aos eletrochoques, à lobotomia, ao abandono entre outras características. Vasconcelos (2008), organizador do livro *Saúde Mental e Serviço*

Social: o desafio da subjetividade e interdisciplinaridade, identificou um panorama de processos históricos internacionais, responsáveis pelo movimento de desinstitucionalização do tratamento aos doentes mentais.

Esse histórico nos reporta ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas crises conjunturais, nas quais as pessoas acometidas de transtornos mentais se tornam objeto de políticas sociais, pautadas ora pelo asilamento, ora pela desinstitucionalização. No campo da resistência às práticas desumanas na assistência em saúde mental destacam-se os trabalhos de Nise da Silveira e de Ivone Lara, médica e assistente social, respectivamente, que foram pioneiras em tratamentos humanizados na área da saúde mental. Graziela Scheffer (2016) destaca a presença fundamental de ambas e suas propostas inovadoras, reconhecidas como pioneiras no campo da saúde mental:

Dona Ivone Lara passou toda a sua vida profissional no campo da saúde mental no Centro Psiquiátrico Nacional D. Pedro II, no Engenho de Dentro, que foi de 1947 até 1977. Durante esse período trabalhou com a dra. Nise da Silveira, que foi sua supervisora e estava iniciando uma proposta terapêutica inovadora, ligada à arte. Doutora Nise da Silveira era minha supervisora no Serviço Social. Ela ainda não tinha fundado a Casa das Palmeiras nem começado a fazer tratamentos revolucionários, mas já sabia que era importante avaliar a família dos pacientes... A pioneira era responsável por fazer articulação extramuros entre paciente, família e comunidade. Com apoio da Dra. Nise da Silveira, ela também deu início às primeiras atividades musicais com os internados, que chamava “Dia para os Doentes”. “Nesses dias especiais, a gente organizava alguns internos que queriam se apresentar, dançar, cantar, e eram essas atividades mais estimulantes pelo método da doutora Nise, que começava ser posto em prática (SCHEFFER, 2016, p. 16).

A partir do ano de 1964, período posterior ao golpe civil-militar, é criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. O Estado

passa a comprar serviços psiquiátricos do setor privado, assim Amarante considerou que:

A doença mental torna-se definitivamente objeto de lucro, uma mercadoria. Ocorre sim, um enorme aumento no número de vagas e internações em hospitais psiquiátricos privados, principalmente nos grandes centros urbanos. Chegasse ao ponto de a Previdência Social destinar 97% do total dos recursos de saúde mental para as internações de rede hospitalar (AMARANTE, 1995, p. 90).

O Livro *O Holocausto Brasileiro* (2013), revela a prática eugenista contra todo tipo de gente indesejada, e o recorte de raça e gênero se evidencia na seguinte passagem:

[...] o público era variado, porém homogeneamente marginalizado: filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade, esposas trocadas por amantes, prostitutas, funcionárias estupradas pelos patrões, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados (ARBEX, 2013, p. 26).

As vidas acima descritas são consideradas como indesejáveis ao sistema. Portanto, em nosso trabalho não podem ser tratados apenas aspectos que privilegiam um determinado ponto de vista, ou narrativa – branco, burguês, heteronormativo, isto é, a narrativa dos opressores. Seja em atitudes individuais, sejam revestidas pela omissão/ação do Estado coercitivo nas vidas das classes subalternas, essas características têm se configurado com uma das facetas mais evidentes da necropolítica⁴⁶, ou seja, como os aparelhos do Estado,

46 : “É um poder de determinação sobre a vida e a morte ao desprover o *status* político dos sujeitos. A diminuição ao biológico desumaniza e abre espaço para todo tipo de arbitrariedade e inumanidade. No entanto, para o sociólogo há racionalidade na aparente irracionalidade desse extermínio. Utilizam-se técnicas e desenvolvem-se aparatos meticulosamente planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte. Ou seja, não há, nessa lógica sistêmica, a intencionalidade de controle de determinados corpos de determinados grupos sociais. O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio”.

sejam repressivos, ideológicos, ou coercitivos determinam quem pode viver e quem deve morrer: “o Estado também está mergulhado em diversas outras redes de poder social, como no caso das relações de patriarcado, raça, crença etc” (MASCARO, 2013, p. 64).

Na direção contrária, defendemos a manutenção e sustentabilidade do SUS através do financiamento público. Em mais de vinte anos de consolidação do SUS, foram construídos resultados que impactaram de forma positiva na saúde da população usuária dos serviços. Em contrapartida, muitas dificuldades foram verificadas para garantir o pleno funcionamento do sistema de saúde em condições adequadas. Um dos aspectos-chave, que demanda um enfrentamento significativo, diz respeito à universalização efetiva do acesso à saúde, a mudança no modelo de atenção e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Os setores privatistas na saúde continuam avançando e destruindo o que há de público em nosso sistema de saúde.

De acordo com Bravo (2010), o Sistema Único de Saúde, desde sua criação, vem sendo constantemente desafiado e, na atualidade, os desafios são muitos para continuar público e universal. A Reforma do Estado ou Contrarreforma é outra estratégia e parte do suposto de que o Estado se desviou de suas funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo, colocando em xeque o modelo econômico vigente (BRAVO, 2000). A conjuntura que estamos implicados e vivendo no Brasil e, em algumas partes do mundo, diz respeito à ascensão do fascismo como ideologia, e da indiferença às vidas perdidas em decorrência da pandemia do COVID-19. No Brasil a situação é grave, pois trata-se de um ambiente de perdas no âmbito do debate público e da democracia, tendo como característica o desmonte radical nas políticas públicas e sociais em um curto espaço de tempo, sem respostas eficazes das forças sociais progressistas. A esse respeito, Tatiana Brettas (2019) apontou:

Em 2016, a gestão orçamentária mudou substantivamente. As alterações mencionadas

foram complementadas – e quem sabe até, futuramente, substituídas – por alteração constitucional que eleva a política de ajuste fiscal a outro patamar. Trata-se da constitucionalização do ajuste por meio do estabelecimento de um Novo Regime Fiscal, por meio da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que revoga importantes vinculações orçamentárias conquistadas e congela os gastos primários por vinte anos (BRETTAS, 2019, p. 158).

No ambiente de reprodução social do capitalismo, a saúde como um todo torna-se mercadoria. Ocorre, dessa forma, uma disputa no plano das superestruturas, isto é, o capital procura se desonerar dos custos de reprodução da força de trabalho fazendo com que o Estado o assuma. No Neoliberalismo, o indivíduo assume os custos da sua própria reprodução social via mercado. Paga-se por tudo: saúde, educação, previdência etc. Aliado a isso, o fundo público passa a ser disponibilizado para o capital por meio da mercantilização, assistencialização e privatização da Seguridade Social, Saúde, Previdência e Assistência.

A conjuntura perversa que estamos vivendo faz com que a população, por exemplo, em termos de saúde mental, atravesse a pandemia sofrendo com uma profunda desigualdade social e racial. Por isso, precisamos investir em iniciativas que busquem tratar da saúde mental e da violência contra a mulher sob o ponto de vista crítico daquele que está do lado da resistência, afinal somos resistência em qualquer lugar que ocupemos nesta sociedade. Vidas negras importam, vidas das mulheres importam, vidas LGBT's importam, vidas que lutam contra a opressão importam. A seguir iremos tratar da conceituação e expressões da violência de gênero.

Conceituando e expressões da violência de gênero

O debate de gênero perpassa a discussão das diversidades, identidades e diferença. Requer conhecer as formulações concei-

tuais e históricas sobre gênero e sexualidade. Questionar a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade como sistemas políticos e normativos do gênero e da sexualidade. Reconhecer as lutas e conquistas dos movimentos feministas, LGBTI+ e *Queer* e as sexualidades dissidentes e as múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade: desnaturalizando gênero e as sexualidades hegemônicas. Promover o debate das intersecções entre gênero, raça, sexualidade e outros marcadores sociais de diferença e os desafios postos à política contemporânea.

A violência de gênero, em suas diferentes formas, se configura como um elemento estrutural da sociedade e expõe cotidianamente mulheres as suas inúmeras consequências, dentre as quais o sofrimento psíquico. Ao usarem o termo gênero para destacar o caráter social e relacional das distinções feitas com base no sexo, feministas demarcaram um fértil campo de pesquisa que contrapôs as teorias naturalísticas hegemônicas em vigor na década de 1960.

Contudo, as pesquisas subseqüentes não incorporaram o conceito de gênero de modo homogêneo, criando uma variedade de interpretações que podem ser resumidas ao menos em três posições teóricas: a primeira, direcionada ao estudo das origens do patriarcado; a segunda, de base marxista, comprometeu-se com a busca de uma explicação material para as desigualdades de gênero; e uma terceira, fundamentada em escolas da psicanálise, dedicou-se à análise da reprodução da identidade de gênero no sujeito (SCOTT, 1989).

Na concepção proposta por Joan Scott (1989), gênero é um constructo dotado de elementos sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, que também se configura como uma forma de significar as relações de poder. Nesse sentido, engloba símbolos culturalmente definidos, conceitos normativos que limitam

as “possibilidades metafóricas”, arranjos políticos e uma identidade subjetiva⁴⁷.

Na sociedade brasileira, como também em outras, homens e mulheres não ocupam o mesmo espaço. Como todo processo cultural é apreendido pelos seres inseridos em determinada sociedade, é transmitido por gerações que constituem o meio social onde vive. Assim, a identidade social da mulher, como a do homem, é construída através de distintos papéis, por isso, para Lucena (2010, p. 24), “o gênero, classe, raça/etnia e violência articulam-se na totalidade social e se constroem/reproduzem cotidianamente nos processos de socialização familiar, escolar e na divisão social (e sexual) do trabalho”. Na construção desse debate, se torna essencial destacar, de acordo com Clemente (2019), a contribuição dos feminismos negros, assim:

As mulheres negras são detentoras de importantes e significativos conhecimentos, que por séculos foram mantidos a margem e silenciados pelo circuito hegemônico da produção científica. Os feminismos negros, nesse sentido, vêm se constituindo como epistemologia, na medida em que, tem possibilitado as autoras negras, explicitarem suas experiências e os desafios que enfrentam, para garantia da vida em contextos sócioeconômicos marcados por tantas desigualdades (CLEMENTE, 2019, p. 63).

A partir da perspectiva interseccional, as intelectuais negras estão produzindo análises importantes sobre a realidade do povo negro, como afirmou Collins:

[...] uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com

47 Os estudos de Saffiotti trazem um importante debate de classe e gênero para o Brasil. De acordo com a autora (1995), o gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante do qual o mundo é apreendido pelo sujeito e logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo (SAFFIOTTI, 2004).

sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 100).

O estudo da violência de gênero também contribuiu igualmente para aprofundar as análises dos condicionantes sociais e culturais envolvidos nas relações de gênero. Expressões como violência contra mulher, violência doméstica, violência familiar, violência conjugal e violência de gênero têm sido usadas com sentidos mais ou menos equivalentes (ALMEIDA, 2007). Contudo, conforme Bandeira (2014), a categoria violência de gênero pressupõe ações violentas nos domínios relacionais, sociais e históricos. Quer sejam físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, essas ações são formas de estabelecer relações de submissão ao poder masculino, resultando em “situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher” (BANDEIRA, 2014, p. 460).

Na condição de força social, a violência é capaz de alienar o corpo do próprio indivíduo, fazendo com que sua construção seja pautada por um modelo cultural esperado, estando as divergências sujeitas às sanções. As expectativas sobre as sexualidades femininas e masculinas ilustram esse fenômeno. Uma vez que se espera que mulheres sejam recatadas e reprimam sua sexualidade em nome da “honra” e que homens sejam sexualmente ativos e dominantes, a manutenção do controle da sexualidade feminina pelo homem é requisito indispensável para o alcance do ideal de masculinidade.

Quando as condutas sexuais das mulheres escapam a esse controle, seus companheiros ou “ex’s” recorrem frequentemente a atos violentos visando à manutenção de seu *status* masculino. Bandeira (2017) nos lembra que metade dos crimes de feminicídio no Brasil ocorrem mediante pedido de separação ou suspeita de adultério. Vê-se, portanto, que submeter-se às condutas baseadas nos modelos

de gênero hegemônicos tem sido critério de sobrevivência ou morte para mulheres, cis ou transgênero, em nosso contexto.

De acordo com Zanello (2014), uma vez que a constituição psicológica se desenvolve sob forte influência das relações e expectativas sociais de gênero, havendo inclusive caminhos privilegiados de subjetivação específicos para homens e mulheres, não se pode desconsiderá-las na formação do próprio sintoma, sob o risco de ignorar o real sentido do sofrimento dos sujeitos. Desse modo, observa-se que a impossibilidade de cumprir os requisitos estabelecidos para o gênero socialmente atribuído está frequentemente associada ao sofrimento psíquico. Em pesquisa realizada junto a usuários de um Centro de Atenção Psicossocial de Brasília, Zanello, Fiuza e Costa (2015), observaram que a diminuição da virilidade laborativa, sexual e física estiveram presentes nos relatos dos pacientes do sexo masculino como as experiências mais estressantes que vivenciaram. Assim, a perda do *status* de provedor financeiro e da potência sexual são importantes fatores etiológicos de adoecimento mental em homens. Tais papéis sociais são tão profundamente constitutivos da subjetivação que, mesmo entre pacientes psicóticos, os papéis de gênero podem ser identificados no conteúdo das alucinações e delírios.

De modo análogo, os descumprimentos das expectativas de gênero também assolam o público feminino. A mesma pesquisa apontou que “falhas” nos processos de maternidade (não poder ter filhos ou amamentar), incapacidade de cumprir os deveres de esposa ou se encaixar no padrão estético estão por trás do adoecimento de mulheres. Ser obesa, idosa ou negra, em uma sociedade liofóbica, avessa ao envelhecimento e racista, tem provocado sobrecargas emocionais em mulheres com estes perfis.

Contudo, as violências físicas, psicológicas e sexuais ainda são o principal risco à saúde mental das mulheres, embora tais ocorrências

sejam invisibilizadas pelos profissionais que, frequentemente, não consideram os aspectos contextuais na elaboração dos diagnósticos. Como resultado, mesmo quando é identificada a agressão contra mulheres, os profissionais de saúde raramente a notificam ou encaminham as vítimas para as unidades especializadas.

A invisibilização desses casos, a propósito, tem se mostrado como um mecanismo eficaz na perpetuação da subjugação das mulheres. Ou seja, na medida em que não se reconhece a violência de gênero como um fator importante para a saúde mental das mulheres, tende-se a medicalizar um problema social que continua a vitimizar centenas de mulheres diariamente (PEDROSA; ZANELLO, 2016). No campo da saúde mental, muitas profissionais ainda não têm uma visão crítica sob a perspectiva do gênero no diagnóstico. Na etiologia dos transtornos, são levantadas questões sobre as especificidades dos corpos femininos e masculinos, na medida em que essas diferenças colocam os sujeitos em posições e condições sociais diferentes. Isso, por sua vez, pode levar a algumas situações traumáticas durante a infância como o abuso sexual (sendo as meninas as principais vítimas) e acarretar transtornos mentais na fase adulta (SILVA; ZANELLO, 2012). Diante disso, percebe-se que alguns sintomas da saúde mental são engendrados, portanto, torna-se necessário um olhar mais detalhado nas expressões dos transtornos mentais, levando em consideração os papéis e valores de gênero, na ideia de buscar diferentes diagnósticos para homens e mulheres. Afinal, analisar as questões de gênero na saúde mental, vai além do sofrimento psíquico que muitas mulheres apresentam durante sua vida, ou seja, contextualizar os aspectos e questões sociais os quais envolvem a vida da mulher, bem como o reconhecimento na sobrecarga das responsabilidades postas pela sociedade, constituem-se como fatores fundamentais para encontrar soluções para uma melhor qualidade de vida dessas pessoas. Os

registros do SUS sobre internações psiquiátricas, entre 2000 e 2002 (SIH/SUS), embora seja um recorte temporal curto, demonstram que houve uma diminuição do total das internações psiquiátricas a partir de 2001. No entanto, as internações de mulheres motivadas pelo sofrimento causado pelos transtornos de humor (afetivos) vêm aumentando proporcionalmente.

A epidemiologia é uma disciplina básica da saúde pública voltada para a compreensão do processo saúde-doença no âmbito de populações, aspecto que a diferencia da clínica, que tem por objetivo o estudo desse mesmo processo, mas em termos individuais. A partir desses estudos e da etiologia, percebe-se que os aumentos das internações psiquiátricas das mulheres são motivados principalmente por fatores internos (sofrimento, depressão, baixa- autoestima, mau humor), interligadas com o dispositivo amoroso, deixando-as mais vulneráveis no desenvolvimento de transtornos mentais, fazendo com que na maioria das situações busquem como saída, o uso de medicamentos.

Nesse contexto, as mulheres apresentam-se como sujeito e objeto do complexo médico -industrial, ou seja, elas são consideradas as principais consumidoras de bens e serviços diagnósticos e terapêuticos dos quais buscam através dos medicamentos, soluções para uma melhor qualidade de vida. No entanto, na maioria das vezes isso não acontece, deixando-as cada vez mais dependentes a esse sistema médico- industrial, tendo em vista que esses medicamentos podem apresentar na sua composição, substâncias psicotrópicas, consideradas pela Organização Mundial de Saúde como as principais produtoras de dependência (OLIVEIRA, 2000).

Contudo, entender toda essa dimensão que envolve a busca por uma melhor qualidade de vida das mulheres torna-se uma tarefa complexa, principalmente quando essas mulheres se encontram em situação de pobreza, onde os recursos são mais difíceis de obter

e conseqüentemente ficam mais vulneráveis às diversas doenças, sobretudo mentais. Diante disso, a OMS define o estudo da saúde mental para além dos determinantes biológicos e individuais, pois busca dentre os fatores sociais, econômicos e culturais analisar todo o contexto que envolve a vida da mulher, na tentativa de promover justiça e igualdade no bem estar mental. Sendo assim, as determinações nas relações de gênero, podem influenciar na manifestação de alguns transtornos entre homens e mulheres. Sendo nas mulheres os transtornos mais frequentes os de ansiedade, depressão, transtornos do pânico, transtornos.

Alguns autores procuram analisar através dos fatores sociais, econômicos e culturais, bem como nos aspectos biológicos e hormonais, a prevalência de alguns transtornos psiquiátricos nas mulheres. Sobretudo, levando em consideração a forma como mulheres e homens lidam com o estresse. Portanto, se torna fundamental fazer a interrelação entre os aspectos e fatores sob a variável do gênero para entender a diferença na prevalência de alguns transtornos mentais. Em seguida, trataremos dos dados de uma pesquisa de campo realizada no CAPS, Ana Nery, em Cachoeira, dando ênfase aos dados sobre a visibilidade da violência.

Equipe interdisciplinar: um olhar

O percurso metodológico para o desenvolvimento da pesquisa se inicia no levantamento, leitura e análise das referências bibliográficas e documentais, sobre o tema saúde mental e violência de gênero, a fim de tecermos considerações sobre o tema. O Local da realização da pesquisa de campo, realizada junto à equipe interdisciplinar do CAPS I Ana Nery no Município de Cachoeira, este espaço foi inaugurado em 26 de dezembro de 2006. O perfil das entrevistadas é o seguinte: a informante A é branca, divorciada, psicóloga

e tem 5 anos de atuação na profissão. A informante B é artesã e tem 6 anos de atuação na instituição. A informante C é branca, casada, assistente social com 5 anos de atuação e a informante D é branca, casada, atua como enfermeira há 4 anos. Abaixo iremos reportar alguns dados da pesquisa qualitativa realizada no ano de 2017, junto à equipe interdisciplinar do CAPS/ Ana Nery em Cachoeira.

O contexto da violência contra mulher e seu reflexo no adoecer mental, revelam as condições de discriminação, opressão e de violência sob as quais as mulheres vivem. Diante disso, esta pesquisa inicia-se com a preocupação de verificar, do ponto de vista dos profissionais do CAPS Ana Nery de Cachoeira-BA, quem são as mulheres que fazem tratamentos nessa instituição. Assim, quando perguntamos: Como você define as mulheres que procuram o CAPS Ana Nery? Quem são elas e o que elas necessitam? Obtivemos como resposta:

É importante lembrar que o CAPS atende pessoas com sofrimento psíquico grave e intenso. Assim, a mulheres que buscam a Instituição são aquelas que de certa forma já desenvolveram algum sintoma, estão adoecidas. E na maioria das vezes não identificam as causas desse sofrimento, e a violência só aparece depois de alguns atendimentos. Seja por vergonha, medo ou culpa. Em outros casos, elas são encaminhadas de outros serviços, principalmente o CREAS, que já identificou a necessidade do acompanhamento da equipe do CAPS (Informante A).

Defino como mulheres que merecem respeito, que precisam de cuidados, que precisam elevar sua auto - estima entender que elas ainda são muito importantes nesse mundo, que nem tudo está perdido e que elas não deixam ninguém abaixar a cabeça delas e acabar com o brilho da mulher, verdadeiramente brasileiras. Elas precisam de muito cuidado, carinho, se sentir fortalecida em várias ações que podem ser feitas dentro do CAPS, podem ser feitas no contexto da cidade, nas ações, nas atividades, com apoio de prefeitura, secretaria das redes, todas interagindo

em pros de causa justa maravilhosa, que eles são cidadãos de Cachoeira. (...) e elas as mulheres que muitas são negras, muitas já são discriminadas, não dão trabalho, tem medo até dessas pessoas dentro de casa pra fazer uma faxina, pra arrumar, cozinhar, porque muitas delas tomam medicações controlada, só quem não toma alguma medicação né? (Informante B).

Em seguida, foram indagadas sobre a definição de violência contra a mulher. Obtivemos as seguintes respostas:

Defino a violência contra a mulher como uma grave violação dos direitos humanos, demonstra claramente a desigualdade de gênero que ainda persiste na sociedade. O impacto dessa violência não é só individual, mas também na esfera familiar e na própria comunidade. Para mim, a violência contra a mulher está enraizada na nossa cultura, vemos comportamentos legitimados socialmente, e criando espaços para que a violência aconteça. Salários menores, colocar a mulher como objeto, achar que existem atividades femininas, como o trabalho doméstico, a “cantada” porque ela está de short, então está querendo alguma coisa, isso para mim são exemplos de violência contra a mulher (Informante A).

A violência contra a mulher são questões físicas, psicológicas muitas vezes causadas pelos companheiros que usam da sua força bruta para coagir e obrigar a fazer o que eles desejam, limitando a liberdade da mulher de expor suas vontades, mantendo sempre com o parvo. Violência contra mulher é qualquer ato que pode resultar em morte ou lesão física, sexual ou psicológica e isso acontece tanto nas famílias pobres como nas famílias ricas, não escolhe condição social, nem cor, nem raça, nada. A violência pode ser doméstica, pode ter violência no trabalho, abuso sexual muitas vezes (Informante C).

Indagadas sobre se os preconceitos e tabus que envolvem a violência contra a mulher em nosso meio têm tido algum impacto no atendimento ofertado pelo CAPS Ana Nery, as entrevistadas responderam:

Os preconceitos e tabus sempre tem impactos em todos os tipos de atendimentos, porque dificulta o trabalho seja ela do assistente social, do psicólogo, muitas vezes as pessoas não procuram o atendimento por vergonha com medo do preconceito, do tabu, sem saber como é que vai fazer, como a pessoa vai lidar, como é o atendimento, tudo isso causa impacto no atendimento, inclusive no CAPS a gente sofre muito isso, os pacientes muitas vezes não querem ir, que no querem serem tarjados de maluco, não querem passarem pela rua e ouvi: “aquele ali faz tratamento no CAPS, toma medicação” tudo isso, realmente tem impacto sim, em qualquer 92 atendimento, preconceitos causam danos as pessoas, muitas vezes não se cuidam e ficam aceitando tudo com medo do que as outras pessoas vão falar, dos tabus, dos preconceitos e das discriminações de uma forma geral (Informante C).

Sim, muitas mulheres não procuram o serviço por terem vergonha, que acha que vai sofrer preconceito por estar procurando esse tipo de serviço (Informante D).

Em relação à visibilidade e ao trabalho interdisciplinar que visa dar visibilidade aos casos de violência, as entrevistadas foram indagadas da seguinte forma: De que maneira você participa na discussão desses casos na equipe? Quais as suas atribuições/responsabilidades nessas discussões? Assim, obtivermos as seguintes respostas:

Na maioria das vezes a violência é identificada durante o acompanhamento psicológico, enquanto ela está sendo tratada pelos sintomas que a fez procurar o CAPS. Desta forma, sinalizo e envolvo outros profissionais neste acompanhamento. É muito comum o atendimento em conjunto. Ela é orientada também nos diretos que possui, sobre as instituições que existem para apoiá-la, caso ela escolha realizar a denúncia (Informante A).

A gente do Serviço Social, quando atende pessoas com violência, uma das atribuições é o atendimento individual, a gente recebe aquele paciente, faz o acolhimento, pega os dados, conversa, é tipo uma investigação (anamnese) a gente vai conhecer

toda a história de vida dessa pessoa. A gente tem que lembrar que violência contra a mulher, não é só mulher adulta, tem idosa, tem criança, tem adolescente. Então a gente faz entrevista, faz reuniões, a gente discute em equipe o melhor a se fazer com aquela paciente, que traz aquela demanda. Tem os atendimentos em grupo, tem os encaminhamentos para as redes que fazem atendimento a esse tipo de violência, os relatórios, pareceres, tudo isso. Esses instrumentos que fazem as pessoas que estão em situação de violência, ver a sua real situação e a gente têm que expor os direitos sociais, que estão sendo rompidos, a gente tem que ter também os sigilos profissionais. Muitas vezes quando a pessoa é atendida, não quer que isso seja exposto por outros profissionais, à gente tenta fazer os encaminhamentos para articular essa pessoa nesse processo todo. Tem que ver que muitas vezes trabalha em locais que não tem uma rede unida, que os encaminhamentos são feitos, mas a gente nunca tem um retorno, a gente orienta o familiar, a mulher ao CREAS e não sabe desse retorno, a gente faz relatório social, contando tudo aquilo que foi feito, que foi providenciado, que foi usado, utilizado (Informante C).

Os resultados da pesquisa qualitativa demonstram a necessidade de uma maior atenção dos profissionais para que fiquem mais atentos a essas situações, pois ao se tratar de uma instituição voltada para o tratamento psíquico, acabam se limitando aos fatores biológicos do adoecimento mental e muitas vezes as principais causas de tais sintomas podem passar despercebidas. Esse processo ocorre através da capacitação continuada e da sensibilização para o tema, esse movimento já se apresenta por parte dessas profissionais, junto com investimentos em políticas sociais, o que no Brasil não tem sido prioridade, muito pelo contrário, são mecanismos de contrarreforma que têm se afirmado do como tendência na atual conjuntura.

Assim, constitui como um grande desafio para a área de saúde mental lidar com essas situações, principalmente entendendo que a violência de gênero envolve uma complexidade de fatores, como o

poder, a discriminação, a dominação, portanto, tornando-se relevante identificar os pontos de interseccionalidades em que as vítimas se encontram (classe social, cor/raça/, escolaridade), entre outros fatores que podem influenciar na forma de intervenção para esses casos.

Considerações finais

Entendemos que a formação, a capacitação e o conhecimento da conjuntura política, econômica e social que envolve as políticas de saúde mental e de gênero aliadas, a organização da resistência junto as entidades e coletivos podem contribuir para a garantia e efetivação dos direitos sociais e para eliminação da violência de gênero.

Dessa forma, as mulheres que procuram o CAPS Ana Nery, por sua vez, não apresentam a violência como primeira demanda de atendimento, por isso os profissionais necessitam de um envolvimento através de um processo da sensibilização e da necessidade de problematizar os tipos de violência que as usuárias do serviço estão vivenciando. Nesse sentido, a preocupação das equipes e das redes de atendimento às usuárias no âmbito das políticas sociais deve estar voltada para oportunizar a visibilidade da violência de gênero no âmbito da saúde mental.

Referências

AMARANTE, P. (Org.). **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro.** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AZEVEDO, L.; COSTA, D.; CLEMENTE, M. **Violência de gênero e sofrimento psíquico na universidade:** com o que podem contar as estudantes? Seminário do PPGCS/ CAHL/UFRB, 2018.

BANDEIRA, L. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. *In*: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. **Mulheres e violências**: Interseccionalidades. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35

BISNETO, J. A. **Serviço Social e Saúde Mental**: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

BORGES, J. **Necropolítica na metrópole**: extermínio de corpos, especulação de territórios. Geledés. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>. Acesso em: 02/08/2020.

BRAVO, M. I. S. As políticas brasileiras de Seguridade Social: Saúde. *In*: CFESS/CEAD (Orgs.). **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 3: capacitação social. Brasília, DF: UnB/CEAD/CFESS, 2000.

BRETTAS, T. Podres Poderes do grande capital: a pilhagem do fundo público federal pós 1988. *In*: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (Orgs.). **Formação Social e Serviço Social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 145-164.

CLEMENTE, F. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras. 2019. 410 f.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – CCSA, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

COSTA, J. **História da psiquiatria no Brasil**: um recorte ideológico. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA-ROSA, A. O modo psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. *In*: AMARANTE, P. (org.). **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 141-168.

COSTA, T. **A política de saúde mental na contemporaneidade**: entre a inovação e o conservadorismo. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – CCSA, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COLLINS, P. Em Direção a Uma Nova Visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4). Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/reflexoesepraticasdetransformacaofeminista-1.pdf> Acesso em: 05 dez. 2017.

LUCENA, M. **Saúde, gênero e violência: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra**. Recife: EDUFPE, 2010.

MATOS, Adriely. **Violência contra a mulher e saúde mental: o olhar da equipe interdisciplinar do CAPS Ana Nery, Cachoeira-BA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

OLIVEIRA, C. S. **A assistência estudantil como instrumento de promoção da saúde: limites e possibilidades na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, v.16, p. 5-22. 1991.

SCHEFFER, G. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. **Serviço Social e Sociedade**. s.v., n. 127, p. 476-495, 2016.

VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2008.

ZANELLO, V.; SILVA, E.; PORTELA, C. (Org.). **Mulheres e violências: interseccionalidade**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

ZANELLO, V. A saúde mental sob viés de gênero, da semiologia e da interpretação diagnóstica. *In*: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Editora Appris, 2014.

Projeto de extensão “Ética em Movimento” na UFRB

*Albany Mendonça Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva
Débora Rodrigues Santos
Francisco Henrique da Costa Rozendo
Juliana Pinheiro Barbosa
Grasiele Mota Amorim
Anaise Alves Fonseca Silva
Vaislana Mairan Alves Dias de Souza
Verônica Mendes da França Silva
Zaira Ferreira da Silveira Santos*

Introdução

O debate da dimensão ética ganha centralidade no processo da formação e do exercício profissional, especialmente com a aprovação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, aprovado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e com a execução do projeto “Ética em movimento”, realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Considerando o estágio supervisionado como espaço propício para refletir acerca das questões éticas no processo de formação profissional, e no sentido de contribuir para apreensão da ética, além de estreitar as relações entre a academia e o exercício profissional, realizou-se o projeto de extensão “Ética em Movimento”, aprovado através de Edital da PROEXT/UFRB.

O referido projeto de extensão englobou ações de capacitação para profissionais de Serviço Social que atuam no Recôncavo baiano, professores (supervisores acadêmicos) e estudantes de Serviço

Social da UFRB, no sentido de contribuir para o conhecimento dos fundamentos éticos da profissão, especialmente das expressões éticas no exercício e na formação profissionais, principalmente na atividade de Estágio Supervisionado.

Nessa direção, a proposta deste capítulo é registrar e refletir sobre a experiência de extensão desenvolvida com os supervisores e discentes do curso de Serviço Social da UFRB, buscando evidenciar os debates suscitados ao longo das ações realizadas, assim como registrar a pertinência da extensão como campo de atuação profissional, reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ademais, fortalecendo o papel social da universidade.

Para tanto, o capítulo foi dividido em duas seções: na primeira, tecemos considerações sobre o debate da ética na formação profissional; no segundo momento, destacamos a análise sobre as ações desenvolvidas, apontando os desafios vivenciados nesta experiência; por fim, nas considerações finais, procuramos refletir acerca dos dilemas postos.

Ética versus estágio supervisionado

As reflexões sobre a ética profissional no processo de formação profissional são essenciais para situar o debate acerca dos valores, princípios e dilemas éticos. Em 1986 foi aprovado um novo Código de Ética representando uma ruptura com a ética tradicional que não se deu de forma isolada, mas expressando o amadurecimento da profissão a partir da Intenção de Ruptura, das novas bases de legitimação do Serviço Social e, principalmente, pela interlocução com a tradição marxista (SANTOS, 2018). O Código de Ética de 1986, em sua totalidade, intenta romper com o conservadorismo e as bases teóricas que influenciaram os códigos anteriores. Não obstante tais avanços, apresentou lacunas e foi reformulado. Assim, em 1993 foi aprovado o novo Código de Ética em vigor. Fundamentado no aporte teórico da

tradição marxiana e da Ontologia do ser social, o atual Código de Ética coloca em questão valores e princípios éticos que devem subsidiar as escolhas éticas e as ações dos/as assistentes sociais.

O debate ganha destaque com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 que propõem a transversalidade da ética no processo de formação profissional, inserida no núcleo dos fundamentos do trabalho profissional. Com isso, pode-se registrar que a ética ocupa um *locus* importante no processo de formação, contribuindo diretamente para a consolidação da direção social crítica do curso, que põe “[...] como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e, posicionando-se a favor da equidade e da justiça social” (NETTO, 1996, p. 116-117).

A partir da apropriação do aporte teórico de Lukács⁴⁸, em *Para uma Ontologia do Ser Social*, registra-se o avanço da discussão da ética, na tentativa de superar a ética tradicional (CARDOSO, 2013; 2017).

A apropriação referida acima possibilita a compreensão de que a ética se baseia no compromisso com valores na realidade e perpassa todos os campos da totalidade social. Mesmo com as limitações burguesas e políticas contemporâneas, é possível fazer escolhas éticas no exercício profissional, tendo por base os valores profissionais. Isto é, a ética implica a liberdade de escolha entre alternativas, especialmente no contexto político de desmonte do Estado e precarização das políticas sociais, os quais refletem diretamente nos espaços de atuação profissional.

48 Baseado na teoria marxistas e em argumentos Lukacs, Barroco (2005) explicita as bases ontológico-sociais da ética e analisa a trajetória do Serviço Social nesta esfera, evidenciando as diferenças significativas entre o *ethos* tradicional e o *ethos* de ruptura presentes em seu evoluir histórico. Suas reflexões e ensinamentos contribuem de maneira significativa para a compreensão e a consolidação do projeto ético e político hegemônico que objetiva a construção de uma sociedade radicalmente nova.

Considera-se pertinente que as escolhas dos profissionais sejam balizadas nos princípios, deveres e valores que estão presentes no Código de Ética, haja vista que este fundamenta a normatização da profissão e serve como aporte legal para o exercício profissional dos assistentes sociais (BARROCO, 2005).

O Código de Ética não é abstrato, mas sim concreto e presente no exercício profissional, por meio dos valores e princípios que estão presentes na vida cotidiana e permeiam as escolhas profissionais.

Para Barroco (2012, p. 35), o Código de Ética é um “[...] instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria”. Assim, o Código é um elemento importante para o compromisso da categoria com valores e princípios éticos que subsidiam as escolhas profissionais como parâmetros.

Os fundamentos ontológicos estão presentes no Código de Ética de 1993, nos seus princípios éticos que constituem possibilidades reais para que os profissionais confirmem uma tônica diferenciada ao seu exercício profissional, ainda que nos limites da sociedade burguesa, fortalecendo valores fundamentais para a construção de outra forma societária.

Nesse sentido, é preciso asseverar a importância dos elementos da ética marxista, especialmente da influência ontológica lukacsiana, que nos dá bases para compreender a capacidade ética do ser social, no sentido de fazer escolhas mediante as alternativas existentes para responder às necessidades, tomando como base os valores que devem estar presentes no exercício profissional e vivenciadas pelos/ as assistentes sociais na condição de sujeitos éticos.

Assim, os princípios fundamentais contidos no Código são articulados entre si e representam normas jurídico-políticas. Para a concretização destas no cotidiano profissional é preciso assegurar sua materialização no exercício profissional e fundamentar-se nelas diante das escolhas e dilemas éticos.

Daí a importância de refletir com os profissionais as escolhas balizadas nos princípios éticos e nos instrumentos legais, haja vista que os assistentes sociais têm a possibilidade de agir eticamente no exercício profissional por meio do compromisso com seus princípios e valores, bem como pela capacidade de refletirem eticamente.

Os princípios éticos são condizentes com os valores éticos da profissão e devem fundamentar as escolhas éticas dos/as assistentes sociais. Segundo Terra (2012), os princípios são parâmetros ideológicos que embasam a ética no exercício profissional, mas também são regras jurídicas que devem ser seguidas.

Portanto, se os princípios éticos forem desrespeitados, podem-se embasar no enquadramento de infrações éticas por parte dos/as Assistentes Sociais, ou seja, resultam em processos éticos que devem ser julgados conforme o Código Processual de Ética (Resolução do CFESS n.º 660/2013), que podem resultar em penalidades.

Consideramos que esse debate é central, principalmente, no cenário contemporâneo de muitas adversidades que se colocam para resistir, defendendo os princípios éticos da profissão que conformam o projeto ético-político, por meio de respostas profissionais e ético-políticas. Na concepção de Yamamoto (1998, p. 77), temos vários desafios, entre eles a “materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos”.

Nesse sentido, ressaltamos a pertinência de problematizar o significado da “materialização” desses princípios e fazer o contraponto do caráter ontológico que remete à ação dos homens, por meio da estrutura das posições teleológicas com os profissionais, nas atividades de extensão.

Destaca-se, assim, que a profissão convive com desafios ético-políticos. Um deles é a afirmação dos valores e princípios éticos no exercício profissional. Este desafio nos remete à necessidade da

reflexão do debate atual sobre a efetivação ou “materialização” dos princípios, dos valores e do projeto ético-político. Há de se ter ciência do significado ontológico da ética, para não afirmar que podemos incubi-la de materialidade, desconsiderando o seu caráter teleológico inerente. E a responsabilidade de ampliar essa discussão para o âmbito da formação profissional por meio das disciplinas e demais atividades curriculares, mas também com atividades de pesquisa e extensão. Tais elementos foram centrais para direcionar as atividades do projeto de extensão realizado, a ser problematizado na sequência.

Desafios da capacitação

Diante do exposto, registra-se a experiência de extensão desenvolvida no âmbito do curso de Serviço Social da UFRB, que colocou em questão a discussão da materialidade da ética na formação e exercício profissional, centrada nos princípios da responsabilidade social da universidade e da preocupação em priorizar as ações de capacitação dos supervisores de estágio.

Essa experiência priorizou o debate da ética e respaldou-se na proposta desenvolvida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o “Ética em Movimento”⁴⁹. Motivada, também, pela comemoração dos 25 anos do Código de Ética dos/as assistentes sociais, caracterizado pela ruptura com um viés conservador e respaldado em princípios éticos acima elucidados.

Para realização do projeto de extensão, priorizou-se o investimento em ações de capacitação com profissionais que contribuem para a universidade ao serem supervisores de estágio, atividade formativa central para o curso de Serviço Social. Também

49 Desde o início dos anos 2000, o conjunto CFESS/CRESS realiza um conjunto de ações de capacitação no campo da ética através do projeto Ética em Movimento visando à formação de agentes multiplicadores/as que desenvolvem os cursos nos seus regionais como fruto das deliberações do eixo de Ética e Direitos Humanos. Este projeto possibilita reflexão e capacitação para assistentes sociais de todo o Brasil em quatro módulos e são organizados pelos conselhos regionais.

foi considerado importante envolver os discentes que estão em campo de estágio e partícipes do processo formativo. Considerou-se relevante envolver o CRESS, os Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) e os campos de estágio, na direção de fortalecer as parcerias institucionais já existentes, e a possibilidade de novas parcerias, por meio da constituição do Fórum de Supervisores de Estágio na região.

Cabe registrar que a preocupação em realizar ações de capacitação envolvendo os supervisores tem sido uma premissa do curso de Serviço Social, ao longo dos seus mais de 10 anos⁵⁰ de existência, buscando valorizar a capacitação continuada destes profissionais. Desde 2010, com a primeira versão do projeto, as ações estão sendo desenvolvidas nessa direção. Portanto, a continuidade deste coloca-se como central no sentido de proporcionar uma reflexão sobre as questões éticas.

A realização do projeto foi uma ação relevante como retorno da universidade aos/as assistentes sociais que supervisionam estágio na área de Serviço Social como forma de capacitação.

Constituiu-se em um espaço privilegiado para a ampliação do debate e reflexão ética. O projeto teve como objetivos: a) ampliar os espaços de discussão acerca das questões éticas no exercício profissional; b) capacitar estudantes e assistentes sociais supervisores dos campos de estágio vinculados à UFRB.

O projeto foi realizado por docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFRB e por docentes parceiros de outras instituições. Foi realizado entre julho e dezembro de 2018, através de oficinas em duas etapas: a primeira entre agosto e outubro; a segunda entre outubro e dezembro.

50 A criação do curso de graduação de Serviço Social, proposta pela comissão de expansão do CAHL, foi aprovada pelo Conselho Diretor do Centro em 29 de março de 2007 e seu reconhecimento se dá em 2012, com Nota 4. Em agosto de 2018 foi realizado um evento comemorativo aos dez anos do curso. Na ocasião, durante uma mesa sobre estágio em Serviço Social, nosso projeto de extensão foi lançado, sendo desenvolvido até dezembro daquele ano.

Utilizou-se uma pesquisa-ação que integrou as seguintes fases: levantamento das instituições campos de estágio e dos profissionais de Serviço Social nelas inseridos; realização das oficinas temáticas, que discutiu o debate da centralidade do estágio como eixo fulcral na formação profissional e na relação da ética com o Serviço Social; e também fomentou uma discussão sobre os desafios para a profissão no campo da ética e dos direitos humanos.

O projeto também trouxe discussões referentes aos desafios éticos no exercício profissional; aos Princípios Éticos do Código de Ética de 1993 e ao debate sobre “Mulheres negras e racismo”; bem como à temática relacionada aos Instrumentos Processuais⁵¹. Ressaltamos que as oficinas oportunizaram problematizar com os profissionais as questões relacionadas aos princípios e valores éticos, assim como os dilemas éticos.

Nessa direção, as discussões suscitaram o entendimento dos profissionais sobre a importância da dimensão ética no exercício profissional, compreendendo que a dimensão ético-política reúne o arsenal de princípios, valores, direitos e deveres éticos, aliados às normatizações regulamentadas pelo CFESS e aos princípios formativos das Diretrizes Curriculares. A ontologia social possibilita a normatização de princípios comprometidos com valores ético-políticos emancipadores.

Os assistentes sociais têm a possibilidade de agir eticamente no exercício profissional por meio do compromisso com seus princípios e valores, bem como pela capacidade de refletirem eticamente.

A realização do projeto possibilitou, ainda, que as/os profissionais discutissem sobre a direção ontológica que respalda os valores profissionais e que deve embasar as suas escolhas e

⁵¹ Refere-se à discussão/orientação acerca dos procedimentos relativos à instalação de processos éticos nas instâncias do conjunto CFESS/CRESS em consonância com o Código Processual de Ética e o Código de Ética Profissional.

ações, afirmando assim a responsabilidade política de provocar tais reflexões, tanto no campo profissional e/ou exercício profissional, bem como possibilitou demarcar os desafios que estão postos a partir das questões elucidadas pelos profissionais no projeto.

As discussões possibilitaram que as/os profissionais relatassem suas indagações e refletissem sobre a dimensão ético-política como arcabouço ético do Serviço Social, para enfrentar os desafios postos para sua materialização numa conjuntura difícil. Agindo dessa forma, reafirmou a necessidade de lutar pela afirmação destes princípios como valores que embasam nossas decisões e escolhas éticas! É isso que temos feito nesses vinte e sete anos da aprovação do código de ética de 1993.

As/os Assistentes Sociais que participaram do projeto destacaram que buscam fundamentar nas dimensões expostas acima, para dar respostas qualificadas às demandas da realidade social de forma consoante com seus princípios formativos, valores éticos e saberes teóricos. Dessa forma, o Código de Ética Profissional em vigor explicita a direção social estratégica, impulsionada pela renovação crítica do Serviço Social e traz valores éticos que devem subsidiar as ações éticas dos/as Assistentes Sociais. Constitui, assim, um instrumento de luta nesta trajetória.

Com isso, as discussões das oficinas qualificaram o debate sobre a importância da política e sua articulação com a dimensão ética devida aos “interesses de classes distintos e em luta na sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p. 54). Isto é, explicitar que o fundamental é valorizar a dimensão política, que nega a neutralidade defendida no Serviço Social tradicional, e assumindo um posicionamento político efetivo com compromisso ético com os princípios e valores da profissão, reafirmando, assim, a defesa de um perfil “[...] comprometido com valores ético-humanistas: com os valores de liberdade, igualdade e justiça” (IAMAMOTO, 1998, p. 185). Tal perfil

deve direcionar o processo de formação profissional, incluindo a graduação e os cursos de pós-graduação, com uma direção social convergente com o projeto ético-político.

A ética de ruptura que vigora na dimensão ético-política não permite a neutralidade nas ações das/os assistentes sociais, e esse posicionamento deve ser embasado nos princípios e valores do Código de Ética de 1993 e nas dimensões do projeto ético-político. Dessa forma, portanto, as escolhas profissionais devem se pautar em princípios éticos.

Os/as Assistentes Sociais se fundamentam nas dimensões aqui expostas para darem respostas qualificadas às demandas da realidade social, de forma consoante com seus princípios formativos, valores éticos e saberes teóricos. O Código de Ética Profissional em vigor, portanto, explicita a direção social estratégica impulsionada pela renovação crítica do Serviço Social e traz valores éticos que devem subsidiar as ações éticas dos/as assistentes sociais. Constitui um instrumento de luta nesta trajetória.

Segundo Guerra (2013, p. 45-46), a profissão necessita da dimensão ético-política por seus “[...] componentes valorativos que permitem a escolha dentre as alternativas concretamente existentes, e tudo isso dará a direção social do exercício profissional”. Esta direção social influencia o perfil profissional, a partir dos princípios, valores e saberes em articulação com essa dimensão ético-política.

Atualmente, vivenciamos um contexto de muitas adversidades⁵² e precisamos resistir defendendo os princípios éticos da profissão que conformam o projeto ético-político, por meio de respostas profissionais e ético-políticas.

De acordo com esse argumento de Terra (2012), podemos compreender que seguir ou não os princípios éticos não é uma

52 Destacamos o avanço do conservadorismo no seio profissional, as recentes contrarreformas que retiram direitos das/os trabalhadoras, como a da Previdência Social e a trabalhista, aliados à captura do fundo público pelos capitais.

prerrogativa pessoal do/a assistente social, é um dever do profissional, pois são elementos imperativos que devem ser respeitados e defendidos no exercício profissional. Não obstante esse argumento estar correto, há que se ter cuidado com essa análise para não gerar equívocos sobre o real significado ético dos princípios. Não podemos perceber os princípios éticos apenas no aspecto “punitivo”, visto que os tais princípios correspondem a valores que representam o solo ontológico da Ética.

Com isso, destaca-se que “[...] atividade mediada por aqueles princípios, aqui presentes como objetivos a partir de uma prática planejada e avaliada nas suas consequências”. Desse modo, registra-se a pertinência de resgatar “[...] de forma indissociável as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do projeto profissional” (VASCONCELOS, 2015, p. 480).

Vislumbraram-se nas falas das/os profissionais, as indagações sobre as dimensões éticas no estágio supervisionado, alertando para repensar os dilemas éticos e os desafios postos no processo da formação e do exercício profissional, assim como as indagações sobre a transversalidade da ética.

Tais ações apontam que a realização do projeto de extensão foi significativa para o curso de Serviço Social da UFRB, envolvendo a equipe organizadora, os discentes que participaram das oficinas e as supervisoras de estágio, fortalecendo nossas parcerias com a comunidade do Recôncavo.

Entre os resultados alcançados, podemos citar: a contribuição para o processo de capacitação dos profissionais que atuam no Recôncavo; o fomento da reflexão sobre os dilemas e desafios éticos dos profissionais; o estreitamento das relações da universidade com os campos de estágio; e o conhecimento real das necessidades e dos desafios que os profissionais enfrentam no cotidiano profissional, ademais, podemos destacar as reflexões e os questionamentos

sobre os valores e princípios acerca dos processos éticos e do reconhecimento da dimensão ética no agir profissional, e a ampliação do conhecimento teórico e técnico-operativo relativo aos dilemas éticos enfrentados no cotidiano profissional, assim, pode-se frisar que as oficinas se constituíram em espaços de reflexões e questionamentos acerca de conceitos e valores que interferem no exercício profissional da/o assistente social, e conseqüentemente, no repensar de suas posturas e condutas éticas.

A experiência suscitou repensar os dilemas éticos que estão subjacentes às condições objetivas da atuação profissional, as dificuldades e as fragilidades dos vínculos contratuais e do papel social da universidade, portanto, constituiu-se em um importante espaço para retroalimentar o ensino e consolidar a proposta de um Fórum de Supervisores de Estágio, bem como da necessidade de dar continuidade ao processo de formação continuada.

Considerações finais

Diante dessas considerações, destaca-se a valorização das ações de extensão desenvolvidas pelo curso de Serviço Social da UFRB, as quais têm possibilitado ampliar as discussões sobre as dimensões da ética, haja vista a percepção da necessidade de priorizar tais ações diante dos dilemas éticos, da fragilização dos vínculos empregatícios e do processo das escolhas éticas no contexto de precarização.

Concluimos que o projeto “Ética em Movimento” proporcionou a reflexão sobre o exercício profissional à luz dos fundamentos éticos, contribuindo para a formação dos discentes e para que os profissionais pudessem elucidar os dilemas e qualificar suas intervenções. Ressaltamos que este projeto tem sido importante e priorizado pelo curso, considerando que já foi realizado em edição anterior, e que

seus resultados sinalizam a necessidade de continuidade desse debate em outros espaços.

O projeto desenvolvido indicou a necessidade da continuidade de iniciativas de capacitação dessa natureza, no âmbito do curso, a fim de que possam contribuir para subsidiar ações, com vistas a captar potencialidades e fragilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas das/os profissionais, na direção de qualificar a garantia dos serviços prestados.

Por fim, registram-se como desafios: a centralidade da ética na formação profissional, de forma a contribuir com o perfil profissional que forma os quadros da categoria; a formação profissional deve possibilitar a apreensão dos fundamentos da ética, a partir da Ontologia e das implicações para o exercício profissional, englobando as discussões éticas nos campos de estágio e nas supervisões de estágio; compreender os fundamentos ontológicos da ética de uma forma aprofundada e não apenas afirmando-a como “princípio” abstrato.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lúcia. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos assistentes sociais brasileiros. *In*: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. (Orgs.). **Código de ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Katalisys**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

CFESS. **Código de Ética do assistente social e Lei de Regulamentação da profissão**. 4. ed. rev. atual. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, São Paulo: Cortez, 1996. p.87-132.

SANTOS, Débora Rodrigues. **Ética e Serviço Social: um estudo introdutório a partir de G. Lukács**. Campinas: Papel Social, 2018.

TERRA, Sylvia Helena. Código de ética do (a) assistente social: comentários a partir de uma perspectiva jurídico-normativa crítica. *In*: BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. (Orgs.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

Sobre os autores

Adriely dos Santos Matos

Graduada em Serviço Social - UFRB. Especialista em Saúde Mental e Coletiva - Faculdade Ruy Barbosa - BA.

E-mail: drica-coast@hotmail.com

Albany Mendonça Silva

Professora Adjunta do curso de Serviço Social - UFRB, Doutora em Serviço Social - UFRJ. Mestre em Educação - UFS. Especialista em Tecnologias da Comunicação e Desenvolvimento Regional - UFS. Graduação em Serviço Social - UFS. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social - UFRB.

E-mail: albany_mendonca@ufrb.edu.br

Aline Maciel do Nascimento

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: alinemaciel97@ymail.com

Andréa Alice Rodrigues Silva

Professora Adjunta do curso de Serviço Social - UFRB. Doutora em Serviço Social - UFPE. Mestre em Serviço Social - UFPE. Graduação em Serviço Social - UECE. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social - UFRB.

E-mail: andreaalice@ufrb.edu.br

Andréa Queiroz S. Brito

Mestranda do Curso de Educação do Campo - UFRB. Bacharel em Serviço Social - UFRB. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Itabuna; Assistente Social da Prefeitura Municipal de Cairú.

E-mail: andreaqb20@hotmail.com

Anaise Alves Fonseca Silva

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: anaise_alves@hotmail.com

Aryelle Miranda de Oliveira

Mestranda em Política Social e Territórios (POSTERR) - UFRB.

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: aryllemiranda9@gmail.com

Ayla Falcão Brito Machado

Graduanda do Curso de Ciências Sociais - UFRB.

E-mail: aylafal@gmail.com

Bruna Santos Amorim

Graduanda do Curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: amorinibruna@gmail.com

Bruna Passos Melo Novaes

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: brunapmn@gmail.com

Camila Vieira da Silva De Assis

Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - UFBA. Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: camilavieirasass@gmail.com

Caroline dos Santos Lima

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: carolineufrb@aluno.ufrb.edu.br

Catharina Fernandes Alves

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: catharinaa.fernandes@hotmail.com

Celina dos Santos Almeida

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: celalmeida01@gmail.com

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Mestre em Ciências Sociais - UFRB. Graduado em Serviço Social - UFRB.

E-mail: adamcleiton@gmail.com

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: cliciaalves153@gmail.com

Daniele Sampaio Gonzaga

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: gonzaga.sampaiod@gmail.com

Débora Rodrigues Santos

Professora Assistente do curso de Serviço Social da UFRB. Doutoranda em Serviço Social - UFRJ. Mestre em Serviço Social - UFAL. Especialista em Política Social e Serviço Social - UFS. Graduada em Serviço Social - UFS. Líder do grupo de pesquisa "Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, Serviço Social e Ontologia" registrado no CNPq.

E-mail: deborarodrigues@ufrb.edu.br

Ediane Pereira Santana

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: edianess2_@hotmail.com

Elisângela Coelho Rangel

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: elislanay@gmail.com

Emanuely B. Macário dos Santos

Graduanda do Curso de Ciências Sociais - UFRB.

E-mail: emanuelebraga664@gmail.com

Eva Cristian S.S. Barbosa

Pós-graduanda em Direitos Humanos - FAVENI. Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: eva12barbosa@gmail.com

Fabricio Fontes de Andrade

Professor Adjunto do Curso de Serviço Social - UFRB. Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS - UNIMONTES. Graduado em

Serviço Social - UNIMONTES. Pesquisador do Grupo de Estudos em Pobreza, Assistência Social e Território (GEPAST) - UFRB. Pesquisador no Grupo de Pesquisa: Desafios Contemporâneos da Política de Assistência Social nos Municípios do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia: Decifrando a Proteção Social - UFRB. E-mail: fabricio@ufrb.edu.br

Francisco Henrique da Costa Rozendo

Docente Adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói/RJ. Doutor em Serviço Social - UFRJ. Mestre em Serviço Social - UFRN. Graduado em Serviço Social - UERN. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política Social e Desenvolvimento (GPODE/UFF). Desenvolve pesquisas sobre: política social, previdência social e "previdência privada" aberta. E-mail: fhenriquecr@gmail.com

Gabriele Ribeiro Queiroz

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.
E-mail: gabiribeiro.seso@gmail.com

Grasiele Mota Amorim

Graduanda em Serviço Social - UFRB.
E-mail: grasiemotta@hotmail.com

Heleni Duarte Dantas de Ávila

Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR) - UFRB. Pós doutorado em Política Social - UNB. Doutora em Saúde Coletiva ISC/UFBA. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFS. Graduada em Serviço Social e Direito - UCSAL. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa - Cidadania, Política Social e Serviço Social (CIPOSS) - UFRB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa - Território, Movimentos, Política Social e Serviço Social - TEMPOSS. E-mail: heleniavila@ufrb.edu.br

Ilzamar Silva Pereira

Professora Adjunta do curso de Serviço Social - UFRB, Doutora em Serviço Social - UFRJ. Mestre em Serviço Social - UFRN.

Graduada em Serviço Social e Pedagoga - UFRN. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Pobreza, Assistência Social e Território (GEPAST) - UFRB. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: Desafios Contemporâneos da Política de Assistência Social nos Municípios do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia: Decifrando a Proteção Social – UFRB. E-mail: ilzamar.pereira@ufrb.edu.br

Jéssica Bastos Sampaio

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios – (POSTERR) - UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB. E-mail: jejeubastos@hotmail.com

Jucileide Ferreira do Nascimento

Professora Adjunta da Graduação em Serviço Social e Pós-Graduação (POSTERR) - UFRB. Doutora em Política Social. UNB. Mestrado em Política Social - UNB. Graduação em Serviço Social - UNB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Território Movimentos Sociais Política e Serviço Social (TEMPOSS) e Vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa - Cidadania, Política Social e Serviço Social (CIPOSS) - UFRB. E-mail: jucileide@ufrb.edu.br

Juliana Pinheiro Barbosa

Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: barbosajuliana.p@gmail.com

Juliana Tosta de Oliveira

Mestranda em Ciências Sociais na UFRB. Graduada em Serviço Social da UFRB. E-mail: jutosta@hotmail.com

Leandro Ribeiro Azevedo

Professor da FAN e da FARESI. Mestre em Ciências Sociais - UFRB. Graduado em Psicologia - UFRB. E-mail: leanazevedo@gmail.com

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Professora Associada - UFRB. Doutora em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional - Universidade de Barcelona/UFBA. Mestre em Administração, Graduação em Ciências Econômicas - UFBA.

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa - Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura - UFRB.
E-mail: luciamaqueiroz@yahoo.com.br

Malena da Silva França

Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: malena.francal3@hotmail.com

Marcela Mary José da Silva

Professora Adjunta do Curso de Serviço Social CAHL - UFRB. Doutora em Serviço Social - UFRJ. Mestre em Educação e Contemporaneidade - UNEB. Graduação em Serviço Social - UCSAL. Especialista em Gerontologia - UFBA, Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão - UNEB e Serviço Social-UNB. Líder e Pesquisadora do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social na Educação - GTSSSEDU e do Grupo de Trabalho de Envelhecimento Populacional - GTENPO. Coordenadora dos grupos de Extensão GTSSSEDU e GTENPO. E-mail: mmjsilva@ufrb.edu.br

Márcia da Silva Clemente

Professora Adjunta do curso de Serviço Social - UFRB. Doutora em Serviço Social - UFPE. Mestre em Serviço Social - UFPE. Especialista em Direitos Humanos - UFPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPM) - UFRB.
E-mail: marcia_sclemente@yahoo.com.br

Marcos Oliveira de Jesus

Graduando do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR) - UFRB. Graduado em Serviço Social – UFRB. E-mail: marcosoliv018@gmail.com

Martharluam Conceição da Silva

Mestranda pelo programa de pós-graduação Política Social e Territórios (POSTERR) - UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: martharluam@gmail.com

Nadirjane Nogueira Conceição de Oliveira

Pós-graduanda em Metodologia Científica - IFBAIANO. Graduada em Serviço Social - UFRB. E-mail: natrjane-21@hotmail.com

Najara Gomes do Amaral

Mestranda em Política Social e Territórios (POSTERR) - UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB. E-mail: najaraseso@gmail.com

Rodrigo Sales Queiroz

Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFBA. Graduado em Serviço Social - UFRB. E-mail: rodrigoqueiroz.15@hotmail.com

Rogeson dos Santos de Jesus

Graduado em Serviço Social – UFRB. E-mail: roggersan@outlook.com.br

Silvia Cristina Arantes de Souza

Professora Assistente do curso de graduação em Serviço Social - UFRB. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Bolsista - CAPES. Mestre Programa de Estudos Pós Graduada em Serviço Social PUC-SP. Graduada em Serviço Social - UNESP. E-mail: silvia.arantesdesouza@gmail.com

Silvia de Oliveira Pereira

Professora Adjunta da Graduação e Pós- Graduação em Serviço Social - UFRB. Pós doutora em Saúde Coletiva - UFBA. Doutora em Saúde Coletiva - UFBA. Mestre em Saúde Comunitária - UFBA. Graduada em Serviço Social - UCSAL. Líder e Pesquisadora do Observatório de Política Social e Serviço Social (OPSS) - UFRB. E-mail: silvia.pereira@ufrb.edu.br

Simone Brandão Souza

Professora Adjunta do curso de Graduação em Serviço Social - UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Território (POSTERR) - UFRB. Doutora em Cultura e Sociedade - UFBA. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais - ENCE/IBGE. Especialista em Serviço Social e Saúde - UERJ. Graduada

em Serviço Social - UFF. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em
Lesbiandade, Gênero, Raça e Sexualidades (LES) - UFRB.
E-mail: sibrandaufrb@yahoo.com.br

Tainara de Jesus Souza

Professora da Graduação Serviço Social - FACEMP. Mestra em
Ciências Sociais - UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: tainarasj@hotmail.com

Taís Lima Costa

Graduanda do curso de Serviço Social - UFRB.
E-mail: taylima03@hotmail.com

Tatiele Gomes dos Santos

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Política Social e
Territórios (POSTERR) - UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: tatielegomesdossantos@gmail.com

Thainá Santana dos Santos

Graduanda do Programa de Pós Graduação em Política Social e
Territórios (POSTERR) -UFRB. Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: thaina_snt@hotmail.com

Vaislana Mairan Alves Dias de Souza

Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: vaislanadias@gmail.com

Verônica Mendes da França Silva

Graduada em Serviço Social - UFRB.
E-mail: veronicamendes1995@gmail.com

Vinicius Pinheiro de Magalhães

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em
Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS) - UFS.
Graduado em Serviço Social - UFRB.
E-mail: viniciuspmaga@gmail.com

Wagner Souza da Encarnação

Graduando do curso de Serviço Social - UFRB.

E-mail: wagnersouzza8@gmail.com

Zaira Ferreira da Silveira Santos

Graduada em Serviço Social - UFRB.

E-mail: zaira.silveirasocial@gmail.com

Este livro, intitulado **SERVIÇO SOCIAL NO RECONCAVO DA BAHIA: tema em debates**, representa um esforço coletivo, envolvendo discentes e docentes do curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), além de contarmos com a participação de egressos e profissionais que contribuem com a construção e fortalecimento do curso. Seu conteúdo aborda temáticas relacionadas à questão de gênero, raça/etnia, identidade, território, formação profissional, entre outros, e se apresenta em duas partes – **ENSINO: os desafios para formação profissional no Serviço Social** e **PESQUISA E EXTENSÃO: a experiência da UFRB na construção do conhecimento**. Esta publicação expõe a função social do curso e da Universidade no território do Recôncavo da Bahia.

ISBN: 978-65-87743-16-5

